**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA / UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
E MEIO AMBIENTE**

JOELMA ABRANTES GUEDES

**EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS E IMPACTOS
AMBIENTAIS NO DISTRITO DE JACUMÃ, MUNICÍPIO DO
CONDE - PB**

**João Pessoa-PB
2005**

BIBLIOTECA CENTRAL / UFPB

DOAÇÃO DO
BIBLIOTECA CENTRAL

JOELMA ABRANTES GUEDES

**EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS E IMPACTOS
AMBIENTAIS NO DISTRITO DE JACUMÃ, MUNICÍPIO DO
CONDE-PB**

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA – Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimentos às exigências para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientadores:

Prof. Dr. Alberto Kioharu Nishida

Prof. Dr. Eduardo R. Viana de Lima

Área de Concentração:

Gerenciamento Urbano

504.03(043)
6924 e

**JOÃO PESSOA – PB
2005**

DOAÇÃO DO UFPB/UEPB/
PRODEMA

Em 15/05/2006

UFPB / BIBLIOTECA CENTRAL	
BC/D	UFPB/UEPB/
23/05/06	Prodeima
	02673

G924e Guedes, Joelma Abrantes.

Empreendimentos Turísticos e Impactos
Ambientais no Distrito de Jacumã, município do Conde –
PB/ Joelma Abrantes Guedes. – João Pessoa, 2005.
161p.

Orientadores: Alberto Kioharu Nishida e Eduardo
Rodrigues Viana de Lima.

Dissertação (mestrado) – UFPB/ PRODEMA

1. Impacto Ambiental 2. Turismo 3. Legislação
Ambiental I. Título

UFPB/BC

CDU: 504.03 (043)

JOELMA ABRANTES GUEDES

**EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS E IMPACTOS
AMBIENTAIS NO DISTRITO DE JACUMÃ, MUNICÍPIO DO
CONDE-PB**

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA – Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimentos às exigências para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovado em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alberto Kioharu Nishida - CCEN / DSE / UFPB
Orientador

Prof. Dr. Eduardo R. Viana de Lima – CCEN / DGEOC / UFPB
Orientador

Prof. Dr. Roberto Sassi – CCEN / DSE / UFPB
Examinador interno

Prof. Dr. Lindemberg Medeiros - UFAL
Examinador externo

***Dedico este trabalho às bases da minha vida:
meu maravilhoso Deus e minha família amada.***

AGRADECIMENTOS

À Deus, meu Senhor fiel e melhor amigo, que me deu forças para concluir este trabalho tão importante em minha vida;

Aos Meus orientadores Alberto Kioharu Nishida (“Guy”) e Eduardo Viana de Lima. Exemplos de dedicação à profissão e sempre dispostos a ajudar-me. Espelhos para quem sonha, como eu, ser uma boa profissional;

Aos meus queridos pais, incentivadores incansáveis dos meus estudos;

Aos meus amados irmãos, Kaline e Wagner que, cada um à sua maneira, me incentivaram sempre;

Ao meu noivo, Tibério Brito, pela compreensão, paciência e incentivo constante para a concretização deste sonho;

Aos amigos Luciana Bezerra e Roberto Valentim, por abrirem mão de alguns fins de semana para irem comigo à campo;

Às grandes amigas Carolina Costa, Kalyne Vieira e minha irmãzinha Kaline, pela contribuição providencial com o autocad e Corel Draw, e pela amizade sincera;

Aos mais que colegas de mestrado, meus amigos Breno Henrique e Patrícia Ximenes, pela contribuição e companhia durante as nossas pesquisas de campo;

Aos meus tantos amigos pelas palavras de incentivo e compreensão: Kalyne e Kaylle Vieira, Agnes Pauli, Adriano Jorge, Caetano Falcão, Vanille Valério, Carol Alencar, Germana Melo, Túlio Basílio e Fábio Chacon; E aos demais amigos maravilhosos por existirem!!!

Ao Prodema pela contribuição imensurável ao meu aprendizado;

Aos estimados professores do Prodema que, além dos meus dedicados orientadores, engrandeceram-me com seus ensinamentos, em especial à Takako Watanabe, Loreley Garcia, Edson Leite, Breno Grisi, Maristela Andrade e Roberto Sassi;

À professora Jussana Nery, pela decisiva contribuição no fornecimento de informações, presteza e atenção dispensadas;

À CAPES pela concessão da bolsa, no segundo ano de mestrado, que viabilizou decisivamente as pesquisas de campo;

Aos colegas da turma do mestrado André Witer, Niedja Lemos e Kátia Pizzol;

Aos entrevistados pelas informações e tempo dispensados;

Ao Departamento de Sistemática e Ecologia (DSE);

Aos geógrafos Rogério, Utaiguara e Nadjacléa pelas respectivas contribuições.

“O desenvolvimento econômico e o cuidado com o meio ambiente são compatíveis, interdependentes e necessários. A alta produtividade, a tecnologia moderna e o desenvolvimento econômico podem e devem coexistir com um meio ambiente saudável.”

Genebaldo Dias(1998)

RESUMO

A área onde esse estudo se realizou foi o distrito de Jacumã, município do Conde, litoral sul do Estado da Paraíba. Por suas características paisagísticas como praias com formação de falésias, estuários, recifes de corais, lagunas, entre outras, Jacumã é considerada uma área com relevante potencial turístico e esta atividade tem sido incentivada como alternativa econômica para o desenvolvimento da região. Após a inauguração da rodovia Aberlado Jurema, a PB-008, no ano de 2000, uma expansão urbana significativa aconteceu e com ela um aumento do número de empreendimentos turísticos. Entretanto, essa ocupação tem se dado de forma desordenada sem um adequado planejamento e, em geral, não tem respeitado a legislação ambiental vigente. Conseqüentemente, o crescimento da atividade turística também tem contribuído para agravar as deficiências infra-estruturais e provocado impactos ambientais negativos responsáveis pela degradação dos ecossistemas atrativos aos visitantes. Neste trabalho os empreendimentos turísticos de Jacumã foram inventariados e identificaram-se as pousadas e restaurantes do Distrito de Jacumã responsáveis pelos maiores impactos ambientais negativos, por sua capacidade de gerar resíduos ou pela localização em áreas protegidas por lei e em áreas com fortes restrições à ocupação. Também foi avaliado e mapeado o nível desses impactos na área de intervenção. O inventário foi realizado a partir de questionários e entrevistas, junto aos proprietários dos respectivos empreendimentos turísticos, enquanto as demais etapas aconteceram através de métodos de Sobreposição de Mapas em um Sistema de Informação Geográfica, Mcharg e Priorização por Pareto. Os resultados obtidos demonstraram que, das 30 pousadas inventariadas, 9 estão em áreas com restrições legais e 4 em áreas com alta restrição e, dos 12 restaurantes estudados, 10 estão em áreas com restrições legais. Tais constatações demonstram a necessidade de planejamento e zoneamento ambiental da área, que respeite especialmente à Legislação Ambiental vigente, que visa a proteção dos relevantes ecossistemas existentes na área, para que a atividade turística, ao degradar o ambiente, não apenas se inviabilize mas comprometa a qualidade ambiental e de vida das populações locais.

Palavras Chaves: Impacto Ambiental, Turismo, Geoprocessamento.

ABSTRACT

The study area is the district of Jacumã, city of Conde, which is located on the south coast of the Paraíba state. A landscape of beaches, cliffs, estuaries, coral reef and other important physical features make up the high tourist potential of that tract of the Paraíba state. The natural attractiveness of the area has led the public sector to encourage the development of the region based on tourism. After the inauguration of the PB-008 highway in 2000 significant urban expansion has taken place with the development of a large number of tourist enterprises. However, the unplanned occupation of the area without any consideration of the relevant legislation has caused severe environmental impacts. This unplanned tourist development has worsen the local infrastructure deficiencies and eroded the outstanding natural landscape and ecosystems that function as the main draw on the tourist demand. Jacumã's tourist enterprises were inventoried and the inns and restaurants that have caused environmental negative impacts were identified on the basis on their capacity to generate solid waste, being located on protected areas or on areas that have legal restrictions to occupation. The level of the impacts was mapped and evaluated. The inventory was carried out using questionnaires and interviews with owners on tourist enterprises. In addition, overlay mapping of the area was implemented with the use of a Geographic Information System in conjunction the McHarg methodology and Priorization with Pareto. Results demonstrated that nine out of the 30 inns included in the study are located in areas with legal restrictions and four other inns are located in areas with high legal restrictions. Also, 10 out of the 12 restaurants included in the study are located in areas with legal restrictions. These findings give evidence of the need for planning and environmental zoning of the area in order for the relevant environmental legislation to be respected. The environmental legislation aims at protecting the important ecosystems of the study area in such a way that if tourism impacts on the local environment and reduce the area's tourist potential, the quality of life of the local population is not degraded.

Key-words: Environmental Impact, Tourism, Geological Processing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Localização da área de estudo	25
Figura 02: Limites municipais do município do Conde	26
Figura 03: Localização das rodovias PB-008 e PB-018, principais vias de acesso ao Distrito de Jacumã	30
Figura 04: Limites da APA de Tambaba (azul), do município do Conde (vermelho) e da área de estudo (em preto)	35

LISTA DE FOTOS

Foto 01: Beleza cênica e paisagística das praias do Distrito de Jacumã	20
Foto 02: Laguna costeira de Jacumã no período de Carnaval	29
Foto 03: O aumento do fluxo turístico provoca constantes engarrafamentos na chegada ao distrito no período de Carnaval	32
Foto 04: Acúmulo de lixo na praia produzido pelos bares à beira-mar	32
Foto 05: Poluição visual provocada pelo excesso e desorganização das placas indicativas das pousadas	33
Foto 06: Um dos acessos à praia de Carapibus em péssimo estado de conservação	34
Fotos 07 e 08: Vista externa e interna da Pousada da Lua	68
Fotos 09 e 10: Vista externa dos Chalés Gurugi e área de lazer	68
Fotos 11 e 12: Vista externa da fachada e interna do Hotel Solemar	69
Fotos 13 e 14: Vista da fachada e dos apartamentos da Pousada da Tranqüilidade	69
Fotos 15 e 16: Vista externa da fachada e dos apartamentos da Pousada do Inglês	70
Fotos 17 e 18: Vista da fachada da Pousada Brasiluso	70
Fotos 19 e 20: Vista das fachadas lateral e frontal da Pousada dos Arcos	71
Fotos 21 e 22: Vista da fachada e apartamentos da Pousada Beija-flor	71
Fotos 23 e 24: Vista interna e externa da Pousada Recanto da Lua	72
Fotos 25 e 26: Vista da fachada externa e dos quartos da pousada Requite	72
Fotos 27 e 28: Vista externa e interna do Hotel-pousada Viking	73
Fotos 29 e 30: Vista externa e dos apartamentos do Onze Praias Hostel	73
Fotos 31 e 32: Vista da fachada externa e interna da pousada Porto do Sol	74
Fotos 33 e 34: Vistas externas, posterior e frontal, da Zeka's Pousada	74
Fotos 35 e 36: Vistas externas do Hotel-pousada Corais de Carapibus	75
Fotos 37 e 38: Vista interna dos apartamentos e da fachada externa da	75

Pousada das Cores

Fotos 39 e 40: Vista interna dos apartamentos e externa da Pousada Neptun	76
Fotos 41 e 42: Vista de um dos chalés e área de lazer comum aos Bangalôs de Carapibus	76
Fotos 43 e 44: Vista da fachada externa e interna da pousada Anauê	77
Fotos 45 e 46: Vista dos apartamentos e área de lazer e fachada de entrada da pousada Enseada do Sol	77
Fotos 47 e 48: Vistas externas da Pousada das Flores	78
Fotos 49 e 50: Vistas internas da área de lazer da Pousada das Conchas	78
Fotos 51 e 52: Vista da fachada interna da Pousada Tabatinga e dos apartamentos	79
Fotos 53 e 54: Vista dos chalés da Pousada Praias do Sul com o manguezal e a praia no segundo plano	79
Fotos 55 e 56: Vista externa da entrada do Hotel-pousada dos Duendes e de sua área de lazer	80
Fotos 57 e 58: Vista externa frontal e lateral da Pousada dos Mundos	80
Fotos 59 e 60: Vistas externas da Pousada Ekoara's Chalés	81
Fotos 61 e 62: Vista externa dos apartamentos e da área de lazer da Pousada Arca de Bilu	81
Fotos 63 e 64: Vista interna e da área de lazer da pousada Estalagem dos Ventos	82
Fotos 65 e 66: Vista externa da fachada da Pousada Dom Quinzote	82
Fotos 67 e 68: Vista externa lateral e frontal do Restaurante e Pizzaria Portal de Jacumã	84
Fotos 69 e 70: Vista externa lateral e frontal do Restaurante Gurugi	84
Fotos 71 e 72: Vistas internas da Peixada de Jacumã	85
Fotos 73 e 74: Vista frontal e lateral do Restaurante Bella Vista	85
Fotos 75 e 76: Vista externa frontal do Restaurante O Capitão	86
Fotos 77 e 78: Vista externa e interna do Restaurante Terraço Tropical	86
Fotos 79 e 80: Vistas externas, lateral e frontal, do Carapibu's Bar	87
Fotos 81 e 82: Vistas externas, lateral e frontal, do Nativos Bar	87

Fotos 83 e 84: Vistas externa e interna do Tabatinga Arte's Bar	88
Fotos 85 e 86: Vistas externas do Restaurante Canyon de Coqueirinho	88
Fotos 87 e 88: Vistas externas lateral e frontal do Restaurante Arca de Bilu	89
Fotos 89 e 90: Vista frontal e lateral do Xexéu Bar e Restaurante	89
Foto 91: Vista aérea das barracas de Coqueirinho	90
Foto 92: Vista das barracas da praia de Coqueirinho	91
Foto 93 : Vista aérea das Barracas de Jacumã	92
Foto 94: Yatch Club de Jacumã, dentro do Hotel-pousada Solemar	93
Foto 95: Falésias de Coqueirinho, consideradas de expressiva beleza cênica e paisagística com grande variação de formas e cores	119
Foto 96: Processos erosivos culminados em voçorocas na Falésia de Tabatinga	121
Foto 97: (1) Vista aérea do Hotel Solemar ; (2) Yatch Club que integra a estrutura do referido hotel	146
Foto 98: Vista aérea de parte do Distrito de Jacumã; Detalhe para a seta indicando o antigo acesso à praia invadido pelo Hotel-Pousada Corais de Carapibus	147
Foto 99: (1) Local onde existia um acesso público à praia e que agora tem construções do Hotel-Pousada Corais de Carapibus; (2) Acesso à praia mais próximo para o público após a invasão; (3) auditórios construídos na área	148
Foto 100: Bloco de apartamentos em construção no local do antigo acesso à praia	148
Foto 101: Mirante construído no Hotel-pousada Corais de Carapibus que ultrapassa a linha de ruptura da falésia	149
Fotos 102 e 103: Pousada das Cores e Pousada Enseada do Sol – construídas recortando a falésia	150
Foto 104 e 105: Vista da frente da Zeka's Pousada - detalhe para a sua localização e retirada da vegetação do mangue	150
Foto 106: Vista aérea da Pousada Dom Quinzote (1) e do Xexéu Restaurante (2) na Praia de Tambaba	151
Foto 107: Proximidade da Pousada dos Mundos com a Lagoa Preta	152
Foto 108: Restaurante Canyon de Coqueirinho construído dentro de uma voçoroca	153

Fotos 109 e 110: Vista frontal do empreendimento Tabatinga Arte's e detalhe para as placas educativas em seu interior

154

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Percentuais de pousadas instaladas em Jacumã antes e depois da construção da PB-008	94
Gráfico 02: Distribuição etária dos proprietários de pousadas em funcionamento do Distrito de Jacumã em 2004	95
Gráfico 03: Procedência dos proprietários de Pousadas em funcionamento no Distrito de Jacumã em 2004	95
Gráfico 04: Níveis de escolaridade dos proprietários das pousadas existentes no Distrito de Jacumã em 2004	96
Gráfico 05: Distribuição percentual das Pousadas de Jacumã quanto à sua administração por homens, mulheres ou casais	96
Gráfico 06: Origem predominante dos turistas que se utilizam das pousadas do Distrito de Jacumã, conforme diagnóstico realizado em 2004	97
Gráfico 07: Principais problemas existentes em Jacumã em 2004, na visão dos empreendedores de pousadas	98
Gráfico 08: Reclamações mais freqüentes dos turistas, segundo os proprietários das pousadas do Distrito de Jacumã, entrevistados em 2004	98
Gráfico 09: Porcentagem dos restaurantes existentes em Jacumã antes e depois da inauguração da rodovia PB-008	99
Gráfico 10: Procedência dos empreendedores de restaurantes do Distrito de Jacumã, conforme dados levantados em 2004	100
Gráfico 11: Distribuição das faixas etária dos proprietários de restaurantes do Distrito de Jacumã, conforme inventário efetuado em 2004	100
Gráfico 12: Nível de escolaridade dos donos de restaurantes do distrito de Jacumã, conforme diagnóstico efetuado em 2004	101
Gráfico 13: Procedências principais dos turistas/clientes dos restaurantes de Jacumã, conforme dados obtidos em 2004	101
Gráfico 14: Gênero do empreendedor de barracas à beira-mar de Jacumã	102
Gráfico 15: Origem dos empreendedores de barracas à beira-mar de Jacumã	103
Gráfico 16: Distribuição etária dos donos de barracas à beira-mar de Jacumã existentes em 2004	103
Gráfico 17: Níveis de escolaridade dos proprietários de barracas à beira-mar	104

de Jacumã em 2004

Gráfico 18: Procedência dos clientes das barracas à beira-mar da praia de Jacumã, em 2004 **104**

Gráfico 19: Resultado da Priorização por Pareto para as Pousadas do Distrito de Jacumã **141**

Gráfico 20: Resultado da Priorização por Pareto para os Restaurantes do Distrito de Jacumã **143**

LISTA DE SIGLAS

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo

SUDEMA – Superintendência de Administração do Meio Ambiente do Estado da Paraíba

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

APA – Área de Preservação Ambiental

CAGEPA – Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

IDEME - Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba

PRODETUR - Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste

PRODEMA – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente

CNTUR - Conselho Nacional de Turismo

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A

CTI-NE - Comissão de Turismo Integrado do Nordeste

INTERPA – Instituto de Terras e Planejamento Agrícola

SISTUR (Sistema de Turismo),

SEPLAN – Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de João Pessoa

SPRING – Sistema de Processamento de Imagens Georreferenciadas

GPS – Global Position System

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

OMT – Organização Mundial do Turismo

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Lista das pousadas localizadas no Distrito de Jacumã	67
Tabela 02: Lista dos restaurantes cujos proprietários foram entrevistados localizados no Distrito de Jacumã	83
Tabela 03: Lista das barracas de Jacumã	91
Tabela 04: Lista das barracas à beira-mar cujos proprietários foram entrevistados	92
Tabela 05: Classes de Uso do Solo e Vegetação estabelecidas para o Distrito de Jacumã	105
Tabela 06: Classes de Declividade encontradas no Distrito de Jacumã	110
Tabela 07: Classes do mapa de legislação	113
Tabela 08: Associações de Solo existentes em Jacumã	123
Tabela 09: Classes de Restrições ao uso	130
Tabela 10: Pesos atribuídos às categorias de Esgotamento Sanitário	137
Tabela 11: Pesos atribuídos às categorias de Destinação do Lixo	137
Tabela 12: Pesos atribuídos às categorias de Abastecimento de Água	138
Tabela 13: Pesos atribuídos aos impactos considerados para aplicação do Princípio de Pareto para as pousadas	139
Tabela 14: Aplicação das fórmulas e procedimentos do Princípio de Pareto para as Pousadas do Distrito de Jacumã	140
Tabela 15: Pousadas Priorizadas por Pareto	141
Tabela 16: Pesos atribuídos aos impactos considerados para aplicação do Princípio de Pareto para os Restaurantes	142
Tabela 17: Aplicação das fórmulas e procedimentos do Princípio de Pareto para os Restaurantes do Distrito de Jacumã	143
Tabela 18: Restaurantes Priorizados por Pareto	144

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Uso do Solo e Vegetação	106
Mapa 02: Declividade	109
Mapa 03: Hidrografia	111
Mapa 04: Legislações Específicas	112
Mapa 05: Legislação Geral	120
Mapa 06: Solos	124
Mapa 07: Localização das Pousadas, Restaurantes e Novos Loteamentos	129
Mapa 08: Restrições	131
Mapa 09: Restrições Finais	132
Mapa 10: Restrições Finais X Localização das Pousadas e Restaurantes	135

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA
AGRADECIMENTOS
EPÍGRAFE
RESUMO
ABSTRACT
LISTA DE FIGURAS
LISTA DE FOTOS
LISTA DE GRÁFICOS
LISTA DE SIGLAS
LISTA DE TABELAS
LISTA DE MAPAS

1	INTRODUÇÃO	20
2	OBJETIVOS: GERAL E ESPECÍFICOS	23
3	HIPÓTESES	24
4	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	25
4.1	O município de Conde	25
4.2	Distrito de Jacumã: Turismo e a Rodovia PB-008	28
4.2.1	APA de Tambaba	34
5	REFERENCIAL TEÓRICO	37
5.1	Turismo	37
5.1.1	Conceituação	38
5.1.2	Origens do turismo	39
5.1.3	Classificação	41
5.2	Ocupação das Zonas Costeiras	42
5.2.1	Zonas costeiras no Brasil e urbanização turística	43
5.3	Infra-estrutura Turística e Empreendimentos Turísticos	46
5.3.1	Infra-estrutura turística	46
5.3.2	Classificação das empresas turísticas	48

5.4	Impacto Ambiental	50
5.4.1	Impacto Ambiental do Turismo	52
6	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	57
	Revisão Bibliográfica	57
	Trabalho de campo	57
	Método de Sobreposição de Mapas	58
6.3.1	Levantamento Cartográfico	60
6.3.2	Digitalização e Georreferenciamento	60
6.3.3	Elaboração dos Mapas Temáticos	61
6.3.4	Sobreposição de Mapas	62
6.3.5	Adaptação da Metodologia de McHarg	62
6.3.6	Metodologia de Pareto	64
7	RESULTADOS E DISCUSSÕES	66
7.1	Inventário dos empreendimentos turísticos do distrito de jacumã	66
7.1.1	Pousadas	66
7.1.2	Restaurantes	83
7.1.3	Barracas à beira-mar de Jacumã e Coqueirinho	90
7.2	Perfil dos Empreendedores Turísticos da Área de Estudo	94
7.2.1	Perfil dos empreendedores de Pousadas	94
7.2.2	Visão dos empreendedores de Pousadas e dos turistas sobre Jacumã e seus problemas	97
7.2.3	Perfil dos empreendedores de Restaurantes	99
7.2.4	Perfil dos empreendedores de Barracas	102
7.3	Sobreposição de Mapas	105
7.3.1	MAPA 01: Uso do Solo e Vegetação	105
7.3.2	MAPA 02: Declividade	108
7.3.3	MAPA 03: Hidrografia	110
7.3.4	MAPA 04 e 05: Legislação Ambiental: Específicas e Geral	110
7.3.4.1	Manguezais	113
7.3.4.2	Faixa de Praia	116
7.3.4.3	Margens dos rios	117
7.3.4.4	Falésias	118
7.3.4.5	Rodovias	122

7.3.5	MAPA 06: Solos	122
	7.3.5.1 Podzólico vermelho amarelo	125
	7.3.5.2 Solos indiscriminados de Mangues (manguessolos)	125
	7.3.5.3 Podzol	126
	7.3.5.4 Areias quartzosas	127
7.3.6	MAPA 07: Localização das pousadas e restaurantes e dos novos loteamentos	128
7.3.7	MAPA 08: Restrições	130
7.3.8	MAPA 09: Restrições Finais	130
7.3.9	MAPA 10: Restrições Finais X Localização das pousadas e restaurantes	133
7.4	Aplicação da Metodologia de Pareto	136
	7.4.1 Esgotamento Sanitário	136
	7.4.2 Lixo	137
	7.4.3 Abastecimento de Água	138
	7.4.4 Aplicação do Método de Pareto para as Pousadas	139
	7.4.5 Aplicação da Metodologia de Pareto para os Restaurantes do Distrito de Jacumã	142
7.5	Cruzamento das três metodologias utilizadas: Sobreposição de Mapas X Ponderação por McHarg X Priorização por Pareto	144
	7.5.1 Pousadas	145
	7.5.2 Restaurantes	152
8	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	155
9	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	158
10	ANEXOS	162

1 INTRODUÇÃO

A área de estudo deste trabalho é o Distrito de Jacumã, município do Conde, litoral sul do Estado da Paraíba que se localiza a cerca de 23 quilômetros ao sul da capital, João Pessoa.

Por suas características paisagísticas, especialmente praias com formação de falésias, estuários, recifes de coral, lagunas, entre outras, Jacumã é considerada uma área com relevante potencial turístico.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

Foto 01: Vista geral da praia de Tabatinga, no Distrito de Jacumã, evidenciando as belezas dos cenários naturais da área.

O incentivo governamental ao turismo nessa localidade tem sido evidenciado através de iniciativas como a construção da Rodovia Estadual Abelardo Jurema, mais conhecida como PB-008, inaugurada em 2000 e financiada com parte dos recursos do PRODETUR (Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste).

Esta rodovia, além de diminuir o percurso entre a cidade de João Pessoa e Jacumã, desencadeou um maior fluxo de pessoas à região e um processo de acelerada expansão urbana local. Estes fatos suscitam a preocupação com os impactos que podem ser gerados como consequência dessa expansão impulsionada pelo turismo em Jacumã.

PAIVA (2001) conclui ainda que o caráter predatório do turismo de massas vem:

“(...) acrescentando durante períodos de alta temporada uma população flutuante acima da capacidade das cidades receptoras, além do surgimento de projetos de empreendimentos que destroem o ambiente, tem-se manifestado uma preocupação com esta relação turismo versus ecologia” (PAIVA apud CORIOLANO, 2001: 52).

A implantação dos empreendimentos e atividades ligados ao turismo tem sido objeto de pesquisas recentes e, de acordo com COSTA (2002:04), constitui:

“um excelente caso para reflexão, uma vez que tal atividade depende, simultaneamente de duas forças contrárias: da manutenção e da exploração de elementos da natureza”.

Logo, parece existir um consenso de que o incentivo ao turismo precisa ser planejado, pois, o crescimento desordenado das práticas do turismo fragiliza os sistemas naturais, resultando em perdas de qualidade futura. Segundo CORIOLANO (2001: 97), a exploração turística desordenada tem provocado desequilíbrios ao meio ambiente que acabam por provocar prejuízos, não só para a natureza como também para o próprio turismo.

De acordo com COSTA (2002: 13), nesta última década o Nordeste brasileiro, com sua extensa faixa litorânea, vem sendo alvo de pesquisas relacionadas ao turismo, impactos ambientais e urbanização, o que vem alimentando o debate acerca dos novos processos de transformação do espaço, sobretudo dos espaços que servem à demanda do turismo.

Assim, faz-se necessário observar com critérios a expansão urbana e as sobrecargas sazonais do turismo de massa, especialmente nos períodos de alta

temporada, quando uma população flutuante, acima da capacidade das cidades receptoras, ocupa a área em estudo.

Os projetos de empreendimentos turísticos também devem merecer atenção especial pois, como acrescenta CORIOLANO (2001: 95), o processo de alocação da infra-estrutura turística no litoral têm causado sérios impactos ao meio ambiente.

Grande parte desses impactos parece surgir a partir dos interesses conflitantes nas áreas de implementação desses empreendimentos, já que, como ressalta COSTA (2002: 12):

“Para os detentores do capital (particularmente o imobiliário), o mais importante é o sucesso do empreendimento, como vender os lotes ou receber mais turistas, sendo irrelevantes questões como acesso ou não à terra; o comprador vislumbra o refúgio, a construção de sua segunda casa, mesmo se for necessário derrubar árvores ou danificar outro bem ambiental em sua propriedade; o governo local “tenta administrar”, mas também está movido pela necessidade de satisfazer os eleitores, que desejam ver o crescimento local, principalmente o econômico.”

CORIOLANO (2001: 95), reportando mais especificamente sobre a realidade do litoral do Ceará, constatou que se pode comprovar que o turismo, se mal implementado, causa degradações e desestruturações irreversíveis. *“A descaracterização ambiental, a degeneração das culturas locais, a prostituição, o uso de drogas são fatos encontrados em todos os pólos turísticos do Ceará”.*

A proposta desta pesquisa é refletir e pesquisar com maior aprofundamento sobre a realidade de Jacumã e os impactos negativos que o turismo pode estar gerando em seu ambiente. É de extrema relevância que, em um segundo momento, se procure mitigar esses efeitos e preservar não apenas seu ambiente natural e belezas paisagísticas mas também melhorar a qualidade de vida das populações locais.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL:

Analisar a relação entre os empreendimentos turísticos e os impactos ambientais negativos provocados por eles do distrito de Jacumã, município do Conde-PB.

2.2 ESPECÍFICOS:

- Inventariar os empreendimentos turísticos de Jacumã;
- Identificar os empreendimentos turísticos instalados no local de estudo antes e após a construção da PB-008;
- Identificar o perfil do empreendedor turístico de Jacumã;
- Identificar as pousadas e restaurantes do Distrito de Jacumã que estão situados em áreas protegidas por lei e em áreas com fortes restrições à ocupação;
- Analisar espacialmente o nível de impacto ambiental negativo provocado por esses empreendimentos turísticos na área de intervenção mapeando os impactos identificados.

3 HIPÓTESES

Considerando-se que a hipótese é a relação entre variáveis (fatos, fenômenos) e que esta relação é formulada como uma solução provisória para um determinado problema, as hipóteses deste trabalho são as seguintes:

Hipótese 1:

- Os empreendimentos turísticos atualmente existentes no Distrito de Jacumã vêm provocando impactos negativos ao meio ambiente.

Hipótese 2:

- A rodovia PB-008 desencadeou um processo de aceleração nas construções de empreendimentos turísticos na área de intervenção.

4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

4.1 O MUNICÍPIO DO CONDE

O estado da Paraíba possui 9 municípios costeiros. São eles: Mataraca, Baía da Traição, Rio Tinto, Lucena, Cabedelo, João Pessoa, Santa Rita, Conde e Pitimbu. Destes, o município do Conde está localizado na micro-região do litoral do Estado da Paraíba e insere-se em uma poligonal entre os Paralelos $7^{\circ} 15' 00''$ e $7^{\circ} 22' 30''$ de Latitude Sul e os Meridianos de $34^{\circ} 45' 00''$ e $34^{\circ} 52' 00''$ de Longitude Oeste, ocupando uma área de 164 km². Faz limite com os municípios de João Pessoa, ao Norte, Alhandra e Pitimbu, ao Sul, Santa Rita e Alhandra, a Oeste e com o Oceano Atlântico a Leste (Figura 01).

Figura 01: Localização da área de estudo.

Figura 02: Limites municipais do município do Conde

O município, de acordo com o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (Brasil, 1988), está localizado no litoral sul da Paraíba a uma altitude de 112m. Corresponde a 12,75% da microrregião João Pessoa (Bayeux, Cabedelo, Conde, Lucena e Santa Rita), na qual está inserido.

O Conde foi fundado em 1636 por um inglês chamado John Harrison. Seu nome original era Mauricéia em homenagem ao Conde Holandês Maurício de Nassau que ocupava o cargo de governador do Nordeste no período em que a região estava sob o domínio Holandês. Foi povoada inicialmente por índios e, durante o período de restauração do governo Português, o seu nome foi mudado para Conde.

Em 1668, foi denominada Freguesia de Nossa Senhora da Conceição. Em seguida, em 14 de setembro de 1768, chegou a categoria de Vila e em 1831 se tornou Sede de Comarca. Posteriormente, atravessou um período de declínio e passou, em 1911, a ser distrito de João Pessoa, sendo que no período de 1949 a 1953 o seu nome foi mudado mais uma vez para Vila do Conde.

De acordo com NASCIMENTO (2002:10), sua emancipação política foi alcançada através da Lei nº 3.107 de 18 de Novembro de 1963, instalando-se oficialmente em 28 de dezembro do mesmo ano, desmembrando-se da Capital João Pessoa e formando um único distrito, o da sede, com o nome de Conde.

Em 1999 a população do Conde era de 12.239 habitantes, sendo 5.601 da zona rural, e 6.638 na urbana. A densidade demográfica registrada neste mesmo ano foi de 74,27hab/Km². A população, em concordância com a característica do país, é extremamente jovem, uma vez que cerca de 9.500 condenses estão abaixo dos 14 anos (IDEME, 2000). As atividades econômicas mais expressivas de Conde são a agricultura e o turismo.

O Conde acha-se situado na Mesorregião da Mata, apresentando clima do tipo As´ quente e úmido, com chuvas de outono e inverno com um período de estiagem entre a primavera e o verão, segundo a classificação de Koppen, que leva em consideração o comportamento das temperaturas e precipitações durante as estações do ano, num longo período de tempo.

As temperaturas registram uma média anual em torno de 20° a 25°C e uma amplitude entre 3° a 5°C. Em relação aos índices pluviométricos, registra-se uma média entre 1800mm a 2100mm anuais.

Por se tratar de uma região costeira, as temperaturas são amenizadas devido às influências das massas de ar que têm origem no oceano, como a Massa de Ar Equatorial Atlântica, a Frente Polar e os ventos Alíseos de sudeste. (Atlas Geográfico do Estado da Paraíba –1985).

O litoral da Paraíba é parte integrante da Bacia Sedimentar Costeira Pernambuco-Paraíba. Integram a hidrografia do distrito de Jacumã pequenos rios como: Bucatú, Tabatinga e o Gurugi; bem como pequenas lagunas costeiras como a Lagoa Preta e o Maceió de Jacumã. Destes rios, o que apresenta maior volume de águas é o Gurugi, que tem sua nascente fora do limite distrital.

Ao longo dos rios que integram a rede hidrográfica da região em questão, mais especificamente nas áreas que sofrem influência marinha, ainda se pode encontrar algumas áreas cobertas por bosques de mangue com árvores de até 10 metros de altura.

4.2 DISTRITO DE JACUMÃ: TURISMO E A RODOVIA PB-008

O Distrito de Jacumã faz parte do Município do Conde e está localizado na região costeira, entre as coordenadas: 07° 16' 00'' e 07° 20' 00'' de latitude Sul e 34° 47' 36'' e 34° 49' 08'' de longitude Oeste, tendo uma área aproximadamente de 19.85 km² ou 1 985.54 hectares.

É neste distrito que se concentram as 8 praias do Município do Conde. São elas (no sentido norte-sul): Barra de Gramame, Praia do Amor, Jacumã, Carapibus, Tabatinga, Coqueirinho, Tambaba e Praia Bela. Destas, a mais conhecida é Tambaba, onde se permite a prática do naturismo, e as mais povoadas são Jacumã e Carapibus. A beleza cênica dessa parte do litoral do Estado da Paraíba faz com que a atividade turística do município concentre-se nesse distrito.

Pode-se observar que a cobertura vegetal da área se encontra em intenso processo de alteração. NASCIMENTO (2002:26) afirma que o número de loteamentos na área tem crescido expressivamente em Jacumã, existindo atualmente seis de grande extensão: Loteamento Village de Jacumã, Barra de Gramame, Balneário Novo Mundo, Loteamento Coqueirinhos, Enseada de Jacumã e Visual de Jacumã. Acrescenta, ainda, este autor, que estes loteamentos oferecem uma estrutura precária para os seus loterários e estão voltados para a construção de segundas residências que são usadas pelos seus proprietários apenas nas épocas de alta estação.

COUTINHO (1999: 56), há cinco anos atrás, já havia feito o seguinte relato sobre Jacumã:

“No geral, a ocupação urbana é mais acelerada ao longo das vias de acesso à praia e ao redor do sistema lagunar. Na planície litorânea existem algumas construções simples destinadas exclusivamente a atender o turismo e o lazer, sendo que as mesmas não dispõem de infra-estrutura funcional adequada. Nesse local é freqüente o acúmulo de lixo deixado pelos estabelecimentos comerciais, bem como por turistas que visitam a área. Nos finais de semana e, particularmente, durante o verão, a quantidade de pessoas que afluem a área é muito grande o que, certamente, contribui para agravar os problemas ambientais. Constatou-se, durante a realização desta pesquisa, que existem ligações clandestinas de esgoto para o interior do sistema lagunar.”

Foto 02: Laguna costeira de Jacumã no período de Carnaval Fonte: Sandra Coutinho Ano:1999

Na Paraíba, o PRODETUR/NE (Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste) destinou R\$ 7,6 milhões para concluir a rodovia PB-008. Este programa é do Governo Federal e foi criado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em parceria com a EMBRATUR e o BNB (Banco do Nordeste do Brasil S.A) e por intermédio da Comissão de Turismo Integrado do Nordeste – CTI-NE e visa financiar obras de infra-estrutura que contribuam para o desenvolvimento do turismo na região.

Sendo uma via Litorânea, a PB-008 permitiu uma redução considerável do percurso que liga a cidade de João Pessoa às praias do Distrito de Jacumã. Esta nova estrada (PB 008) recebeu o nome de Rodovia Abelardo Jurema Tem início na Ponta do Seixas, em João Pessoa, seguindo o litoral em direção sul passando por Jacumã e continuando em direção às praias de Pitimbú e Acaú (limítrofes com o Estado de Pernambuco). O primeiro trecho, inaugurado em 2002, liga a capital paraibana ao Distrito de Jacumã. (Figura 03)

Figura 03: Localização das rodovias PB-008 e PB-018, principais vias de acesso ao Distrito de Jacumã

BANDEIRA (2002: 03) afirma ser impossível imaginar a civilização atual sem estradas. Entretanto, acrescenta ainda que essas mesmas rodovias representam “um dos maiores males da civilização quanto aos impactos sobre o ambiente natural; causam problemas também ao meio antrópico”.

O aumento do fluxo de pessoas observado após a inauguração do trecho “João Pessoa-Jacumã” (PB-008) pode agravar a situação descrita por COUTINHO (1999), tendo em vista que a expansão urbana e populacional já se constituía em uma preocupação mesmo antes da inauguração dessa rodovia, quando esta autora constatava que “*O aumento do contingente populacional nessa área tem provocado conseqüências preocupantes aos ecossistemas, devido à introdução de usos conflitantes que oscilam entre o desenvolvimento econômico, a proteção ambiental e o manejo dos recursos naturais*”.

Os efeitos negativos do turismo sobre o meio ambiente têm sido amplamente discutidos nas últimas décadas, chegando ao ponto de MENDONÇA (2001:19) generalizar afirmando que “onde há turismo há degradação ambiental”. Entretanto, são os possíveis impactos positivos sobre a economia de determinada localidade que costumam receber maior evidência, deixando-se em segundo plano os impactos negativos ao meio ambiente. RUSCHMANN (1997: 50) já ressaltava tanto os potenciais positivos quanto os negativos do turismo quando afirmava que:

“O turismo, um enorme gerador de riquezas, constitui, ao mesmo tempo, uma força de agressão à natureza, às culturas, aos territórios e às sociedades. Portanto, é preciso não subestimar o caráter potencialmente agressor de todos os tipos de turismo e compreender os que se apresentam como respeitadores do meio ambiente (turismo ecológico, de aventura “brando”), também podem tornar-se danosos como os outros, quando não consideram a sustentabilidade dos meios extremamente frágeis que visitam”.

O órgão mais diretamente responsável pelo gerenciamento e planejamento da atividade turística do distrito de Jacumã é a Secretaria de Turismo do Município. De acordo com esta Secretaria, a região de Jacumã recebe cerca de 15 000 (quinze mil) turistas anualmente e cerca de 6 000 (seis mil) veranistas, ou seja, que possuem residências de veraneio no local. (NASCIMENTO, 2002:26)

Esse considerável aumento do fluxo de pessoas, especialmente turistas e veranistas na região de Jacumã nos períodos de alta estação e carnaval (Foto 03) têm acarretado transtornos constantes relacionados à carências infra-estruturais do distrito como congestionamentos no tráfego, falta constante de energia e água, de acordo com relatos dos moradores locais. Tais acontecimentos comprometem o exercício de suas atividades, dos estabelecimentos comerciais, bem como dos empreendimentos turísticos - pousadas e restaurantes.

Fonte: Joelma Guedes Ano:2004

Foto 03: O aumento do fluxo turístico provoca constantes engarrafamentos na chegada ao distrito no período de Carnaval.

Os impactos ambientais negativos relacionados a esse aumento do fluxo turístico, como o crescimento da produção de lixo (Foto 04) e demais resíduos e também as grandes concentrações humanas em determinados ambientes, como nas lagunas costeiras, merecem destaque no processo de planejamento da atividade no local para que se possa mitigar os efeitos de sua degradação.

Fonte: Joelma Guedes Ano:2004

Foto 04: Acúmulo de lixo produzido pelos bares à beira-mar de Carapibus.

YÁZIGI (2003:165) atribui grande parcela de responsabilidade nesse processo, no qual o turismo vem assumindo um aspecto negativo e degradante ao ambiente, às administrações municipais, ao afirmar que:

“Não parece estar claro para a maioria das municipalidades que o fenômeno geográfico do turismo está a alterar a paisagem substancialmente, e que compete ao município papéis inalienáveis nesse processo. Apesar de o turismo de tendência massificante não estar muito longe de completar meio século, poucos foram os municípios do Brasil que se sensibilizaram com empenho no seu planejamento”.

Alguns outros problemas podem ser citados no tocante ao aspecto geral do Distrito de Jacumã ligados diretamente à atividade turística. Entre eles temos a poluição visual provocada pelo excesso e desorganização das placas indicativas dos empreendimentos turísticos (Foto 05).

Fonte: Joelma Guedes Ano:2004

Foto 05: Poluição visual provocada pelo excesso das placas indicativas das pousadas

As condições gerais das vias de acesso, especialmente às praias, também representam um outro problema estrutural perceptível e preocupante para o turismo

local pois, além de influenciar negativamente na imagem que o turista forma do destino visitado, também dificulta efetivamente o acesso dos veículos às praias. Segundo relato dos moradores locais, a situação dos acessos às praias de Carapibus (Foto 06) e Coqueirinho são os mais graves.

Fonte: Joelma Guedes Ano:2004

Foto 06: Um dos acessos à praia de Carapibus em péssimo estado de conservação.

4.2.1 APA de Tambaba

Englobando parte da área em estudo foi criada, recentemente, a partir do decreto nº 22.882 de 25 de Março de 2002 a Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual de Tambaba, localizada na zona costeira dos municípios do Conde e Pitimbu envolvendo uma área de aproximadamente 3270 hectares, tendo sido ampliada recentemente, visando incluir as nascentes dos rios da região (Figura 04).

Os objetivos da criação dessa APA, de acordo com o referido decreto, são o disciplinamento do uso do solo e a conservação de remanescentes dos

ecossistemas existentes na área: Manguezais dos rios Bucatú e Graú, Cerrado, Mata Atlântica e recursos hídricos.

De acordo com o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), uma APA apresenta as seguintes características:

Art. 15º. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais.

Figura 04: Limites da APA de Tambaba (azul), do município do Conde (vermelho) e da área de estudo (em preto).

A partir da criação desta APA, ficam proibidas dentro da área a implantação de atividades industriais efetivas e/ou potencialmente poluidoras, o exercício de

atividades industriais capazes de provocar erosão ou assoreamento dos corpos hídricos, uso de biocidas e fertilizantes. Este mesmo decreto também determina que qualquer atividade que venha a ser instalada dentro da área da APA de Tambaba dependerá do licenciamento ambiental da SUDEMA, órgão responsável pela sua administração e pela elaboração e implantação do Plano de Manejo e zoneamento ambiental da área, ainda não concluído.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 TURISMO

Turismo: “fenômeno sócio-econômico-cultural”, “indústria-sem-chaminés”, “tábua-de-salvação” para os países subdesenvolvidos, “maior indústria do século XXI”, “nova modalidade de deslocamento através do planeta”. Inúmeras são as definições, estatísticas e promessas de desenvolvimento relacionadas ao turismo. Tantas são as suas possibilidades geradoras de renda e emprego que o incentivo à atividade turística passou a constar em praticamente todos os discursos políticos.

As grandes mudanças sociais e progressos tecnológicos que se iniciaram após a Revolução Industrial, como a invenção de meios de transporte mais velozes, o direito a férias e tempo livre conquistados pelos trabalhadores, impulsionaram significativamente a atividade turística e fizeram dela uma das atividades econômicas de maior expressão nos dias atuais.

A influência do turismo e sua expressividade na economia mundial é resumida por TRIGO (1998:09) da seguinte maneira:

“o turismo deixou de ser apenas um complexo socioeconômico para se tornar uma das maiores forças transformadoras do mundo pós-industrial. Juntamente com as novas tecnologias (telecomunicações, engenharia genética etc.), o turismo está ajudando a redesenhar as estruturas mundiais, influenciando a globalização, os novos blocos econômicos e, em última análise, a nova ordem internacional”.

Concordando com Trigo e ainda sobre os impactos potenciais do turismo, MOLINA (2001:157) acrescenta ainda que:

“em termos quantitativos, o turismo se transformou em uma das atividades mais importantes do planeta, pelo número de deslocamentos internacionais e domésticos, devido aos empregos que gera, ao seu impacto sobre a Balança de Pagamentos e o Produto Nacional, bem como ao montante de investimentos e gasto público e privado que propicia”.

De acordo com a World Travel and Tourism Council – WTTC (1992) *apud* CEBALLOS-LASCURÁIN (1999:25) o turismo é hoje a:

“maior indústria do planeta, e, para 1993, a expectativa era de que gerasse, em nível mundial, mais de 3,5 trilhões de dólares, o equivalente a 6% do produto nacional bruto mundial. A indústria do turismo é maior do que a do automóvel, do aço, da eletrônica ou da agricultura”.

5.1.1 Conceituação

À medida em que os estudos científicos sobre o turismo se iniciaram, surgiram com eles as mais variadas definições sobre este complexo e diversificado fenômeno social. BARRETO (1995), em seu *Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo*, reúne inúmeras definições sob diversos enfoques como o sociológico, econômico, relevância cultural, etc. A primeira, por exemplo, data de 1911 e foi elaborada pelo economista austríaco Hermann von Schullern zu Schattenhofen que denomina o turismo como sendo:

“o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado”.

Para COOPER (2001:40), o turismo pode ser pensado como sendo:

“uma ampla gama de indivíduos, empresas, organizações e lugares, que se combinam de alguma forma para proporcionar uma experiência de viagem. O turismo é uma atividade multidimensional e multifacetada, que tem contato com muitas vidas e atividades econômicas diferentes.”

COOPER atribui o fato de ainda não existir um consenso sobre uma definição de turismo até os dias atuais devido às suas características complexas e à sua imaturidade como campo de estudo. Segundo este autor, é difícil encontrar *“uma base de coerência na abordagem da definição de turismo. Por isso, têm sido criadas definições para contemplar necessidades e situações específicas”*. Entretanto, remete aos anos 90 um progresso considerável no desenvolvimento e no consenso em torno das definições de turismo graças ao estímulo da International Conference on Travel and Tourism Statistical, de 1991 da Organização Mundial do Turismo

(World Tourism Organization – WTO) sobre estatísticas de viagem e turismo – uma conferência convocada para organizar questões ligadas a definições, terminologia e medição (COOPER, 2001:42).

Como uma das definições mais formais e aceitas atualmente, tem-se a elaborada pela Organização Mundial do Turismo (1994) que conclui que:

“o turismo é a atividade econômica que permite às pessoas, com disponibilidade de tempo e recursos, desfrutar de programas de entretenimento, lazer e recreação, fora do lugar de moradia, por um período superior a 24 horas”.

Vale ressaltar que, ainda que variem os ângulos, em todos os conceitos anteriormente citados, o turismo é referenciado sempre por serviços (como hospedagem, transporte, alimentação etc.) que se complementam a fim de satisfazer a demanda de determinado destino. Dessa forma, sendo essencialmente intangível e, por suas características de prestação de serviços, o turismo se enquadra no setor terciário da economia, sendo, portanto, inadequado o uso do termo comumente encontrado “indústria do turismo” para denominar esta atividade.

5.1.2 Origens do Turismo

Segundo TRIGO (1999), o turismo faz parte de um universo maior denominado lazer. E, o lazer, por sua vez, compreende todas as atividades desenvolvidas fora do sistema produtivo (trabalho), das obrigações sociais, religiosas e familiares.

A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos e de acordo com a Constituição Brasileira de 1988, o lazer se constitui em um dos direitos fundamentais, assim como a saúde, a educação, a segurança e a moradia. Entretanto, esse direito, da mesma forma que os demais, também é negligenciado, restringindo-se geralmente àqueles que dispõem de “recursos e tempo livre”, o que não ocorre com as comunidades mais pobres.

Sobre a origem do turismo, não há uma data precisa, mas um período provável em que as transformações ocorreram de forma a suprir os desejos e necessidades das sociedades da época. De acordo com SEABRA (2001: 13), as “raízes” do turismo

remontam à Antiga Grécia (século VIII a.C.) e ao Império Romano (entre os séculos II a.C. e II d.C.). Em relação à Grécia as viagens estão relacionadas aos jogos olímpicos e festivais em ginásios e, em relação ao Império Romano, estão intimamente ligadas às estradas construídas durante esse período que permitiram o deslocamento de milhares de pessoas pela Europa. Segundo esse mesmo autor, os romanos também apreciavam os jogos na praia e as segundas residências como símbolo de *status* e poder.

Já o turismo tido como organizado tem seu marco principal após a Revolução Industrial que, de acordo com BARRETO (1995: 125) representa:

“o fato mais importante para o desenvolvimento do turismo, em sua versão moderna. Com a industrialização, iniciaram-se as primeiras excursões organizadas pelos agentes de viagens, principiando-se assim o chamado turismo moderno, com a utilização do trem – para viagens nacionais – e do navio – para viagens internacionais. A sociedade industrial e o avanço tecnológico permitiram que os trabalhadores tivessem mais tempo para o lazer, transformando o turismo em fenômeno mundial de massas”.

As seguintes datas também merecem destaque por sua relevância, como é o caso do surgimento da primeira Agência de Viagens em 1840, a Agência Abreu, na cidade do Porto em Portugal e, em 1841, quando aconteceu a primeira excursão organizada por Thomas Cook, no Reino Unido.

Durante o período “entre-guerras” o turismo moderno esteve praticamente estagnado, só voltando a ser impulsionado a partir do fim desse período com a expansão da aviação comercial. Em 1949, o primeiro pacote aéreo foi comercializado, oferecendo melhores condições de viagens e redução considerável no tempo de duração das viagens. A partir desse momento, e com a contribuição das conquistas sociais e aumento da renda salarial, o turismo mundial só tem se expandido, chegando às proporções atuais.

De acordo com MORETTI (2001:45), o turismo na modernidade é:

“acompanhado do adjetivo “de massa”, sendo a atividade acessível a um número cada vez maior de pessoas, estando portanto, de acordo com a idéia da produção industrial em larga escala, pois, além de ser

uma forma de produção de mercadorias, é um modo de vida que tem como estrutura básica o consumo.”

No Brasil, somente no ano de 1966 o governo federal, reconhecendo a importância da atividade turística, criou o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e, apenas no ano de 1977, foi editado o primeiro documento contendo a Política Nacional de Turismo.

5.1.3 Classificação

Por sua complexidade e diversificação o turismo pode ser classificado de acordo com diversos critérios.

Segundo BARRETO (1995:17), o turismo pode ser classificado a partir de sua própria natureza como: emissivo (envia turistas para fora) ou receptivo (recebe os turistas vindos de fora). De acordo com a nacionalidade do turista pode ser nacional (interno ou externo) e estrangeiro (estrangeiros que entram em determinado país). Considerando-se o volume, o turismo pode ser de minorias ou de massas.

Podem ser citadas ainda diversas outras classificações como em relação ao tipo de hospedagem, duração, autonomia etc. Entretanto, a classificação mais aceita ou de maior repercussão, apesar de sua subjetividade é a que diz respeito aos objetivos ou motivações do turista. De acordo com FERRI (2000), a partir das motivações do turista o turismo pode ser classificado nas seguintes modalidades: Cultural, de Aventura, de Terceira Idade, de Congresso e Eventos Promocionais, de Incentivo, de Negócios, de Saúde, Ecológico ou Ecoturismo, Náutico, Religioso, Rural ou Agroturismo, Social, Surpresa e Sustentável, entre outros.

BENI (2001) elenca 36 tipos de turismo a partir do que considera “Vocação turística do núcleo receptor”, que, além dos já citados por Ferri, acrescenta os turismos: Científico, Paisagístico, Sociofamiliar, Urbano, Exotérico, Educacional, Virtual de Jogos e o Sexual.

5.2 OCUPAÇÃO DAS ZONAS COSTEIRAS

Quando CORBIN (1989) trata sobre a Praia e o Imaginário Ocidental, relata que o desejo da beira-mar se elevou e se propagou entre 1750 e 1840. Foi a partir desse período que as áreas costeiras passaram a exercer um papel de atração e não mais de repulsa e medo, como nos períodos anteriores para estas civilizações. Dessa forma, a praia passou a ser percebida como área extremamente saudável e regeneradora da saúde física e mental do homem e como ambiente de lazer e descanso em oposição ao “miasma” das cidades. A partir dessa mudança de percepção das zonas costeiras teve início, de forma mais intensa, a ocupação dessas áreas.

Mas a praia não é o refúgio ideal para todos. Para os asiáticos, por exemplo, as motivações para viajar são diferentes. Como afirma MIDAGLIA (2001: 34) essas motivações podem variar conforme os costumes ou ainda a religião.

De acordo com DIAS (1998:149), a importância das zonas costeiras se devem ao fato dessas abrigarem muitos ecossistemas vitais para a vida marinha e para a humanidade. Estimou ainda que 60% da população mundial, o que representava cerca de três bilhões de pessoas, viviam no litoral ou em um raio de 100 km, até o ano de 1998.

Recentemente LI (2003: 334) acrescentou que nos dias atuais “metade da população mundial vive a uma distância de até 60 quilômetros da linha de costa, e espera-se que dentro dos próximos 30 anos a população costeira dobre e que a maior parte desse crescimento seja em ‘mega-cidades costeiras’”.

Os ecossistemas litorâneos no Brasil encontram-se fortemente modificados por três fatores principais: intensa ocupação urbana, forte exploração dos recursos naturais, sobretudo da Floresta Atlântica, manguezais, rios e estuários e a deficiência no planejamento urbano.

Sobre estes três aspectos o turismo acaba exercendo muita influência na zona costeira pelo simples fato dessa região dispor de fortes atrativos turísticos.

MIDAGLIA (2002: 43) considera que “a paisagem litorânea por si só, já é um enorme e único recurso com potencial de uso indiscutível para as atividades de recreação, turismo e lazer.”

5.2.1 Zonas costeiras no Brasil e urbanização turística

O litoral brasileiro possui mais de 8.000 quilômetros de extensão constituído pelo mar e por praias, sendo estes recursos recreativos os mais procurados, especialmente na cultura ocidental.

Sobre o padrão de ocupação do litoral Brasileiro, MACEDO (1996:159) *in* YÁZIGI (2003:113) já denunciava a sua preocupação com as conseqüências desta ocupação, por considerar que as intervenções humanas provocam:

“além da poluição das águas (lençol freático, rios, lagoas, mar e áreas estuarinas), a erradicação de dunas; de matas de restinga; do assoreamento de rios, praias e estuários; de danificação dos costões; de eliminação de manguezais; de transformação das estruturas urbanas primitivas; da contaminação e destruição parcial de recifes de coral – sem falar em outros pormenores ou na obstrução de visuais”.

O Litoral Nordestino, de forma mais específica, compreende extensa faixa que vai do Estado do Maranhão a Bahia. Nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte (na sua quase totalidade), situa-se em domínios da caatinga, enquanto seus trechos restantes estão contidos no domínio da Mata Atlântica, como é o caso do litoral paraibano.

A Região Nordeste tem recebido grande atenção nas últimas décadas, tanto pelo seu clima, pelas águas mornas do Oceano Atlântico e pelas belezas paisagísticas, como pela possibilidade de desenvolvimento econômico dessa região através da exploração desses ambientes pelo turismo.

Desde os primeiros tempos da ocupação do território brasileiro, quando ainda se tratava de uma Colônia e posteriormente Vice-Reino, as paisagens litorâneas, entre

as diversas estruturas paisagísticas existentes no país, foram as que se mostraram mais atrativas à exploração e, por isso, de acordo com MACEDO (2002: 181), as que mais cedo sofreram transformações radicais no processo de construção da nação. Esse processo teve início em alguns pontos estratégicos como estuários e baías protegidas e, a partir do século XX, expandiu-se de modo “quase contínuo” por toda a linha da costa nacional, abrigando cidades, portos e plantações e servindo de ponte para a exploração e penetração do interior.

O século XX marca, dessa forma, uma nova forma de ocupação da zona costeira, até então exclusivamente de caráter urbano, produtiva e agrícola, através das residências de veraneio destinadas à prática do turismo de férias.

O turismo tem sido apontado como a atividade humana que nas últimas décadas têm maior responsabilidade pela ampliação dos fatores de modificação do ambiente costeiro nacional. MACEDO (2002:181) afirma que:

“a urbanização turística de segunda residência é, no início do século XXI, o mais importante fator de transformação e criação de paisagens ao longo da costa brasileira, tanto em termos de escala e dimensão como em abrangência, já que corresponde a milhares de quilômetros, lineares ou não, de ocupação das faixas de terra lindeiras ao mar”.

O novo conceito que engloba tanto as casas de veraneio (ou de segundas residências) como os empreendimentos turísticos é denominado Urbanização Turística. De acordo com LOPES *apud* COSTA (2002: 14) este conceito “tem emergido nos últimos anos para expressar uma nova forma derivada da conexão entre o desenvolvimento de atividades turísticas e a emergência de novas paisagens urbanas no fim do século XX”.

Para LUCHIARI *apud* COSTA (2002: 14) a Urbanização Turística pode ser entendida como uma nova forma de organização sócio espacial que tem origem a partir da junção entre velhos e novos espaços:

“Este movimento entre o velho e o novo, acelerado pela urbanização turística, gera novas paisagens, consome outras, traz à cena novos sujeitos sociais, elimina ou marginaliza outros e redesenha as formas de apropriação do espaço urbano, substituindo antigos usos e elegendo novas paisagens a serem valorizadas pelo prazer”.

Dessa forma, o turismo apresentaria a capacidade de redefinir a apropriação dos espaços de determinada localidade e redireciona a sua economia. CRUZ apud COSTA (2002: 15), por exemplo, afirma que em Porto Seguro o turismo “enquanto atividade econômica, redefiniu a dinâmica demográfica regional, ‘moldando’ o espaço urbano e consumindo vorazmente, de forma literal e figurada, o patrimônio ambiental local”. A este respeito BARROS (1998: 91) é bastante enfático ao concluir que “jamais, em toda a história das formas geográficas, a função turística exerceu tanta influência na conformação das paisagens”.

Apesar da ocupação da zona costeira brasileira não se distinguir daquela que ocorre no resto do mundo, já que a mesma tendência em relação à explosão populacional se repete em termos de Brasil, o que tem tornado este processo mais complexo na costa brasileira é a maneira conflituosa como tem se dado. Conforme ressalta POLLETE (2002), a zona costeira é palco de grandes interesses, mas são os de natureza imobiliária os grandes responsáveis pelas transformações existentes devido à privatização dos lucros de alguns poucos e pela socialização dos prejuízos que estes, legam para toda a sociedade que vive direta ou indiretamente dos recursos do litoral brasileiro.

De acordo com o Plano de Ação Federal para a Zona Costeira do Brasil (Brasília, 1998) os fatores causais da problemática ambiental incidentes na zona costeira são:

“Vigência de atividades de planejamento setoriais desarticuladas entre si, logo sem integração das ações. Falta de articulação das políticas públicas, notadamente no que toca à definição dos investimentos estatais. Financiamento público de obras irregulares e atuação irregular de órgãos públicos”.

As conseqüências ambientais e sociais resultantes dessas alterações nas paisagens realizadas de forma desordenada e exploratória do solo são visíveis e preocupantes. BARROS (2002: 28) chega a concluir que:

“Quando há mudanças no uso do solo, processos naturais podem se alterar, assim como outros efeitos de ordem cultural passam a acontecer também. É o caso, por exemplo, da expansão da função turística de segunda residência (veraneio) em áreas do litoral do nordeste do Brasil, onde uma nova função desaloja com suas edificações e infraestruturas o uso do solo tradicional anterior, agrícola e

pesqueiro, e provoca turbulências a níveis culturais e sociais (perfis de empregos, alterações de estilos e horizontes de vida, etc) e ambientais (desorganização da drenagem e mudanças geomorfológicas, destruição da qualidade das águas doce e oceânica, etc)”.

A expansão deste processo de ocupação muito comum ao longo do litoral brasileiro, ao qual BARROS (*op.cit.*) se refere como “função turística de segunda residência”, tem se tornado alvo de diversas pesquisas no país nos últimos anos, tendo em vista a importância ambiental, social e cultural de seus impactos. Relatando ainda a sua preocupação sobre esse processo, o autor ressalta que:

“Em geral, a tendência do uso do solo no litoral brasileiro é considerar a faixa de praia como área suficiente de recreação, esquecendo-se do potencial das outras áreas para os mesmos fins, tais como lagoas, mangues, restingas e suas matas, coqueirais etc, que passam a ser destruídos sistematicamente para dar lugar a residências! O crescimento dos índices de densidade ao longo do tempo, nessas áreas, expressa esse processo. A conservação daquelas unidades através de cuidadoso planejamento e zoneamento de uso permitiria índices de densidade menos destrutivos, evitando-se o confinamento do lazer unicamente à faixa arenosa da praia”.

5.3 INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA E EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS

5.3.1 Infra-estrutura turística

A atividade turística está inserida no chamado terceiro setor da economia, o setor de serviços e as empresas turísticas são classificadas como prestadoras de serviços.

BENI (1998:171) descreve como sendo as três características básicas do setor: “a) eles são imateriais; b) para que haja serviço é preciso haver necessariamente contato direto entre prestador e cliente; c) o usuário participa da produção do serviço”.

Este mesmo autor define como peculiaridades do produto turístico as seguintes: o fato de não ser possível estocá-lo pois, se não for vendido em determinado espaço de tempo é perdido, não se pode estocar um quarto que não foi ocupado, por exemplo; O consumidor deve se deslocar para o local da produção e paga antes

pelos serviços; o fato de ser composto por vários serviços; e ainda o aspecto de sofrer influência da sazonalidade. (BENI,2001)

Quando se trata de infra-estrutura turística em sua totalidade, refere-se ao conjunto de bens e serviços que estão à disposição do turista como parte integrante, fundamental ou acessória, do fenômeno turístico.

De acordo com ANGELI (1991:52), a infra-estrutura turística de um núcleo abrange as de: acesso, básica urbana, os equipamentos e serviços turísticos, os equipamentos e serviços de apoio e os recursos turísticos. A soma e o inter-relacionamento destes compõem o que se denomina infra-estrutura total que a cidade possui para o turismo.

Não restam dúvidas da importância e influência para o êxito de um núcleo turístico de que os Equipamentos de apoio (hospitais, farmácias, postos de gasolina, bancos etc), os Serviços de Apoio (telefone, bombeiros, alimentação etc), a Infra-estrutura de Acesso (estradas, ruas, aeroportos e portos) e a Infra-estrutura Básica Urbana (ruas, água, esgoto, energia, limpeza pública) estejam todos integrados e em ótimas condições de funcionamento.

BOULLÓN (2002: 49) afirma que o que se denomina de Empreendimentos Turísticos são “os serviços vendidos aos turistas”. Acrescenta ainda que esses empreendimentos são integrados por dois elementos: o equipamento e as instalações.

A categoria de Equipamentos inclui todos os estabelecimentos administrados pelo poder público ou pela iniciativa privada que se dedicam a prestar os serviços básicos tais como: Hospedagem, Alimentação, Entretenimento e “Outros Serviços”. Já as Instalações são as construções especiais cuja função é facilitar a prática de atividades puramente turísticas e podem ser classificadas em: “de água e praia”, “de montanha” ou “gerais” (BOULLÓN, 2002).

5.3.2 Classificação das empresas turísticas

O Turismo no Brasil é regulamentado no âmbito federal pela EMBRATUR, e pelas respectivas empresas estaduais. Na Paraíba a PBTUR tem a função de organização a atividade e promoção.

As demais empresas turísticas são classificadas segundo a lei nº 6.505 de 13 de Dezembro de 1977, que considera como de serviços turísticos as seguintes empresas:

- *Hotéis, albergues, pousadas, hospedarias, motéis e outros meios de hospedagem de turismo;*
- *Restaurantes de turismo;*
- *Acampamentos turísticos (campings);*
- *Agências de turismo;*
- *Transportadoras turísticas;*
- *Empresas que prestem serviços aos turistas e viajantes, ou a outras atividades turísticas;*
- *Outras entidades que tenham regularmente atividades reconhecidas pelo Poder Executivo como de interesse para o turismo.*

De acordo com o art. 3º, da Deliberação Normativa nº 416, de 22 de novembro de 2000, estão sujeitas ao cadastro na EMBRATUR as firmas individuais, sociedades civis, comerciais ou cooperativas prestadoras de serviços turísticos, que atuem nas áreas de agências de turismo, empresas organizadoras de eventos, meios de hospedagem e transportadoras turísticas.

De acordo com o Decreto nº 84.910, de 15 de Julho de 1980, que regulamenta dispositivos da Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977 referentes aos Meios de Hospedagem de Turismo, Restaurantes de Turismo e Acampamentos Turísticos ("Campings"), os meios de Hospedagem de turismo são:

“os empreendimentos ou estabelecimentos destinados a prestar serviços de hospedagem em aposentos mobiliados e equipados, alimentação e outros necessários aos usuários”.

Este mesmo decreto declara que se consideram Restaurantes de Turismo os “estabelecimentos destinados a prestação de serviços de alimentação e que, por suas condições de localização ou tipicidade, possam ser considerados de interesse turístico.”

A divisão dos meios de hospedagem em categorias é, para diversos autores, baseada em critérios de reconhecimento, de normatização e de fiscalização dos meios de hospedagem pelos órgãos nacionais de turismo (NÓBREGA, 2004:21). O que isto representa em termos práticos é que os meios de hospedagem costumam ser subdivididos em:

- a) “Alojamentos turísticos hoteleiros – sujeitos à normas e classificações específicas (...); e
- b) Alojamentos extra-hoteleiros – integrado por diversos tipos de estruturas, serviços e normas distintas para cada caso”. (MONTEJANO, 1996:151)

O fato de no Brasil não existir uma padronização ou critérios claramente definidos para o ordenamento de pousadas fez com que estes empreendimentos fossem enquadrados por BENI (2001:327), em seu SISTUR (Sistema de Turismo), no grupo dos meios de hospedagem extra-hoteleiros, e recebeu a identificação pelo código I.1.3.6 e sigla PO em seu modelo referencial.

Para este autor, as pousadas podem ser definidas como:

“Estabelecimento comercial de hospedagem, sem parâmetros predefinidos de classificação, situa-se em edificações de valor histórico, ou em construções novas, com predominância de estilo do proprietário na decoração interna, paisagismo do entorno, serviços com atendimento personalizado e cozinha regional ou internacional refinada. Observa-se no Brasil uma tendência de confundir pousada com hospedaria. A pousada evolui para a categoria de equipamento hoteleiro convencional” (BENI, 2001:328).

5.4 IMPACTO AMBIENTAL

A Avaliação Ambiental é considerada por MACEDO (1995:15) a *“mais ampla atividade analítica que se pode realizar acerca de um objeto qualquer do conhecimento”*. Segundo este autor, para que se possa realizar esta análise ambiental:

“no sentido latu sensu, significa compreendê-lo e mensurá-lo segundo as relações mantidas entre seus elementos e aspectos físicos, bióticos, econômicos, sociais e culturais, desde que esse objeto seja assim constituído. Além disso, pressupõe que o enfoque a ser adotado não se conclua de forma reducionista e mecanicista.”

O conceito de impacto sobre o ambiente começou a se consolidar na década de 60. À medida que a avaliação de Impacto Ambiental passou a ser uma atividade institucionalizada e regulamentada pelo poder público nacional, estadual e inclusive local, um dos critérios essenciais para a formulação ou a utilização de um método é o da verificação das peculiaridades dessa ação pública, a começar pela definição do que é legalmente considerado impacto ambiental.

No Brasil, no âmbito da União, por exemplo, essa definição está contida no Artigo Primeiro da Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 001/86. Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental:

“qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem:

- *a saúde, a segurança e o bem-estar da população;*
- *as atividades sociais e econômicas;*
- *a biota;*
- *as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e*
- *a qualidade dos recursos ambientais.”*

Já o *“Federal Environmental Assessment Review Office”* apud TOMMASI (1993: 14) conceitua Impacto Ambiental como sendo os:

“processos que perturbam, descaracterizam, destroem características, condições ou processos no ambiente natural; ou que causam

modificações nos usos instalados, tradicionais, históricos, do solo e nos modos de vida ou na saúde de segmentos da população humana; ou que modifiquem de forma significativa, opções ambientais”.

As características básicas de uma Avaliação de Impacto Ambiental, documento exigido por lei para o licenciamento, pelos respectivos órgãos ambientais estaduais, de um empreendimento de médio a grande porte, inclusive turístico, de acordo com MUNN (1975) *apud* BRAGA (2002: 252) são as seguintes:

- *“descrever as ações propostas e as alternativas também;*
- *prever a natureza e a magnitude dos efeitos ambientais;*
- *identificar as preocupações humanas relevantes;*
- *listar os indicadores de impacto a serem utilizados e para cada um definir sua magnitude. Para o conjunto de impactos, os pesos de cada indicador obtidos do decisor ou das metas nacionais; e*
- *a partir dos valores previstos acima, determinar os valores de cada indicador de impacto e o impacto ambiental total”.*

Os estudos de Impacto Ambiental abrangem uma complexidade de informações e subjetividades muito grande, e este fato acaba pondo muitas vezes os seus resultados em discussão. As metodologias tem evoluído no sentido de torná-los mais eficazes, contudo, como conclui YÁZIGI (2003:112)

“Os estudos de impacto ambiental ainda não lograram definir, com rigor científico, os limites de carga para cada ecossistema, o que não deve, de modo algum, induzir à liberalização do uso e ocupação do solo. Sabe-se, entretanto, que os excessos têm produzido rupturas (cadeias alimentares e por conseqüência de espécies animais e vegetais; enchentes; perda crescente de visuais paisagísticos; alterações imediatas no microclima etc.). Daí porque a diretriz do bom-senso (que outrora sempre guiou as melhores produções urbanísticas e mesmo arquitetônicas), de se mexer o menos possível no meio fica inevitavelmente seguida de várias opções metodológicas.”

O que se tem observado na prática, no entanto, é que esta diretriz do “bom-senso” não tem prevalecido, pois, apesar de sua exigência, tais estudos ambientais são simplesmente ignorados no momento de liberação de empreendimentos, tendo em vista que em nossa sociedade capitalista, o tão exaltado “desenvolvimento econômico” costuma se sobrepor aos interesses ambientais e ao “bom-senso”.

WESTMAN (1985) já havia percebido que o termo “impacto” vinha sendo atribuído tanto às ações humanas, aos seus efeitos nos ecossistemas e à significância desses

efeitos para a sociedade humana. Considera, todavia, que ação, efeito, e significância são três conceitos distintos para avaliação de impacto e preferiu limitar em seus estudos o termo impacto aos efeitos das ações humanas nos ecossistemas.

Os conceitos de Impacto Ambiental utilizados nos Estudos de Impacto Ambiental, fazem referência apenas às mudanças decorrentes da realização de projetos ou atividades de caráter econômico e entendem a avaliação como o conjunto geral de procedimentos, incluindo as etapas iniciais de construção do termo de referência, as reuniões técnicas, o estudo de impactos (relatório técnico) e a participação pública até a tomada de decisão por técnicos, órgãos públicos e sociedades. Os autores que assim tratam o termo avaliação denominam a identificação e previsão de magnitude dos impactos, de Análise de Impacto (SANTOS,2004:110).

De acordo com SANTOS (2004:110), o conceito de Impacto Ambiental em planejamento, difere dos conceitos usados em Estudos de Impacto Ambiental, e é compreendido como sendo

“toda alteração perceptiva no meio, que comprometa o equilíbrio dos sistemas naturais ou antropizados, podendo decorrer tanto das ações humanas como de fenômenos naturais. A avaliação do impacto significa a interpretação qualitativa e quantitativa das mudanças, de ordem ecológica, social, cultural ou estética no meio”.

5.4.1 Impacto Ambiental do Turismo

De acordo com MOREIRA (1998), em sua obra intitulada Manual de Avaliação de Impactos Ambientais quando trata especificamente sobre os impactos do turismo, afirma que:

“a implantação de atividades turísticas implica impactos ambientais muito variados e complexos, podendo gerar conflitos em diversas atividades, entre elas: Ordenamento territorial, Planejamento regional, Sistema habitacional, Saneamento urbano, Desenvolvimento rural, Instalações e infra-estrutura pública, entre outros”.

Entretanto, ainda de acordo com MOREIRA (1998:186), o turismo pode efetivamente contribuir para melhorar os ingressos financeiros e, quando planejado adequadamente, pode ainda proteger espaços naturais importantes. Porém, alerta para o fato de que quando realizado de maneira desordenada, com o uso inadequado dos recursos naturais, as atividades turísticas podem provocar danos às paisagens, às populações nativas e ao meio ambiente das regiões afetadas, inviabilizando, inclusive, o êxito dos projetos turísticos pois estes dependem diretamente da qualidade de seu ambiente. Conclui ainda que:

“Sem o adequado planejamento da atividade, buscando o equilíbrio entre a intensidade e tipo das atividades turísticas e a capacidade de suporte e fragilidade do meio ambiente, os projetos turísticos não serão apenas ambientalmente danosos, como também economicamente insustentáveis” (MOREIRA,1998:188).

Lamentavelmente, no Brasil, pode-se perceber através de relatos de diversos autores da área de turismo, que raros são os casos em que a implantação da atividade turística tem sido devidamente planejada, o que, conseqüentemente, tem provocado impactos ambientais preocupantes nos diversos destinos turísticos espalhados pelo território, especialmente no litoral.

O que tem acontecido na prática é que o aumento de freqüência ao litoral vem de modo geral causando a descaracterização de alguns fatores de atratividade, e, como conclui MIDAGLIA (2001: 34), já é possível se verificar que “determinadas praias já não são capazes de atrair aos banhistas como antigamente”.

O turismo tem consumido esses espaços como meros produtos até a sua exaustão e descaracterização. Como conseqüência dessa relação contraditória MORETTI (2001:44) acrescenta que:

“O ambiente natural, como um dos elementos que transformam o lugar em atrativo turístico, é convertido em símbolos e imagens preparados para serem consumidos de acordo com as necessidades criadas pela sociedade urbano-industrial – fuga do urbano e de suas representações; lazer; prática esportiva; sossego etc. – que leva a venda de uma ambiente urbano (estradas, piscinas, climatização de ambientes, tipos de bebidas, tipos de alimentação, televisão etc.)”

COSTA (2002: 19) acrescenta ainda que um dos principais indicadores dos impactos ambientais do turismo de massa litorâneo “referem-se às usualmente precárias condições de saneamento básico associadas à incapacidade das estruturas administrativas locais de lidar com a crescente demanda”.

Em relação à sustentabilidade de um meio turístico, RUSCHMANN (1999:83) acrescenta que ela depende

“necessariamente do tipo de turismo que ocorre na área e que este poderá ser um tipo de instrumento de sustentação do modelo de desenvolvimento ecológico, exigido pelas grandes transformações no modo de vida em todo globo terrestre”.

Entretanto, o tipo de turismo que tem sido observado no ambiente litorâneo brasileiro, em especial o nordestino, em nada tem remetido à preocupações com a sustentabilidade desses ambientes, já que tem sido basicamente o turismo de massas. Este fato se torna ainda mais preocupante quando se entende que as “intervenções no ambiente têm um alcance muito grande e muitas vezes de caráter multiplicador, portanto os estudos de avaliação da paisagem para atividades turístico-recreacionais podem e devem aproximar-se dos estudos ecológicos da paisagem” (MIDAGLIA,2001:36).

É curioso e lamentável constatar que os empreendimentos turísticos tendem a localizar-se em áreas de relevante interesse ambiental, como ecossistemas relevantes como áreas de manguezais, como é o caso do *Resort Blue Tree Park* em Pernambuco, ou com vegetação relativamente preservada como é o caso do Complexo Turístico Costa do Sol, que está projetado em uma área de remanescente de Mata Atlântica na Paraíba. Como conciliar interesses tão conflitantes é a intrigante questão proposta por CORIOLANO (2001: 93) ao ressaltar que:

“Os grandes empreendimentos turísticos estão projetados para áreas que deveriam ser consideradas de preservação. Preservação implica não-uso e não-destruição. Como conciliar este objetivo, se no turismo a paisagem é transformada em mercadoria e passa a ser consumida, de forma anti-ecológica?”

Uma sucinta e didática subdivisão em categorias de impactos da atividade turística é proposta por MARIANI (2003: 41), para uma melhor compreensão dos fenômenos, e é a seguinte: impactos ambientais da área urbana; impactos ambientais nos atrativos turísticos e impactos sócio-econômicos e culturais.

Os impactos no ambiente urbano dizem respeito ao tratamento de água, esgoto e lixo da cidade e ampliação dos loteamentos. Já os impactos nos atrativos turísticos estão diretamente relacionados aos ecossistemas existentes na área que se propõe estudar, enquanto os impactos sócio-econômicos e culturais estão relacionados às mudanças significativas no modo de vida da população residente do destino turístico.

O Manual de Avaliação de Impactos Ambientais (MOREIRA,1998) contribui de forma decisiva e objetiva para o esclarecimento desse tema tão complexo quando elenca os principais impactos ambientais negativos dos projetos turísticos. De forma resumida, são eles os seguintes:

- *Degradação da paisagem, devido a construções inadequadas;*
- *Aumento da utilização e da necessidade de abastecimento de água potável;*
- *Contaminação da água dos rios e mares, devido ao aumento de esgotos;*
- *Degradação da fauna e flora local, devido aos desmatamentos, caça e pesca predatória;*
- *Aumento da geração de resíduos sólidos;*
- *Aumento da demanda de energia elétrica;*
- *Aumento do tráfego de veículos, com a conseqüente redução da qualidade do ar e aumento dos ruídos;*
- *Assoreamento da costa, devido às ações humanas, com destruição de corais, recifes, mangues, restingas dunas, etc.;*
- *Necessidade de implantação de obras de infra-estrutura causadoras de impactos ambientais negativos, como estradas, sistemas de drenagem, aterros com grande movimentação de terras, entre outros;*
- *Aumento sazonal de população com diversas implicações na área afetada, sua infra-estrutura e população nativa.*

Os diversos impactos sócio-culturais negativos originados a partir do desenvolvimento de atividades turísticas sobre determinadas comunidades, não menos importantes que os anteriormente citados, também são contemplados por MOREIRA (1998), e incluem:

- *Deslocamento e marginalização das populações locais;*

- *Possível mudança de valores e formas de comportamento tradicionais da população local;*
- *Modificação do estilo de vida dos grupos nativos;*
- *Comercialização de festas e cerimônias como atração aos turistas;*
- *Ocorrência do uso indiscriminado de álcool, drogas e prostituição;*
- *Aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, devido ao aumento da demanda de turistas;*
- *Crescimento da população, com a concentração espacial e urbanização não planejada – vinda de comerciantes e outros em busca de trabalho, podendo acentuar conflitos sociais;*
- *Limitação das atividades tradicionais/artesanais como a pesca;*

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada para concretização dos objetivos propostos neste trabalho dividiu-se em diversas etapas, descritas a seguir.

6.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Enfatizaram-se os temas: Turismo, Ocupação das Zonas Costeiras, Impactos Ambientais, Expansão Urbana e Planejamento Turístico. Esta pesquisa foi feita tanto em livros quanto em artigos de periódicos científicos disponíveis via internet, e continuou durante as demais fases desta pesquisa, sendo apenas encerrada no momento da conclusão do trabalho.

6.2 TRABALHO DE CAMPO

Foi elaborado um questionário semi-estruturado (Anexo 01) que foi aplicado *in loco* junto aos proprietários ou responsáveis pelos empreendimentos durante as visitas realizadas no Distrito de Jacumã, que vai desde a Praia do Amor até a praia de Tambaba, faixa litorânea do município do Conde.

Procurou-se, com isso, obter informações visando a elaboração do inventário dos empreendimentos turísticos do local, a obtenção do perfil do empreendedor turístico local e, ainda, informações para a avaliação dos impactos ambientais provocados por esses empreendimentos.

Nas visitas empreendidas para a aplicação dos questionários também se procurou realizar uma documentação fotográfica dos empreendimentos turísticos para identificá-los e registrar os possíveis impactos ambientais promovidos por esses empreendimentos. Ainda neste momento, através da utilização de GPS, obtiveram-se as coordenadas geográficas de cada empreendimento entrevistado para

possibilitar a sua localização nos mapas temáticos e nas fotografias aéreas, para uma maior precisão na fotointerpretação.

6.3 MÉTODO DE SOBREPOSIÇÃO DE MAPAS

Os métodos hoje disponíveis para avaliação de impactos ambientais, em sua maioria, resultaram da evolução de outros já existentes.

Encontram-se disponíveis atualmente métodos bastante elaborados e detalhados, visando apoiar a avaliação de impactos de empreendimentos das mais diversas naturezas.

Um dos métodos escolhidos para a avaliação dos impactos provocados pelos empreendimentos turísticos no Distrito de Jacumã foi o de Superposição de Cartas Temáticas.

Este método consiste em um método de análise espacial que se baseia na confecção de cartas temáticas relativas aos fatores ambientais potencialmente afetados pelas atividades exercidas e que estão sendo avaliadas como causadoras de impactos.

De acordo com SANTOS (2004:117) *“a análise espacial pode representar os impactos e suas propriedades no sítio de estudo. Cada impacto pode ser visualizado de acordo com sua área de abrangência e as relações espaciais entre impactos podem ser identificadas”*.

Dessa forma, mapas temáticos como os de embasamento geológico, tipo de solo, declividade, cobertura vegetal e outros, são utilizados. As informações resultantes da superposição dessas cartas podem gerar novas informações relevantes e ilustrativas para a análise de impactos a que se propõe. Essas informações são sintetizadas segundo conceitos de fragilidade (dando origem aos mapas de restrição) ou de potencial de uso (na forma de mapas de aptidão).

Inicialmente, a superposição desses mapas utilizando este método, costumava ser feita manualmente, com cada carta sendo desenhada em folhas de papel transparente e era conhecida como *overlay*.

Nos dias atuais, é possível realizar esta superposição de forma bem mais precisa, rápida e prática a partir de um Sistema de Informações Geográficas (SIG), o que ampliou consideravelmente as possibilidades de utilização deste método e o tornou bem mais viável e utilizado.

De acordo com BRAGA (2002: 275)

“Com a notável ampliação de perspectivas crescentemente oferecidas pela computação gráfica e pelas técnicas de sensoriamento remoto associadas à sistemas de Informações Geográficas digitalizadas, esse método vem sendo valorizado com intensidade proporcional”.

A utilização dessas novas tecnologias de informação e de tratamento de dados espaciais digitais, como imageamento remoto e geoprocessamento, têm se tornado instrumentos indispensáveis ao geoplanejamento à medida que possibilitam, além da espacialização da informação, maior acessibilidade, precisão e velocidade na obtenção e processamento dos dados necessários às análises (VEIGA & SILVA, 2004).

Segundo VEIGA & SILVA (2004:189) o geoprocessamento se destaca ainda pelo fato de que:

“abriga vários tipos de sistemas e de técnicas para tratamento da informação espacial ou espacializável, permitindo visualizá-la em forma de mapas, relatórios e tabelas, constituindo ferramenta de análise e subsídio à tomada de decisão”.

Já os SIGs podem ser definidos como sendo *“ferramentas que manipulam objetos (ou feições geográficas) e seus atributos (ou registros que compõem um banco de dados) através do seu relacionamento espacial (topologia)”* (VEIGA & SILVA, 2004:190)

A utilização de um SIG permite não apenas manipular dados mas também gerar novas informações através da inclusão, exclusão, substituição e cruzamento de

várias informações. COSTA & SILVA (2004) . O SIG utilizado neste trabalho foi o Spring, versão 4.1.

Para a consecução dessa parte da pesquisa, adotou-se os seguintes procedimentos:

6.3.1 Levantamento Cartográfico

Os produtos adquiridos que serviram de base para a elaboração dos mapas temáticos foram os seguintes:

- Cartas topográficas do INTERPA (1985), escala 1:10.000, produzidas através de um convênio entre a SUDENE e o Governo do Estado da Paraíba;
- Fotos aéreas de 1998 junto à Prefeitura Municipal de João Pessoa, na escala de 1:8.000;
- Mapa dos loteamentos do ano de 2001, junto à Prefeitura Municipal do Conde, na escala de 1:10.000. Neste mapa os loteamentos estavam bem mais atualizados em relação às cartas do INTERPA (1985).

6.3.2 Digitalização e Georreferenciamento

À partir da escanerização das cartas do INTERPA de 1985, fez-se a digitalização da área de estudo utilizando como ferramenta o Software Autocad, sobre a qual foram produzidos os mapas temáticos de Hidrografia, Legislação Ambiental e Declividade.

A partir desta digitalização tornou-se possível a utilização do SIG Spring que, por sua vez, possibilitou o tratamento das informações e a sobreposição dos mapas temáticos. O georreferenciamento dos mapas foi realizado através das coordenadas já adquiridas com o GPS, também através deste mesmo SIG.

6.3.3 Elaboração dos Mapas Temáticos

O cumprimento das etapas anteriores permitiu a geração dos seguintes mapas:

- **Mapa 01 – Uso do Solo e Vegetação** - a partir do mosaico elaborado com as fotos aéreas de 1998 e da fotointerpretação, foram estabelecidas as classes de uso e ocupação do solo, registrando as áreas de ocupação densa, intermediária e esparsa, bem como as áreas de vegetação arbórea, arbustivo-herbácea e áreas de manguezais e alagadiças;
- **Mapa 02 – Declividade** - Identificação, através da digitalização das cartas do Interpa, das áreas com os seguintes intervalos de declividade: de 0% a 10%, de 10% a 30% e acima de 30%;
- **Mapa 03 – Hidrografia** - Constam neste mapa os principais cursos d'água existentes na área de estudo de acordo com a carta do INTERPA de 1985.
- **Mapa 04 – Legislação Ambiental** - registra as áreas nas quais a Legislação Ambiental não permite ou restringe a ocupação, devido à presença de ambientes como os de mangue, falésia, além das áreas ao longo dos cursos d'água, que são consideradas áreas de preservação permanente;
- **Mapa 05 – Solos** - Registra os principais tipos de solo encontrados na área de estudo;
- **Mapa 06 - Localização dos Empreendimentos Turísticos e dos Loteamentos Atuais** - este mapa foi gerado através da utilização do GPS (Sistema de Posicionamento Global) em campo que permitiu a localização geográfica das pousadas e restaurantes. Também registra os loteamentos oficiais mais recentes através do mapa cedido pela Prefeitura Municipal do Conde;

6.3.4 Sobreposição de Mapas

A sobreposição dos mapas temáticos permitiu a geração de novas informações, tais como:

- **MAPA 07 – Restrições** - este mapa foi gerado a partir da sobreposição dos mapas anteriores de declividade, solos e uso e ocupação do solo. Representa as informações de acordo com o nível de dificuldade e impropriedade para o uso;
- **MAPA 08 - Restrições Finais**– foi gerado através da sobreposição do mapa de restrições anterior com o mapa da Legislação. Definiu áreas com 4 níveis de restrição à ocupação, a partir do mapa anterior;
- **MAPA 09 – Restrições Finais X Localização dos Empreendimentos Turísticos** - O mapa de localização dos empreendimentos turísticos foi sobreposto ao de Restrições Finais para tornar visível o número de empreendimentos construídos em áreas protegidas legalmente, em áreas com alta, média e baixa restrição.

6.3.5 Adaptação da Metodologia de McHARG

Neste estudo, ao método de superposição de cartas, associou-se uma adaptação daquele desenvolvido por McHARG (1971), especialmente com o objetivo de permitir a ponderação dos impactos ou atribuição de valores numéricos a cada classe das cartas e superposições obtidas através do método anterior.

Desenvolvido por Ian McHARG em 1971, este método representou um marco no planejamento físico territorial, pois admite-se ter sido este o primeiro autor a adotar um enfoque ecológico nessa área de estudo. O foco central desta metodologia leva em consideração a complexidade envolvida em um planejamento dessa natureza e coloca o ecossistema como célula base nas diretrizes deste plano.

Para este autor, segundo NERY (1992: 55), é possível conciliar as

“aspirações da sociedade tecnológica com a preservação das características ambientais peculiares de um território, responsáveis pelos processos ecológicos existentes, o que implica não só na obtenção de uma qualidade de vida, no mínimo satisfatória, como também valorização das próprias características do meio físico”.

Segundo SANTOS (2004:117), o método de McHARG está entre os mais conhecidos métodos de análise espacial para mapeamento de impactos, juntamente com o de TRICART, apresentado em 1996. Esses dois métodos propõem o mapeamento de potencialidades e restrições por meio da sobreposição de mapas de temas e indicadores que possam expressá-las.

De acordo com a NERY (1992), McHARG se propõe a demonstrar a importância de se desenhar ou projetar respeitando-se a natureza. O conceito de Ecossistema é considerado fator essencial e linha mestra para as diretrizes de seu método. A análise e avaliação de tais ecossistemas são seus principais objetivos, sempre direcionados para os propósitos do planejamento físico.

Em linhas gerais, os objetivos (*op.cit.*) da metodologia de McHARG são:

- *“obter o máximo benefício e mínimo custo social;*
- *valorizar aspectos relevantes da natureza, seus atributos físicos e culturais, e*
- *conservar os processos ambientais básicos para a sobrevivência de todas as espécies”*

A utilização desta Metodologia de McHARG na íntegra (*op.cit.*) consiste na:

- *“identificação dos processos atuantes no ecossistema que compreende a área de estudo;*
- *identificação dos elementos integrantes dos processos que são mapeados;*
- *interpretação e avaliação das informações, organizando-as em um sistema valorativo;*
- *investigação da favorabilidade de cada área com vistas a um determinado uso prospectivo, com base no sistema de valor obtido no item 3;*
- *verificação das possibilidades de existir usos simultâneos e compatíveis” (NERY, 1992:56).*

McHARG sugeriu que os mapas fossem classificados em uma escala de cinco níveis representados por tons de cinza, sendo os mais escuros - os de maior potencial ou maior restrição. A sobreposição dos mapas, assim interpretados, permite a identificação das áreas de maior importância para os potenciais considerados, apresentadas em tons mais fortes (SANTOS,2004:117).

A adaptação realizada desta metodologia neste estudo utilizou três níveis de hierarquização dos impactos, ao invés dos cinco propostos pelo seu mentor. E, como a sobreposição de mapas foi feita com recursos de geoprocessamento, ao contrário das escalas de cinzas, permitiu-se a ponderação de acordo com a importância dos impactos através atribuição de pesos relativos. Assim sendo, os pesos atribuídos nesta análise variaram entre 0.1 a 0.3, tendo sido estabelecido que quanto maior o valor maior a magnitude do impacto.

6.3.6 Metodologia de Pareto

Vilfredo Frederico Samaso Pareto (1906) desenvolveu uma fórmula matemática que possibilita quantificar fenômenos, eventos ou atividades e classificá-los por ordem de maior grau de importância. A fórmula e seu método receberam o nome de seu idealizador e ficaram conhecidos como Análise de Pareto ou Priorização por Pareto.

De acordo com MOREIRA (2003), o diagrama utilizado tem por objetivo determinar a prioridade das causas com relação a sua participação nos problemas, pois, segundo ele, 80% dos problemas encontrados advêm de apenas 20% das causas observadas, daí a necessidade de priorizá-las para que se possa fazer uma intervenção.

A utilização desta técnica tem extrapolado o mundo das Ciências Econômicas, como foi idealizada a princípio, sendo utilizada por diversos especialistas em suas respectivas áreas do conhecimento. BOUDREAU (1999) aplicaram a Análise de Pareto em suas pesquisas paleontológicas, FANETIN (2001) propõe a utilização do Método de Pareto para resolver problemas psicológicos relacionados à má alimentação. ALVES (2002) utilizou este método para priorizar os problemas ambientais urbanos do município de Teixeira na Paraíba.

Neste estudo, utilizou-se o método de priorização de Pareto de maneira associada aos métodos de sobreposição de mapas e McHARG com o objetivo de priorizar as pousadas e restaurantes do distrito de Jacumã de acordo com a sua capacidade de produzir impactos ambientais no local.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO **S**

7.1 INVENTÁRIO DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS DO DISTRITO DE JACUMÃ

7.1.1 Pousadas

Na área de estudo desta pesquisa, que vai desde a Praia do Amor até a praia de Tambaba, foram identificadas 27 (vinte e sete) empreendimentos que se denominam “pousadas” e 3 (três) que se auto-denominam de “hotéis-pousadas”, totalizando 30 (trinta) estabelecimentos de alojamento turístico.

Entretanto, após uma análise de sua infra-estrutura e serviços oferecidos, todos os 30 (trinta) estabelecimentos foram considerados pousadas, pois apresentavam estrutura de pequeno a médio porte e serviços comparados aos serviços similares oferecidos por um estabelecimento desta categoria.

Dessa forma, das 30 (trinta) pousadas localizadas, uma se encontra fechada, que é a “Ekoara’s Chalés” localizada na Praia de Coqueirinho.

As 30 pousadas, cujos proprietários foram entrevistados nesta pesquisa, estão distribuídas da seguinte forma:

- 1 na Praia do Amor;
- 10 em Jacumã;
- 10 em Carapibus;
- 5 em Tabatinga;
- 1 em Coqueirinho; e
- 3 em Tambaba.

A seguir, a lista de pousadas inventariadas nesta pesquisa (tabela 01):

TABELA 01: LISTA DAS POUSADAS LOCALIZADAS NO DISTRITO DE JACUMÃ

	NOME	LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO
01	Pousada da Lua	Praia do Amor	Leonardo e Bettina Leal
02	Pousada Clalés Gurugi	Jacumã	Nelson Pimentel
03	Hotel Solemar	Jacumã	João Franklin
04	Pousada da Tranqüilidade	Jacumã	Estefânia França
05	Pousada do Inglês	Jacumã	Hugh Medley
06	Pousada Brasiluso	Jacumã	José Augusto Furtado
07	Pousada dos Arcos	Jacumã	Vera Lúcia M Medeiros
08	Pousada Beija-Flor	Jacumã	Marinilson da Silva
09	Pousada Recanto da Lua	Jacumã	José Marinésio
10	PousadaRekinte	Jacumã	Edna Costa dos Santos Coelho
11	Hotel-Pousada Viking	Jacumã	Jean e Leif
12	Onze Praias Hostel	Carapibus	Hugh Medley
13	Pousada Porto do Sol	Carapibus	Paulo Roberto dos Santos
14	Zeca's Pousada	Carapibus	José Damasceno Filho
15	Hotel-Pousada Corais de Carapibus	Carapibus	Múcio Ribeiro
16	Pousada das Cores	Carapibus	Miguel Maestre
17	Pousada Neptun	Carapibus	Adilson Cerqueira
18	Bangalôs de Carapibus	Carapibus	Marcos Correia
19	Pousada Anauê	Carapibus	Jairo Alves
20	Pousada Enseada do Sol	Carapibus	Caio e Nélia dos Sandos
21	Pousada das Flores	Carapibus	Miguel Lopes Puertaza
22	Pousada das Conchas	Tabatinga	Eduardo Cassol
23	Pousada Tabatinga	Tabatinga	Reinaldo Martins
24	Pousada Praias do Sul	Tabatinga	Josafá Nascimento
25	Hotel-Pousada dos Duendes	Tabatinga	Liliana Pertierra
26	Pousada dos Mundos	Tabatinga	Florencia Blankleder
27	Ekoara's Chalés	Coqueirinho	Ana Luiza M. de O. e Silva
28	Pousada Arca de Bilu	Tambaba	Marcos Vinícius Diniz
29	Estalagem Aldeia dos Ventos	Tambaba	Luis Geraldo
30	Pousada Dom Quinzote	Tambaba	Joaquim Kleber

Fonte: Joelma Guedes (2005)

Na seqüência, apresentam-se em detalhes, algumas das características de cada pousada inventariada:

POUSADA DA LUA (01)

Localização: Praia do Amor	Ano de Implantação: 2004
Nº de apartamentos: 04	Nº de banheiros: 06
Capacidade máxima (nº de pessoas): 10 pessoas	
Origem predominante dos clientes/ turistas: Recife e Portugal	
Nome do empreendedor: Bettina Leal	
Idade: 42	Sexo: Feminino
Estado Civil: Casada	Naturalidade: Alemanha
Residência atual: no local	Nº de filhos: 3
Escolaridade: Médio Completo	
Sistema de Abastecimento d'água	Poço (30 metros)
Sistema de esgotos	Fossa
Sistema de coleta de lixo	Pela prefeitura
Maiores problemas enfrentados: Presença de lixo nas ruas e praias, falta de drenagem nas ruas para diminuir a erosão e de Educação Ambiental	
Reclamações mais frequentes dos clientes: Sujeira nas praias, principalmente no período do Carnaval	

Fotos 07 e 08: Vista externa e interna da Pousada da Lua.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

POUSADA CHALÉS GURUGI (02)

Localização: Jacumã	Ano de Implantação: 2004
Nº de apartamentos: 6 Chalés	Nº de banheiros: 6
Capacidade máxima (nº de pessoas): 18 pessoas	
Origem predominante dos clientes/ turistas: Sudeste e Sul do Brasil	
Nome do empreendedor: Nelson Albino Pimentel	
Idade: 80	Sexo: Masculino
Estado Civil: Casado	Naturalidade: Pernambuco
Residência atual: Recife	Nº de filhos: 06
Escolaridade:	Superior Completo
Sistema de Abastecimento d'água	Cagepa e Poço (18 metros), mas só usa do poço
Sistema de esgotos	6 Fossas (1 para cada chalé)
Sistema de coleta de lixo	Pela prefeitura que considera irregular e também seleciona o lixo orgânico para enterrar e queima os papéis.
Maiores problemas enfrentados: Muita poeira devido à ausência de pavimentação das ruas e falta muita energia e água da Cagepa	
Reclamações mais frequentes dos clientes: Falta de banheiros públicos	

Fotos 09 e 10: Vista externa dos Chalés Gurugi e área de lazer.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

HOTEL SOLEMAR (03)

Localização: Jacumã	Ano de Implantação: 1984
Nº de apartamentos: 35	Nº de banheiros: 41
Capacidade máxima (nº de pessoas): 100 pessoas	
Origem predominante dos clientes/ turistas: São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e João Pessoa	
Nome do empreendedor: João Franklin	
Idade: 52 anos	Sexo: Masculino
Estado Civil: Casado	Naturalidade: São Paulo
Residência atual: São Paulo	Nº de filhos: 1
Escolaridade: Médio Completo	
Sistema de Abastecimento d'água	Poço (20 metros)
Sistema de esgotos	4 fossas
Sistema de coleta de lixo	Pela Prefeitura (Regular)
Maiores problemas enfrentados: Pavimentação e Sistema de Transporte em condições precárias	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: Baixa frequência e má qualidade dos meios de transportes	

Fotos 11 e 12: Vista externa da fachada e interna do Hotel Solemar.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

POUSADA DA TRANQUILIDADE (04)

Localização: Jacumã	Ano de Implantação: 1997
Nº de apartamentos: 07	Nº de banheiros: 07
Capacidade máxima (nº de pessoas): 28 pessoas	
Origem predominante dos clientes/ turistas: Recife, Natal e Campina Grande	
Nome do empreendedor: Estefânia França da Silva	
Idade: 75 anos	Sexo: Feminino
Estado Civil: Viúva	Naturalidade: Pirpirituba-PB
Residência atual: João Pessoa	Nº de filhos: 03
Escolaridade: Fundamental Completo	
Sistema de Abastecimento d'água	Cagepa e poço (mas só usa o poço)
Sistema de esgotos	2 Fossas
Sistema de coleta de lixo	Prefeitura e julga regular
Maiores problemas enfrentados: faltas de energia constantes e de segurança	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: Falta de eventos	

Fotos 13 e 14: Vista da fachada e dos apartamentos da Pousada da Tranquilidade.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

POUSADA DO INGLÊS (05)

Localização: Jacumã	Ano de Implantação: 1999
Nº de apartamentos: 21	Nº de banheiros: 26
Capacidade máxima (nº de pessoas):	63 pessoas
Origem predominante dos clientes/ turistas: João Pessoa, Campina Grande e Recife	
Nome do empreendedor: Hugh William Medley	
Idade: 53 anos	Sexo: Masculino
Estado Civil: Divorciado	Naturalidade: Inglaterra
Residência atual: Jacumã	Nº de filhos: 3
Escolaridade: Superior Completo	
Sistema de Abastecimento d'água	CAGEPA e Poços (10 metros)
Sistema de esgotos	Fossas
Sistema de coleta de lixo	Pela Prefeitura com frequência regular mas em condições precárias
Maiores problemas enfrentados: local de coleta de lixo aberto e inadequado e consequente presença de moscas.	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: Falta de atrações noturnas e barracas instaladas de forma desordenada na praia	

Fotos 15 e 16: Vista externa da fachada e dos apartamentos da Pousada do Inglês.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

POUSADA BRASILUSO (06)

Localização: Jacumã	Ano de Implantação: 1992
Nº de apartamentos: 09	Nº de banheiros: 11
Capacidade máxima (nº de pessoas):	40
Origem predominante dos clientes/ turistas: Campina Grande e João Pessoa	
Nome do empreendedor: José Augustio Furtado	
Idade: 56 anos	Sexo: Masculino
Estado Civil: Casado	Naturalidade: Portugal
Residência atual: Jacumã	Nº de filhos: 03
Escolaridade: Superior Completo	
Sistema de Abastecimento d'água	CAGEPA e Poço (só usa o poço)
Sistema de esgotos	03 Fossas
Sistema de coleta de lixo	Realizado pela Prefeitura com frequência satisfatória
Maiores problemas enfrentados: Ruas mal cuidadas e ausência de investimentos do Setor Público necessários para o desenvolvimento do turismo	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: Falta de Segurança, praias sujas e escassez de mão de obra qualificada	

Fotos 17 e 18: Vista da fachada da Pousada Brasiluso .

Fonte: Joelma Guedes (2004)

POUSADA DOS ARCOS (07)

Localização: Jacumã	Ano de Implantação: 2000
Nº de apartamentos: 07	Nº de banheiros: 08
Capacidade máxima (nº de pessoas):	20 pessoas
Origem predominante dos clientes/ turistas: Recife, Regiões Sul e Sudeste	
Nome do empreendedor: Vera Lúcia M. de Medeiros	
Idade: 47 anos	Sexo: Feminino
Estado Civil: Casada	Naturalidade: Malta – PB
Residência atual: Jacumã	Nº de filhos: 0
Escolaridade:	Superior Completo
Sistema de Abastecimento d'água	CAGEPA
Sistema de esgotos	Fossa (2,5m de profundidade)
Sistema de coleta de lixo	Executado regularmente pela Prefeitura
Maiores problemas enfrentados: Carência na limpeza e iluminação das ruas e difícil acesso às praias.	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: Dificuldade de acesso às praias, falta de restaurantes e atividades noturnas.	

Fotos 19 e 20: Vista das fachadas lateral e frontal da Pousada dos Arcos .

Fonte: Joelma Guedes(2004)

POUSADA BEIJA-FLOR (08)

Localização: Jacumã	Ano de Implantação: 2002
Nº de apartamentos: 05	Nº de banheiros: 06
Capacidade máxima (nº de pessoas):	15 pessoas
Origem predominante dos clientes/ turistas: Campina Grande e Recife	
Nome do empreendedor: Marinilson Rufino da Silva	
Idade: 41 anos	Sexo: Masculino
Estado Civil: Solteiro	Naturalidade: Barra de Santa Rosa – PB
Residência atual: São Paulo (Há 20 anos)	Nº de filhos: 02
Escolaridade:	Fundamental completo
Sistema de Abastecimento d'água	CAGEPA
Sistema de esgotos	Fossa (01)
Sistema de coleta de lixo	Feito pela Prefeitura com freqüência irregular e em más condições.
Maiores problemas enfrentados: Infra-estrutura urbana precária, especialmente em relação às vias de acesso e de iluminação pública.	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: Ruas de difícil acesso e precária iluminação pública	

Fotos 21 e 22: Vista externa da fachada e dos apartamentos da Pousada Beija-flor.

Fonte: Joelma Guedes(2004)

POUSADA RECANTO DA LUA (09)

Localização: Jacumã	Ano de Implantação: 2004
Nº de apartamentos: 15	Nº de banheiros: 15
Capacidade máxima (nº de pessoas):	45 pessoas
Origem predominante dos clientes/ turistas: Recife – PE	
Nome do empreendedor: José Marinésio Ribeiro	
Idade: 35 anos	Sexo: Masculino
Estado Civil: casado	Naturalidade: Itabaiana – PB
Residência atual: Itabaiana – PB	Nº de filhos: 02
Escolaridade:	Médio completo
Sistema de Abastecimento d'água	CAGEPA e Poço
Sistema de esgotos	Fossa (03)
Sistema de coleta de lixo	Deficiente, ocorrendo semanas em que não é feito.
Maiores problemas enfrentados: Acessos e ruas sem calçamento e com lixo.	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: sem reclamações	
Fotos 23 e 24: Vista interna e externa da Pousada Recanto da Lua

Fonte: Joelma Guedes (2004)

POUSADA E RESTAURANTE REKINTE (10)

Localização: Jacumã	Ano de Implantação: 1997
Nº de apartamentos: 12	Nº de banheiros: 15
Capacidade máxima (nº de pessoas):	48 pessoas
Origem predominante dos clientes/ turistas: Campina Grande e João Pessoa	
Nome do empreendedor: Edna Costa dos Santos Coelho	
Idade: 65 anos	Sexo: Feminino
Estado Civil: Viúva	Naturalidade: João Pessoa
Residência atual: João Pessoa	Nº de filhos: 4
Escolaridade:	Médio Completo
Sistema de Abastecimento d'água	CAGEPA e poço, porque falta água com freqüência
Sistema de esgotos	3 fossas
Sistema de coleta de lixo	Pela Prefeitura e a considera irregular principalmente no inverno que "não passa".
Maiores problemas enfrentados: Falta de divulgação/apoio do governo, transporte precário e falta de infra-estrutura geral	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: Freqüentes faltas d'água e energia no verão	
Fotos 25 e 26: Vista da fachada externa e idos quartos da Pousada Requite.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

HOTEL-POUSADA VIKING E RESTAURANTE (11)

Localização: Jacumã	Ano de Implantação: 1994
Nº de apartamentos: 24	Nº de banheiros: 30
Capacidade máxima (nº de pessoas):	90 pessoas
Origem predominante dos clientes/ turistas: Estrangeiros e de Pernambuco	
Nome do empreendedor: Jean Christian e Leif Ornistrend	
Idade: 37 e 40 anos	Sexo: Masculino
Estado Civil: Casados	Naturalidade: Suécia
Residência atual: 6 meses na Suécia e 6 no local	Nº de filhos: 1
Escolaridade:	Superior Completo
Sistema de Abastecimento d'água	Poço
Sistema de esgotos	Fossa
Sistema de coleta de lixo	Pela prefeitura e irregular
Maiores problemas enfrentados: inexistência de mão-de-obra qualificada	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: Lixo nas praias, falta de iluminação pública e transporte precário	

Fotos 27 e 28: Vista externa e interna do Hotel-pousada Viking.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

ONZE PRAIAS HOSTEL (12)

Localização: Carapibus	Ano de Implantação: 2004
Nº de apartamentos: 8 apartamentos com banheiro e 3 dormitórios (sem banheiro)	Nº de banheiros: 10
Capacidade máxima (nº de pessoas):	33 pessoas
Origem predominante dos clientes/ turistas: João Pessoa, Campina Grande e Recife	
Nome do empreendedor: Hugh William Medley	
Idade: 53 anos	Sexo: Masculino
Estado Civil: Divorciado	Naturalidade: Inglaterra
Residência atual: Jacumã	Nº de filhos: 3
Escolaridade: Superior Completo	
Sistema de Abastecimento d'água	Cagepa e Poço
Sistema de esgotos	Fossa
Sistema de coleta de lixo	Pela Prefeitura e irregular
Maiores problemas enfrentados: péssimos acessos	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: Falta de atrações noturnas	

Fotos 29 e 30: Vista externa e dos apartamentos do Onze Praias Hostel.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

POUSADA PORTO DO SOL (13)

Localização: Carapibus	Ano de Implantação: 2000
Nº de apartamentos: 08	Nº de banheiros: 10
Capacidade máxima (nº de pessoas):	24 pessoas
Origem predominante dos clientes/ turistas: 80% do Nordeste e 20% de estrangeiros e de outras regiões do Brasil	
Nome do empreendedor: Paulo Roberto S. Dos Santos	
Idade: 56 anos	Sexo: Masculino
Estado Civil: Casado	Naturalidade: São Gabriel-RS
Residência atual: no local (Carapibus)	Nº de filhos: 1
Escolaridade:	Médio Completo
Sistema de Abastecimento d'água	CAGEPA
Sistema de esgotos	2 fossas
Sistema de coleta de lixo	Pela Prefeitura e a considera muito irregular
Maiores problemas enfrentados: "Tudo": Saneamento, calçamento, iluminação, segurança e sinalização deficientes.	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: Iluminação precária, presença de lixo nas ruas e praias, falta de sinalização e péssimo acesso às praias.	

Fotos 31 e 32: Vista da fachada externa e interna da Pousada Porto do Sol.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

ZEKA'S POUSADA E RESTAURANTE (14)

Localização: Carapibus	Ano de Implantação: 1998
Nº de apartamentos: 11	Nº de banheiros: 17
Capacidade máxima (nº de pessoas):	50 pessoas
Origem predominante dos clientes/ turistas: Recife, Natal e Campina Grande	
Nome do empreendedor: José Damasceno Filho	
Idade: 51 anos	Sexo: Masculino
Estado Civil: Casado	Naturalidade: Caicó-RN
Residência atual: Carapibus (no local)	Nº de filhos: 2
Escolaridade:	Superior Completo
Sistema de Abastecimento d'água	Poço (20 metros)
Sistema de esgotos	Fossa
Sistema de coleta de lixo	Pela Prefeitura, satisfatória
Maiores problemas enfrentados: Quando falta de energia também falta água e pouca divulgação do local	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: Falta de atrações noturnas	

Fotos 33 e 34: Vistas externas, posterior e frontal, da Zeka's Pousada.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

HOTEL-POUSADA CORAIS DE CARAPIBUS (15)

Localização: Carapibus	Ano de Implantação: 1995
Nº de apartamentos: 41	Nº de banheiros: 50
Capacidade máxima (nº de pessoas):	160 pessoas
Origem predominante dos clientes/ turistas: João Pessoa, Recife, São Paulo e Brasília	
Nome do empreendedor: Múcio Lisboa Ribeiro	
Idade: 46 anos	Sexo: Masculino
Estado Civil: casado	Naturalidade: Sapé-PB
Residência atual: João Pessoa	Nº de filhos: 3
Escolaridade:	Médio Completo
Sistema de Abastecimento d'água	Poço (30 metros)
Sistema de esgotos	Fossa
Sistema de coleta de lixo	Pela Prefeitura, muito irregular
Maiores problemas enfrentados: Inexistência de apoio do governo e péssimas estradas de acesso.	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: Moscas devido ao lixo nas ruas e pela demora da coleta municipal, falta de sinalização e segurança.	
Fotos 35 e 36: Vistas externas do Hotel-pousada Corais de Carapibus.

Fonte: Joelma Guedes(2004)

POUSADA DAS CORES E RESTAURANTE FLÓRIDA-ARGENTINO (16)

Localização: Carapibus	Ano de Implantação: 2003
Nº de apartamentos: 11	Nº de banheiros: 13
Capacidade máxima (nº de pessoas):	33 pessoas
Origem predominante dos clientes/ turistas: Brasileiros e estrangeiros em Agosto	
Nome do empreendedor: Miguel Mestre	
Idade: 30 anos	Sexo: Masculino
Estado Civil: solteiro	Naturalidade: Argentina
Residência atual: Carapibus (no local)	Nº de filhos: não tem filhos
Escolaridade:	Superior completo
Sistema de Abastecimento d'água	Poço (15 metros)
Sistema de esgotos	2 fossas
Sistema de coleta de lixo	Pela prefeitura, irregular e insatisfatória
Maiores problemas enfrentados: Acessos péssimos às praias, lixo nas praias, e falta de infra-estrutura geral	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: Acessos péssimos às praias, lixo nas praias, e falta de infra-estrutura geral	
Fotos 37 e 38: Vista interna dos apartamentos e da fachada externa da Pousada das Cores.

Fonte: Joelma Guedes(2004)

POUSADA NEPTUN (17)

Localização: Carapibus	Ano de Implantação: 2003
Nº de apartamentos: 10	Nº de banheiros: 13
Capacidade máxima (nº de pessoas):	38 pessoas
Origem predominante dos clientes/ turistas: Pernambuco e europeus	
Nome do empreendedor: Adilson Cerqueira de Almeida	
Idade: 40 anos	Sexo: masculino
Estado Civil: casado	Naturalidade: São Paulo
Residência atual: Carapibus	Nº de filhos: 3
Escolaridade:	Médio Completo
Sistema de Abastecimento d'água	2 poços (24 metros)
Sistema de esgotos	Fossa
Sistema de coleta de lixo	Pela prefeitura e irregular
Maiores problemas enfrentados: falta de investimentos no turismo e de um aeroporto	
Reclamações mais frequentes dos clientes: Acessos e lixo nas praias	

Fotos 39 e 40: Vista interna dos apartamentos e externa da Pousada Neptun.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

BANGALÔS DE CARAPIBUS (18)

Localização: Carapibus	Ano de Implantação: 2000
Nº de apartamentos: 7 chalés	Nº de banheiros: 8
Capacidade máxima (nº de pessoas):	35 pessoas
Origem predominante dos clientes/ turistas: Recife e João Pessoa	
Nome do empreendedor: Marcos Otávio Correia	
Idade: 38 anos	Sexo: masculino
Estado Civil: casado	Naturalidade: João Pessoa
Residência atual: João Pessoa	Nº de filhos: 1
Escolaridade:	Superior Completo
Sistema de Abastecimento d'água	Poço
Sistema de esgotos	2 fossas
Sistema de coleta de lixo	Pela prefeitura- irregular e o coletor fica muito longe
Maiores problemas enfrentados: Iluminação pública precária e péssimos acessos às praias e pousadas	
Reclamações mais frequentes dos clientes: condições das estradas e acessos às praias	

Fotos 41 e 42: Vista de um dos chalés e área de lazer comum aos Bangalôs de Carapibus.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

POUSADA ANAUÊ (19)

Localização: Carapibus	Ano de Implantação: 2003
Nº de apartamentos: 10	Nº de banheiros: 15
Capacidade máxima (nº de pessoas):	35 pessoas
Origem predominante dos clientes/ turistas: Recife, João Pessoa e Natal	
Nome do empreendedor: Jairo Alves	
Idade: 42 anos	Sexo: masculino
Estado Civil: casado	Naturalidade: Campinas-SP
Residência atual: Carapibus (no local)	Nº de filhos: 2
Escolaridade:	Médio Completo
Sistema de Abastecimento d'água	Poço (24 metros)
Sistema de esgotos	Fossa
Sistema de coleta de lixo	Pela prefeitura – irregular e insatisfatória
Maiores problemas enfrentados: Falta de saneamento básico, a precária coleta de lixo nas ruas e praias, acessos e falta de incentivo ao turismo pelo governo	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: Lixo nas praias e falta de infraestrutura para o turismo como restaurantes e casas noturnas	

Fotos 43 e 44: Vista da fachada externa e interna da pousada. Anauê

Fonte: Joelma Guedes (2004)

POUSADA ENSEADA DO SOL (20)

Localização: CARAPIBUS	Ano de Implantação: 2001
Nº de apartamentos: 30	Nº de banheiros: 30
Capacidade máxima (nº de pessoas): 127	
Origem predominante dos clientes/ turistas: Recife, João Pessoa, Rio Grande do Norte e São Paulo	
Nome do empreendedor: Caio Mucio Furtado	
Idade: 40	Sexo: Masculino
Estado Civil: Casado	Naturalidade: João Pessoa
Residência atual: João Pessoa	Nº de filhos: 01
Escolaridade: Superior Completo	
Sistema de Abastecimento d'água	3 POÇOS
Sistema de esgotos	2 FOSSAS
Sistema de coleta de lixo	Pela prefeitura-irregular
Maiores problemas enfrentados: péssimos acessos às praias, falta de iluminação pública e de energia com freqüência, coleta de lixo irregular e precária lixo nas praias.	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: péssimos acessos às praias e lixo nas praias	

Fotos 45 e 46: Vista dos apartamentos e área de lazer e fachada de entrada da pousada Enseada do Sol.

Fonte: Joelma Guedes(2004)

POUSADA DAS FLORES (21)

Localização: Carapibus	Ano de Implantação: 1995
Nº de apartamentos: 10	Nº de banheiros: 10
Capacidade máxima (nº de pessoas):	20 pessoas
Origem predominante dos clientes/ turistas: 95% de estrangeiros e 5% de brasileiros	
Nome do empreendedor: Miguel Luis Lopes Puertaza	
Idade: 39 anos	Sexo: Masculino
Estado Civil: Casado	Naturalidade: Bélgica
Residência atual: Carapibus (no local)	Nº de filhos: 4
Escolaridade:	Superior completo
Sistema de Abastecimento d'água	Poço (12 metros)
Sistema de esgotos	Fossa
Sistema de coleta de lixo	Pela prefeitura, mas reclama por não ter coletor próximo
Maiores problemas enfrentados: Limpeza das praias	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: presença de lixo nas praias	

Fotos 47 e 48: Vistas externas da Pousada das Flores.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

POUSADA DAS CONCHAS (22)

Localização: Tabatinga	Ano de Implantação: 1998
Nº de apartamentos: 17	Nº de banheiros: 19
Capacidade máxima (nº de pessoas):	45 pessoas
Origem predominante dos clientes/ turistas: maioria de brasileiros: João Pessoa, Recife e Região Sul e Sudeste	
Nome do empreendedor: Eduardo Cassol	
Idade: 36 anos	Sexo: Masculino
Estado Civil: Casado	Naturalidade: Rio Grande do Sul
Residência atual: Tabatinga	Nº de filhos: 3
Escolaridade:	Médio Completo
Sistema de Abastecimento d'água	2 Poços
Sistema de esgotos	Fossa
Sistema de coleta de lixo	Pela Prefeitura, e a considera precária e irregular
Maiores problemas enfrentados: Falta de: Iluminação pública, calçadas, apoio do governo, capacitação de mão-de-obra e coletores de lixo.	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: Falta de iluminação pública, calçadas e péssimos acessos	

Fotos 49 e 50: Vistas internas da área de lazer da Pousada das Conchas.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

POUSADA TABATINGA (23)

Localização: Tabatinga	Ano de Implantação: 1996
Nº de apartamentos: 8	Nº de banheiros: 12
Capacidade máxima (nº de pessoas):	32 pessoas
Origem predominante dos clientes/ turistas: Recife (70%)	
Nome do empreendedor: Reinaldo Pozo Martins	
Idade: 47 anos	Sexo: Masculino
Estado Civil: Casado	Naturalidade: Bauru – SP
Residência atual: João Pessoa	Nº de filhos: 1
Escolaridade:	Superior Completo
Sistema de Abastecimento d'água	Poço
Sistema de esgotos	Fossa
Sistema de coleta de lixo	Pela Prefeitura e regular
Maiores problemas enfrentados: Falta de Iluminação pública e acessos em geral	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: sem reclamações	

Fotos 51 e 52: Vista da fachada interna da Pousada Tabatinga e dos apartamentos.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

POUSADA PRAIAS DO SUL (24)

Localização: Tabatinga	Ano de Implantação: 2000
Nº de apartamentos: 3 Chalés	Nº de banheiros: 3
Capacidade máxima (nº de pessoas):	12 pessoas
Origem predominante dos clientes/ turistas: Pernambuco	
Nome do empreendedor: Josafá Nascimento da Silva	
Idade: 59 anos	Sexo: Masculino
Estado Civil: Casado	Naturalidade: Pernambuco
Residência atual: Tabatinga (no local)	Nº de filhos: 4
Escolaridade:	Superior Completo
Sistema de Abastecimento d'água	Poço (24 metros)
Sistema de esgotos	2 fossas
Sistema de coleta de lixo	Pela prefeitura. Reclama por não haver varrição das ruas.
Maiores problemas enfrentados: Falta de apoio da Prefeitura, Iluminação pública e limpeza das praias	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: Falta de diversão noturna para turistas internacionais	

Fotos 53 e 54: Vista dos chalés da Pousada Praias do Sul com o manguezal e a praia no segundo plano.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

HOTEL-POUSADA DOS DUENDES (25)

Localização: Tabatinga	Ano de Implantação: 2004
Nº de apartamentos: 8	Nº de banheiros: 10
Capacidade máxima (nº de pessoas):	24 pessoas
Origem predominante dos clientes/ turistas: João Pessoa e Recife	
Nome do empreendedor: Liliana Pertierra	
Idade: 52 anos	Sexo: Feminino
Estado Civil: Casada	Naturalidade: Argentina
Residência atual: Tabatinga (no local)	Nº de filhos: 2
Escolaridade:	Superior Completo
Sistema de Abastecimento d'água	Poço (25 metros)
Sistema de esgotos	2 fossas
Sistema de coleta de lixo	Pela Prefeitura e a considera satisfatória
Maiores problemas enfrentados: Péssimos acessos, falta de apoio da prefeitura e poucos vôos para o aeroporto mais próximo.	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: Falta de diversão noturna e alto preço cobrado pelos transportes	

Fotos 55 e 56: Vista externa do Hotel-Pousada dos Duendes e de sua área de lazer.

Fonte: Joelma Guedes(2004)

POUSADA DOS MUNDOS (26)

Localização: Tabatinga	Ano de Implantação: 2003
Nº de apartamentos: 7	Nº de banheiros: 9
Capacidade máxima (nº de pessoas):	21 pessoas
Origem predominante dos clientes/ turistas: Recife, João Pessoa, São Paulo e rio de Janeiro	
Nome do empreendedor: Florencia Blankleder	
Idade: 27 anos	Sexo: Feminino
Estado Civil: Casada	Naturalidade: Argentina
Residência atual: Tabatinga (no local)	Nº de filhos: -
Escolaridade:	Superior Completo
Sistema de Abastecimento d'água	Poço (24 metros)
Sistema de esgotos	2 fossas
Sistema de coleta de lixo	Pela Prefeitura e irregular
Maiores problemas enfrentados: Falta de: saneamento básico, limpeza das praias, iluminação pública e péssimos acessos às praias	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: Falta de iluminação pública, péssimos acessos às praias e lixo nas praias	

Fotos 57 e 58: Vista externa frontal e lateral da Pousada dos Mundos

Fonte: Joelma Guedes (2004)

EKOARA'S CHALÉS (27)

Localização: Coqueirinho	Ano de Implantação: 2003
Nº de apartamentos: 7	Nº de banheiros: 9
Capacidade máxima (nº de pessoas):	21 pessoas
Origem predominante dos clientes/ turistas: São Paulo e rio de Janeiro	
Nome do empreendedor: Ana Luiza Mendonça de O. Silva	
Idade: 27 anos	Sexo: Feminino
Estado Civil: Casada	Naturalidade: Argentina
Residência atual:)	Nº de filhos: -
Escolaridade:	Superior Incompleto
Sistema de Abastecimento d'água	Poço (24 metros)
Sistema de esgotos	2 fossas
Sistema de coleta de lixo	Pela Prefeitura e irregular
Maiores problemas enfrentados:	
Reclamações mais freqüentes dos clientes:	
Observação importante: no período da pesquisa a proprietária nos informou que a pousada estava fechada.	

Fotos 59 e 60: Vistas externas da Pousada Ekoara's Chalés

Fonte: Joelma Guedes (2004)

POUSADA ARCA DE BILU (28)

Localização: Tambaba	Ano de Implantação: 2002
Nº de apartamentos: 6	Nº de banheiros: 6
Capacidade máxima (nº de pessoas):	19 pessoas
Origem predominante dos clientes/ turistas: Estrangeiros e Região Sudeste	
Nome do empreendedor: Marcos Vinícius Pedrosa	
Idade: 50 anos	Sexo: Masculino
Estado Civil: Casado	Naturalidade: Rio Grande do Norte
Residência atual: Tambaba (no local)	Nº de filhos: 2
Escolaridade:	Superior Completo
Sistema de Abastecimento d'água	Poço ("no pé da falésia")
Sistema de esgotos	Fossa
Sistema de coleta de lixo	Pela Prefeitura e é irregular
Maiores problemas enfrentados: Falta de Segurança e de Iluminação pública, presença de lixo nas praias e conflitos com a SONATA (Sociedade de Naturismo de Tambaba)	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: Conflitos com a SONATA pelo que chamam de excesso de rigidez e preconceitos, pois, de acordo com esta sociedade, os homens apenas podem entrar se estiverem acompanhados por uma mulher.	

Fotos 61 e 62: Vista externa dos apartamentos e da área de lazer da Pousada Arca de Bilu.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

ESTALAGEM ALDEIA DOS VENTOS (29)

Localização: Tambaba	Ano de Implantação: 1994
Nº de apartamentos: 18	Nº de banheiros: 22
Capacidade máxima (nº de pessoas):	54 pessoas
Origem predominante dos clientes/ turistas: Estrangeiros e outros estados do Brasil	
Nome do empreendedor: Luiz Geraldo	
Idade: 45 anos	Sexo: Masculino
Estado Civil: Casado	Naturalidade:
Residência atual: Jacumã	Nº de filhos: -
Escolaridade:	Superior Completo
Sistema de Abastecimento d'água	Poço (80 metros)
Sistema de esgotos	2 fossas
Sistema de coleta de lixo	Pela prefeitura e precária
Maiores problemas enfrentados: Falta de energia quando falta água	
Reclamações mais frequentes dos clientes: acessos às praias e falta de iluminação pública	

Fotos 63 e 64: Vista interna e da área de lazer da pousada Estalagem dos Ventos.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

POUSADA DOM QUINZOTE (30)

Localização: Tambaba	Ano de Implantação: 1994
Nº de apartamentos: 8	Nº de banheiros: 8
Capacidade máxima (nº de pessoas):	24 pessoas
Origem predominante dos clientes/ turistas: Estrangeiros e de Pernambuco	
Nome do empreendedor: Joaquim Kleber	
Idade: 46 anos	Sexo: Masculino
Estado Civil: Casado	Naturalidade: São Paulo
Residência atual: Recife – PE	Nº de filhos: 1
Escolaridade:	Fundamental Completo
Sistema de Abastecimento d'água	Poço
Sistema de esgotos	Fossa
Sistema de coleta de lixo	Pela Prefeitura, coletor muito distante da pousada
Maiores problemas enfrentados: De acordo com a proprietária o maior problema é o "Desrespeito de alguns homens que confundem naturismo com nudismo".	
Reclamações mais frequentes dos clientes: Não tem telefone e o sinal de celular não pega bem.	

Fotos 65 e 66: Vista externa da fachada da Pousada Dom Quinzote.

Fonte: Nadjacléa Almeida (2005)

7.1.2 Restaurantes

Durante a aplicação dos questionários junto aos proprietários dos restaurantes existentes na área de estudo foi constatado que existem muitas barracas à beira-mar e alguns pequenos estabelecimentos, com estruturas inadequadas, que se auto-denominam “restaurantes”, mas que na verdade servem apenas “pratos-feitos”.

Uma outra constatação influenciou decisivamente na delimitação dessa classe que foi o fato de que muitas das pousadas, existentes na área de estudo, também possuem restaurantes dentro de suas estruturas. Assim sendo, esses restaurantes foram inventariados juntamente com as suas respectivas pousadas para evitar redundâncias neste inventário.

Dessa forma, somente uma amostra intencional com os estabelecimentos com um padrão analisado como razoável, com estruturas independentes das pousadas e possível de classificar como turísticos foi escolhida para representar esta categoria de estabelecimentos denominada “restaurantes e bares”, que foram os seguintes:

TABELA 02: LISTA DOS RESTAURANTES CUJOS PROPRIETÁRIOS FORAM ENTREVISTADOS LOCALIZADOS NO DISTRITO DE JACUMÃ

	Nome	Localização
01	Portal de Jacumã	Jacumã
02	Restaurante Gurugi	Jacumã
03	Peixada de Jacumã	Jacumã
04	Restaurante Bela Vista	Carapibus (PB-008)
05	Restaurante O Capitão	Carapibus
06	Restaurante Terraço Tropical	Carapibus
07	Carapibus Bar	Carapibus
08	Nativos Bar	Carapibus
09	Tabatinga Arte's Bar	Tabatinga
10	Restaurante Canyon de Coqueirinho	Coqueirinho
11	Restaurante Arca de Bilu	Tambaba
12	Xexéu Bar e Restaurante	Tambaba

Fonte: Joelma Abrantes (2005)

Em seguida, apresentam-se em detalhe, algumas das características dos restaurantes inventariados:

RESTAURANTE E PIZZARIA PORTAL DE JACUMÃ (01)

Localização: Jacumã	Ano de Implantação: 2002
Nº de banheiros: 03	
Origem predominante dos clientes/ turistas: João Pessoa e Recife	
Nome do empreendedor: Pascal Jaques Lerayer	
Idade: 45 anos	Sexo: Masculino
Estado Civil: Divorciado	Naturalidade: França
Residência atual: Barra de Gramame	Nº de filhos: 2
Escolaridade: Superior Completo	
Sistema de Abastecimento d'água	Poço
Sistema de esgotos	Fossa
Sistema de coleta de lixo	Pela Prefeitura e a julga péssima e irregular
Maiores problemas enfrentados: Falta de: mão-de-obra qualificada, divulgação, sinalização e infra-estrutura	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: ausência de iluminação pública, péssimos acessos às praias e pousadas, de atrações noturnas e de um posto de saúde	
Fotos 67 e 68: Vista externa lateral e frontal do Restaurante e Pizzaria Portal de Jacumã.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

RESTAURANTE GURUGI (02)

Localização: Jacumã	Ano de Implantação: 2004
Nº de banheiros: 3	
Origem predominante dos clientes/ turistas: Sudeste e Sul do Brasil	
Nome do empreendedor: Nelson Albino Pimentel	
Idade: 80	Sexo: Masculino
Estado Civil: Casado	Naturalidade: Pernambuco
Residência atual: Recife	Nº de filhos: 06
Escolaridade:	Superior Completo
Sistema de Abastecimento d'água	Poço e CAGEPA (mas só usa do poço)
Sistema de esgotos	2 Fossas
Sistema de coleta de lixo	Pela prefeitura, que julga satisfatória, mas também seleciona material orgânico para enterrar e queima os papéis.
Maiores problemas enfrentados: Muita poeira devido à falta de pavimentação e Faltas frequentes de energia e água da CAGEPA	
Reclamações mais freqüentes dos clientes:	
Fotos 69 e 70: Vista externa lateral e frontal do Restaurante Gurugi.

Fonte: Joelma Abrantes (2005)

RESTAURANTE PEIXADA DE JACUMÃ (03)

Localização: Jacumã	Ano de Implantação: 1994
Nº de banheiros: 2	
Origem predominante dos clientes/ turistas:	
Nome do empreendedor: Genário Nogueira da Penha	
Idade: 67 anos	Sexo: Masculino
Estado Civil: Casado	Naturalidade: Pernambuco
Residência atual: João Pessoa	Nº de filhos: 11
Escolaridade:	Lê e assina
Sistema de Abastecimento d'água	CAGEPA e poço (a qualidade da água do poço é superior)
Sistema de esgotos	Fossa
Sistema de coleta de lixo	Pela Prefeitura e a julga irregular
Maiores problemas enfrentados: Coleta de lixo inadequada em carro aberto e as construções de barracas de forma desordenada à beira-mar	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: Sujeira nas ruas e praias e péssimas condições das ruas e acessos às praias e pousadas	

Fotos 71 e 72: Vistas internas da Peixada de Jacumã.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

RESTAURANTE BELLA VISTA (04)

Localização: Carapibus (PB-008)	Ano de Implantação: 2003
Nº de banheiros: 3	
Origem predominante dos clientes/ turistas: Pernambuco e estrangeiros	
Nome do empreendedor: Rita Ribeiro	
Idade: 27 anos	Sexo: Feminino
Estado Civil: Casada	Naturalidade: Portuguesa
Residência atual: Jacumã	Nº de filhos: 1
Escolaridade:	Médio Completo
Sistema de Abastecimento d'água	Poço
Sistema de esgotos	2 Fossas
Sistema de coleta de lixo	Pela Prefeitura e péssima, estão sem coletor há 2 meses
Maiores problemas enfrentados: Falta de: energia e consequente falta d'água, mão-de-obra qualificada, divulgação e atrações noturnas.	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: Falta de banheiros públicos	

Fotos 73 e 74: Vista frontal e lateral do Restaurante Bella Vista

Fonte: Joelma Guedes (2004)

RESTAURANTE O CAPITÃO (05)

Localização: Carapibus	Ano de Implantação: 2001
Nº de banheiros: 6	
Origem predominante dos clientes/ turistas: João Pessoa, Campina Grande e Recife	
Nome do empreendedor: Hugh William Medley	
Idade: 53 anos	Sexo: Masculino
Estado Civil: Divorciado	Naturalidade: Inglaterra
Residência atual: Jacumã	Nº de filhos: 3
Escolaridade: Superior Completo	
Sistema de Abastecimento d'água	Poço (40 metros)
Sistema de esgotos	Fossa
Sistema de coleta de lixo	Pela prefeitura e julga irregular
Maiores problemas enfrentados: Local de coleta de lixo inapropriado e consequente aparecimento de moscas	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: Falta de atrações noturnas	

Fotos 75 e 76: Vista externa frontal do Restaurante O Capitão.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

RESTAURANTE TERRAÇO TROPICAL (06)

Localização: Carapibus	Ano de Implantação: 2004 (com o atual proprietário)
Nº de banheiros: 5	
Origem predominante dos clientes/ turistas: João Pessoa e Recife	
Nome do empreendedor: Marcos Lisboa	
Idade: 54 anos	Sexo: Masculino
Estado Civil: Casado	Naturalidade: Sapé-PB
Residência atual: João Pessoa	Nº de filhos: 3
Escolaridade: Superior Incompleto	
Sistema de Abastecimento d'água	Poço
Sistema de esgotos	2 Fossas
Sistema de coleta de lixo	Pela Prefeitura e afirma que "quando não passa colocamos lá na frente", no terreno baldio
Maiores problemas enfrentados: Falta de incentivo ao turismo, saneamento e calçamento	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: Sujeira nas praias e falta de infraestrutura geral e para o turismo	

Fotos 77 e 78: Vistas externa e interna do Restaurante Terraço Tropical.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

CARAPIBU'S BAR (07)

Localização: Carapibus	Ano de Implantação: 1997
Nº de banheiros: 02	
Capacidade máxima (nº de pessoas):	
Origem predominante dos clientes/ turistas: João Pessoa e Recife	
Nome do empreendedor: Telma Maria Barbosa da Silva	
Idade: 35 anos	Sexo: Feminino
Estado Civil: Solteira	Naturalidade: Campina Grande
Residência atual: Carapibus	Nº de filhos: -
Escolaridade: Médio Completo	
Sistema de Abastecimento d'água	Poço
Sistema de esgotos	02 fossas
Sistema de coleta de lixo	Pela Prefeitura e insuficiente
Maiores problemas enfrentados: Péssimas condições de acesso	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: Péssimas condições de acesso	

Fotos 79 e 80: Vistas externas, lateral e frontal, do Carapibu's Bar.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

NATIVOS BAR (08)

Localização: Carapibus	Ano de Implantação: 1990
Nº de banheiros: 02	
Origem predominante dos clientes/ turistas: Recife, Campina Grande e João Pessoa	
Nome do empreendedor: Marcelo Ribeiro de Sena	
Idade: 38 anos	Sexo: Masculino
Estado Civil: Casado	Naturalidade: Jacumã
Residência atual: Carapibus	Nº de filhos: 02
Escolaridade: Fundamental completo	
Sistema de Abastecimento d'água	Poço
Sistema de esgotos	03 fossas
Sistema de coleta de lixo	Pela Prefeitura, insuficiente e precário
Maiores problemas enfrentados: Péssimas condições de acesso	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: Péssimas condições de acesso	

Fotos 81 e 82: Vistas externas, lateral e frontal, do Nativos Bar.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

TABATINGA ARTE'S BAR (09)

Localização: Tabatinga	Ano de Implantação: 1999
Nº de banheiros: 02	
Origem predominante dos clientes/ turistas: Recife e Campina Grande	
Nome do empreendedor: Carlos Alberto Moreira Dias	
Idade: 37 anos	Sexo: Masculino
Estado Civil: Solteiro	Naturalidade: João Pessoa
Residência atual: Tabatinga	Nº de filhos: 02
Escolaridade: Médio completo	
Sistema de Abastecimento d'água	Poço
Sistema de esgotos	01 fossa
Sistema de coleta de lixo	Pela Prefeitura, precário e irregular
Maiores problemas enfrentados: Difícil acesso, coleta de lixo precária e falta de mão de obra especializada.	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: Falta de segurança, de sinalização turística, de banheiros públicos e péssimos acessos as praias	

Fotos 83 e 84: Vistas externa e interna do Tabatinga Arte's Bar.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

RESTAURANTE CANYON DE COQUEIRINHO (10)

Localização: Coqueirinho	Ano de Implantação: 2000
Nº de banheiros: 4	
Origem predominante dos clientes/ turistas: Pernambuco, São Paulo, Brasília e estrangeiros	
Nome do empreendedor: Ana Luiza Mendonça de O. e Silva	
Idade: 43 anos	Sexo:
Estado Civil: Divorciada	Naturalidade: Pernambucana
Residência atual: Coqueirinho	Nº de filhos: 2
Escolaridade: Superior incompleto	
Sistema de Abastecimento d'água	Poço
Sistema de esgotos	2 fossas
Sistema de coleta de lixo	A proprietária afirmou que estava enterrando o lixo porque a coleta havia sido suspensa após as eleições
Maiores problemas enfrentados: Péssimos acessos, sujeira nas praias e a coleta de lixo irregular e precária	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: péssimos acessos	

Fotos 85 e 86: Vistas externas do Restaurante Canyon de Coqueirinho.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

RESTAURANTE ARCA DE BILU (11)

Localização: Tambaba	Ano de Implantação: 1999
Nº de banheiros: 2	
Origem predominante dos clientes/ turistas: Estrangeiros e Região Sudeste	
Nome do empreendedor: Marcos Vinícius Pedrosa	
Idade: 50 anos	Sexo: Masculino
Estado Civil: Casado	Naturalidade: Rio Grande do Norte
Residência atual: Tambaba (no local)	Nº de filhos: 2
Escolaridade:	Superior Completo
Sistema de Abastecimento d'água	Poço ("no pé da falésia")
Sistema de esgotos	Fossa
Sistema de coleta de lixo	Pela Prefeitura e é irregular
Maiores problemas enfrentados: Falta de Segurança e de Iluminação pública, presença de lixo nas praias e conflitos com a SONATA (Sociedade de Naturismo de Tambaba)	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: Conflitos com a SONATA pelo que chamam de excesso de rigidez e preconceitos, pois, segundo eles, os homens apenas podem entrar se estiverem acompanhados por uma mulher.	

Fotos 87 e 88: Vistas externas lateral e frontal do Restaurante Arca de Bilu.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

XEXÉU BAR E RESTAURANTE (12)

Localização: Tambaba	Ano de Implantação: 1986
Nº de banheiros: 4	
Origem predominante dos clientes/ turistas: Pernambuco, Paraíba, São Paulo e estrangeiros	
Nome do empreendedor: Sueli Silva de Almeida	
Idade: 33 anos	Sexo: Feminino
Estado Civil: Casada	Naturalidade: São João do Rio do Peixe - PB
Residência atual: Tambaba (no local)	Nº de filhos: 7
Escolaridade: Médio completo	
Sistema de Abastecimento d'água	Poço (12 metros)
Sistema de esgotos	Fossa (fiscalizada pela SUDEMA)
Sistema de coleta de lixo	Pela Prefeitura, mas reclama por ter que levar até o estacionamento, onde fica o coletor
Maiores problemas enfrentados: Falta de apoio da Prefeitura e de infra-estrutura	
Reclamações mais freqüentes dos clientes: Presença de lixo na praia de Coqueirinho	

Fotos 89 e 90: Vista frontal e lateral do Xexéu Bar e Restaurante.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

7.1.3 Barracas à beira-mar de Jacumã e Coqueirinho

As Barracas à beira-mar foram incluídas na categoria “Bares-Barracas à Beira-Mar”. Nas praias que compõem o universo desta pesquisa, temos o total de 37 barracas, sendo distribuídas da seguinte forma:

- 29 em Jacumã;
- 08 em Coqueirinho.

Em Jacumã, das 29 existentes, foram entrevistadas 08 (oito), levando-se em consideração que as condições estruturais e ambientais entre elas são bastante semelhantes.

Na praia de Coqueirinho, das oito barracas existentes, a amostra de entrevistas foi de 03 (três) estabelecimentos.

Fonte: Ricardo Paulo Silva

Ano: 2001

Foto 91: Vista aérea das da praia de Coqueirinho com indicação para a localização das barracas.

Fonte: Joelma Guedes Ano: 2004

Foto 92: Vista geral das barracas da praia de Coqueirinho

Os dois bares existentes em Tambaba, por apresentarem uma estrutura maior e adotarem o nome de “Restaurante” foram enquadrados apenas na categoria de “Restaurantes”.

TABELA 03: LISTA DAS BARRACAS DE JACUMÃ

01	Brisa's Bar
02	Bar do Zé Paulo
03	Bar do Leno
04	Águas Vivas Bar
05	Cabana do Gomes
06	Sol Verão Bar
07	Oceano Bar
08	Pirata Bar
09	Coqueiro Bar
10	Luk Bar
11	Carlinho's Bar
12	Bar da Ana
13	Bar Beira-mar
14	Luar Bar
15	George's Bar
16	Bar do Turista
17	Quiosque Isca de Peixe
18	Cigano's Bar
19	Cantinho's Bar
20	Rita Bar
21	Manoel Bar
22	Rebeca Bar
23	Bar da Neném

Além das 23 barracas anteriormente listadas, pode-se encontrar mais 6 (seis) Barracas sem nome e cujos proprietários não foram localizados.

Fonte: Ricardo Paulo Silva Ano:2001

Foto 93 : Vista aérea das Barracas de Jacumã

TABELA 04: LISTA DAS BARRACAS À BEIRA-MAR CUJOS PROPRIETÁRIOS FORAM ENTREVISTADOS.

	NOME	LOCALIZAÇÃO	PROPRIETÁRIO
01	Recanto Tropical	Jacumã	Pierone Nilson Gomes da Silva
02	Bar do Zé Paulo	Jacumã	José Paulo de Santana
03	Luar Bar	Jacumã	Dalva Oliveira B. Gomes
04	Coqueiro's Bar	Jacumã	Wilma Oliveira da Silva
05	Cabana do Gomes	Jacumã	José Gomes de Sousa
06	Recanto da Lua	Jacumã	José Alves (Zé Cutia)
07	Cigano's Bar	Jacumã	Maria Auxiliadora Ferreira
08	Drink's Bar	Jacumã	Marivaldo dos Anjos
09	Quiosque Isca de Peixe	Jacumã	Hermínia Damasceno
12	Enseada de Coqueirinho	Coqueirinho	Domingos Francisco
13	Ponto do Genildo	Coqueirinho	Genildo da Silva

Fonte: Joelma Guedes (2005)

As barracas de todo o Distrito de Jacumã encontram-se embargadas e em processo de fiscalização pelos órgãos ambientais estadual e federal, que são a

Superintendência de Administração do Meio Ambiente do Estado da Paraíba – (Sudema) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama).

Obteve-se informação ainda, durante diversas conversas com moradores locais, que a prefeitura municipal paga uma multa mensal junto aos órgãos ambientais competentes pela manutenção destas barracas, já que legalmente elas já deveriam ter sido retiradas.

Faz-se necessário ressaltar que várias das barracas onde foi aplicado o questionário, bem como em diversas onde não foi aplicado, também têm servido de moradia para seus respectivos proprietários. Este fato, já denunciado em reportagem recente no Jornal Correio da Paraíba (ver reportagem em ANEXO), tem se tornado um problema pelo aspecto desordenado que apresenta e motivo de preocupação para outros empreendedores turísticos. Estes últimos afirmam que esta desorganização “espanta” os turistas uma vez que se assemelhariam a uma favela.

O único equipamento turístico existente na área de estudo, que foi incluído na avaliação das pousadas e não classificado nem como pousada nem como restaurante ou bar, foi o Parque Aquático *Yatch Club*, localizado em Jacumã, pertencente ao Hotel-pousada Solemar.

Fonte: Joelma Guedes Ano:2001

Foto 94: Yatch Club de Jacumã, dentro do Hotel-pousada Solemar.

7.2 PERFIL DOS EMPREENDEDORES TURÍSTICOS DA ÁREA DE ESTUDO

7.2.1 Perfil dos empreendedores de pousadas

Todas as pousadas que se encontravam em funcionamento no Distrito de Jacumã no ano de 2004, período no qual esta pesquisa foi realizada, foram visitadas e procedidas as entrevistas dos respectivos proprietários.

Algumas pousadas que estavam em fase de construção e que não estavam em funcionamento não foram visitadas. Da mesma forma, pousadas que já não funcionavam mais também foram excluídas da pesquisa, como é o caso da “Pousada Aquários”.

A identificação das pousadas que se estabeleceram antes e após a construção da rodovia PB-008 é representada no Gráfico 01.

Gráfico 01 – Percentuais de pousadas instaladas em Jacumã antes e depois da construção da PB-008.

Observa-se que no Gráfico 01, 56,7% das 30 pousadas em funcionamento da Praia do Amor até Tambaba foram instaladas há cerca de quatro anos. Esta informação permite concluir que a construção da referida rodovia teve uma influência significativa para a implantação de pousadas em Jacumã, aumentando em mais de 100% o número de estabelecimentos na área.

A maioria dos proprietários de pousadas da área de estudo, tem idades que variam entre 51 e 70 anos (31%). Proprietários com idades entre 41 e 50 anos representam 30% e aqueles com idades abaixo dos 30 anos e acima dos 70 anos, 8% (Gráfico 02).

Gráfico 02 – Distribuição etária dos proprietários de pousadas em funcionamento do Distrito de Jacumã em 2004

Os estrangeiros representam, surpreendentemente, a maior parcela (43,3%) dos empreendedores dessas pousadas. Seguidos pelos empreendedores de outros Estados do Brasil, com 36,7% (Gráfico 03).

Gráfico 03 – Procedência dos proprietários de Pousadas em funcionamento no Distrito de Jacumã em 2004

Os proprietários de pousadas que são naturais dos Estados da Paraíba e de Pernambuco constituem minoria, e juntos, somam 20,0%.

A grande maioria dos empreendedores de pousadas na área de estudo tem nível superior completo, o que representa 53,3% do total (Gráfico 04).

Gráfico 04 – Níveis de escolaridades dos proprietários das pousadas existentes no Distrito de Jacumã em 2004

Nenhum proprietário se identificou como analfabeto ou com nível fundamental incompleto.

A maioria das pousadas da área de estudo são administradas por homens (53,3%), enquanto as administradas por casais representam 33,3% e as administradas por mulheres 13,3% (Gráfico 05).

Gráfico 05 – Distribuição percentual das Pousadas de Jacumã quanto à sua administração por homens, mulheres ou casais

A origem predominante dos turistas das pousadas de Jacumã, conforme informado pelos seus proprietários, é da cidade de Recife (33,9%); em seguida tem-se os

estrangeiros e os turistas de outros Estados do Brasil, que representam, cada um, a segunda maior parcela dos clientes (21,4%), e o grupo menos representativo foi o de turistas procedentes de Campina Grande com 8,9% (Gráfico 06).

Gráfico 06 – Origem predominante dos turistas que se utilizam das pousadas do Distrito de Jacumã, conforme diagnóstico realizado em 2004.

7.2.2 Visão dos empreendedores de pousadas e dos turistas sobre Jacumã e seus problemas

Duas indagações foram feitas junto aos proprietários de pousadas do Distrito de Jacumã a respeito da visão desses empresários sobre os maiores problemas encontrados na área, que prejudicam tanto o turismo como as suas próprias atividades. Outra indagação foi feita a respeito da visão dos clientes/turistas e reclamações mais freqüentes sobre Jacumã.

Os maiores problemas da área em estudo, conforme apontado pelos proprietários das pousadas visitadas, foram: lixo nas praias (16%), acesso às pousadas e às próprias ruas (15%), acesso às praias (14%) e iluminação pública e falta de apoio ao turismo pelo governo estadual e prefeitura local (10%) (Gráfico 07). Conforme ressaltado por eles, estes problemas prejudicam consideravelmente o desempenho de suas empresas, pois representam pontos negativos para o Distrito de Jacumã.

Gráfico 07 - Principais problemas existentes em Jacumã em 2004, na visão dos empreendedores de pousadas.

As reclamações mais freqüentes dos turistas hospedados nas pousadas visitadas, de acordo com os seus proprietários, incluem a sujeira nas praias (19,1%), péssimos acessos às praias (17%), falta de diversão noturna (12,8%) e estado de conservação das estradas e ruas (12,8%).

Gráfico 08 – Reclamações mais freqüentes dos turistas, segundo os proprietários das pousadas do Distrito de Jacumã, entrevistados em 2004.

7.2.3 Perfil dos empreendedores de restaurantes

Um total de 12 (doze) proprietários de restaurantes do Distrito de Jacumã foi entrevistado no decorrer deste trabalho. A seleção deste número foi intencional, já que as “barracas à beira mar” que apenas servem refeições foram excluídas dessa categoria por não apresentarem uma infra-estrutura mínima necessária para que fossem consideradas como empreendimentos turísticos. Dessa forma, 9 restaurantes e três bares, que apresentam estrutura razoável, foram incluídos e tratados nessa categoria de empreendimentos.

Dos 12 restaurantes que foram visitados e seus proprietários entrevistados, 6 foram instalados após o período de inauguração da PB-008, que aconteceu no ano de 2000, representando 50% da amostra. Os outros 50% já existiam antes da inauguração desta rodovia.

Gráfico 09 – Porcentagem dos restaurantes existentes em Jacumã antes e depois da inauguração da rodovia PB-008

A origem predominante dos proprietários de restaurantes, conforme dados obtidos através das entrevistas, é de empreendedores paraibanos que representam 41,67%. Empreendedores estrangeiros e provenientes do Estado de Pernambuco, por sua vez, representam, cada um 25%, enquanto aqueles provenientes de outros Estados do Brasil totalizam 8,33%. Os dados referentes aos empreendedores provenientes de Pernambuco foram separados dos demais Estados pela expressividade apresentada (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Procedência dos empreendedores de restaurantes do Distrito de Jacumã, conforme dados levantados em 2004.

A maioria dos proprietários de restaurantes do Distrito de Jacumã, tem idade variando de 31 a 40 anos (33,33%), seguidos pelos que se encontram entre 41 a 50 anos e 51 a 70 anos, ambos com 25% (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Distribuição das faixas etárias dos proprietários de restaurantes do Distrito de Jacumã, conforme inventário efetuado em 2004.

Quanto à escolaridade, a maior parte dos donos de restaurantes do Distrito de Jacumã têm Ensino Médio completo, o que representa 33,33% do total entrevistado, seguidos de 25% com Nível Superior Incompleto (Figura 12).

Gráfico 12 – Nível de escolaridade dos donos de restaurantes do distrito de Jacumã, conforme diagnóstico efetuado em 2004

Apenas um indivíduo se declarou como sendo capaz de “ler e assinar”, não sendo analfabeto (8,33%). Nenhum indivíduo se identificou como sendo analfabeto.

Quanto à predominância e origem dos turistas ou clientes que freqüentam os restaurantes existentes da área de estudo, a maior parcela vem de Recife-PE (43,48%) e de João Pessoa (30,43%). A clientela procedente de outros Estados do Brasil e de estrangeiros representa 13,04% dos registros, cada um (Gráfico13).

Gráfico 13 – Procedências principais dos turistas/clientes dos restaurantes de Jacumã, conforme dados obtidos em 2004.

7.2.4 Perfil dos empreendedores de Barracas

A maioria dos proprietários das Barracas à beira-Mar da Praia de Jacumã é composta por homens (71%).

Gráfico 14 – Gênero do empreendedor de barracas à beira-mar de Jacumã

A origem predominante dos proprietários de Bares é de indivíduos que nasceram no próprio Distrito de Jacumã, que corresponde a 35% da amostra. Em seguida verifica-se a considerável parcela de 29% de Campina Grande e Outras cidades da Paraíba, com 29% da amostra cada um. Os dados referentes à cidade de Campina Grande foram destacados pela expressividade constatada em relação às demais cidades.

Ao contrário do perfil verificado para empreendedores de pousadas e restaurantes, quando a porcentagem de estrangeiros foi significativa, observa-se que os proprietários de Barracas entrevistados, não possuem outra nacionalidade senão a brasileira (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Origem dos empreendedores de barracas à beira-mar de Jacumã

Em relação à faixa etária dos proprietários de Barracas nas praias estudadas, verifica-se a predominância (65%) de indivíduos que se encontram entre os 31 e 40 anos.

Nenhum empreendedor desta categoria de estabelecimentos foi encontrado com idade inferior a 30 anos e, da mesma forma, nenhum representante foi identificado com idade superior aos 70 anos.

Gráfico 16 – Distribuição etária dos donos de barracas à beira-mar de Jacumã existentes em 2004

Sobre o nível de escolaridade dos empreendedores de Barracas, pode-se observar que a parcela com maior representatividade não concluiu o Ensino Fundamental (até a 8ª série do primeiro grau) equivalendo a 37% da amostra.

Gráfico 17 – Níveis de escolaridade dos proprietários de barracas à beira-mar de Jacumã em 2004.

Em se tratando da origem dos turistas e clientes dos Bares, de acordo com seus proprietários, a maioria é proveniente do Estado de Pernambuco, equivalendo a 39%. Os clientes vindos de Campina Grande também representaram uma significativa parcela deste universo, correspondendo a 29%. Turistas estrangeiros e de outros Estados do Brasil representam pequenas parcelas dos turistas desses estabelecimentos, ficando com 7% e 4%, respectivamente. Mais uma vez, os dados referentes ao Estado de Pernambuco foram destacados pela expressividade diante dos demais Estados do Brasil.

Gráfico 18 – Procedência dos clientes das barracas à beira-mar da praia de Jacumã, em 2004.

7.3 SOBREPOSIÇÃO DE MAPAS

7.3.1 MAPA 01– Uso do Solo e Vegetação

A partir do mosaico elaborado com as fotos aéreas de 1998 (escala 1: 8.000) e da fotointerpretação, foram estabelecidas as classes de uso do solo e vegetação. Em 2004, foram realizadas visitas em campo para atualização das informações contidas nessas fotos e análise da carta do INTERPA de 1985, com escala de 1: 10.000. As demais formas de análise se fizeram imprescindíveis para registrar as mudanças ocorridas entre 1998 e 2004, e também porque tais fotos não cobriam a região de Tambaba.

As classes definidas para este plano de informações e seus respectivos pesos foram os seguintes:

TABELA 05: CLASSES DE USO DO SOLO E VEGETAÇÃO ESTABELECIDAS PARA O DISTRITO DE JACUMÃ

Classes de Uso e Ocupação do Solo	Peso
Áreas Alagadiças	0.3
Culturas e sítios	0.1
Solo exposto	0.3
Manguezais	0.3
Praia	0.3
Ocupação Urbana não-consolidada Densa	0.1
Ocupação Urbana não-consolidada Intermediária	0.1
Ocupação Urbana não-consolidada Esparsa	0.1
Ocupação Urbana não-consolidada sem edificações com vegetação herbáceo-arbustiva	0.1
Vegetação Herbácea	0.1
Vegetação herbáceo-arbustiva	0.1
Vegetação arbustivo-arbórea	0.2

Como as classes de Áreas alagadiças, Manguezais, faixa de praia e Solos expostos são consideradas áreas legalmente protegidas, o peso que lhes foi atribuído foi o peso máximo (0.3).

Mapa 01 – Uso do Solo e Vegetação

Sabe-se que a área em estudo encontra-se no Domínio da Mata Atlântica, onde, além dos Manguezais ainda se pode identificar áreas similares ao Cerrado que, devido à ocupação e exploração predatórias, limitam-se à áreas mais restritas.

Entretanto, a classificação da vegetação utilizada neste estudo, realizada a partir da fotointerpretação, teve como objetivo subdividi-la basicamente quanto ao seu porte e, para tanto, baseou-se na Classificação da Vegetação Brasileira do IBGE, de 1991. Dessa forma, apenas à vegetação identificada como apresentando um maior porte, a “arbustivo-arbórea”, foi atribuído o peso intermediário (0.2). Às demais classes identificadas, “Vegetação herbácea” e “Vegetação herbáceo-arbustiva” foram atribuídos o peso mínimo (0.1).

A classificação adotada para as áreas urbanas baseou-se na Resolução do CONAMA Nº 302, de 20 de Março de 2002, que dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno, considerando-se como *Área Urbana Consolidada* aquela que atende aos seguintes critérios:

- a) *definição legal pelo poder público;*
- b) *existência de, no mínimo, quatro dos seguintes equipamentos de infra-estrutura urbana:*
 1. *malha viária com canalização de águas pluviais,*
 2. *rede de abastecimento de água;*
 3. *rede de esgoto;*
 4. *distribuição de energia elétrica e iluminação pública;*
 5. *recolhimento de resíduos sólidos urbanos;*
 6. *tratamento de resíduos sólidos urbanos; e*
- c) *densidade demográfica superior a cinco mil habitantes por km².*

Dos critérios acima referidos, para que uma área seja considerada urbana consolidada, percebe-se *in loco* que o Distrito de Jacumã atende apenas à três desses critérios. Possui rede de abastecimento de água em uma área bastante restrita, apenas na região de Jacumã e parte de Carapibus; distribuição de energia elétrica e iluminação pública deficitária que, através das entrevistas, constatou-se que representa motivo de reclamações constantes dos moradores e turistas preocupados com a ausência destas infraestruturas e conseqüente perigo de violência; e o recolhimento de resíduos sólidos, também bastante mencionado nas

entrevistas realizadas por sua precariedade pois são feitos em carros abertos, e de forma irregular.

A partir do exposto, todas as áreas urbanas da área de estudo foram consideradas como sendo “Áreas urbanas não-consolidadas” e foram sub-agrupadas de acordo com a densidade de ocupação em “Densa”, “Intermediária”, “Esparsa” e “sem edificações com vegetação herbáceo-arbustiva “. Esta última classe representa as áreas já loteadas, porém ainda sem edificações que permanecem cobertas por vegetação. A todas essas classes de ocupação foi atribuído peso mínimo de impacto (0.1).

7.3.2 MAPA 02 – Declividade

Este mapa foi gerado a partir das curvas de nível da área de estudo, obtidas pela cartas do INTERPA de 1985. Estas curvas foram digitalizadas e, através da utilização de uma ferramenta do SPRING, obteve-se o referido mapa de declividade com os seguintes intervalos: de 0% a 10%, de 10% a 30% e acima de 30%.

Como existe uma legislação específica em relação ao parcelamento de solo que trata da questão das faixas de declividade e, pela quantidade de informações fornecidas por este mapa, constatou-se a necessidade de gerar uma ponderação específica para este mapa, separadamente do mapa referente às demais Legislações.

De acordo com o parágrafo único da Lei Nº 6.766, de 19 de Dezembro de 1979 referente ao Uso do Solo e do Capítulo VI da Constituição da República Federativa do Brasil, que trata do Meio Ambiente:

*Não será permitido o parcelamento do solo:
III. Em terrenos com declividade igual ou superior a 30%
(trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas
das autoridades competentes.*

Mapa 02: Declividade

Dessa forma, as áreas cuja declividade ultrapassam os 30%, atribuiu-se peso máximo (0.3) como se pode observar no quadro a seguir:

TABELA 06: CLASSES DE DECLIVIDADE ENCONTRADAS NO DISTRITO DE JACUMÃ

Classes de Declividade	Pesos
0 – 10%	0.1
10% a 30 %	0.2
> 30%	0.3

7.3.3 MAPA 03 – Hidrografia

Constam neste mapa os principais cursos d'água existentes na área de estudo de acordo com a carta do INTERPA de 1985.

7.3.4 MAPA 04 e 05 - Legislação Ambiental: Específicas e Geral

A Legislação Ambiental Brasileira é considerada como uma das mais avançadas do mundo. Inclui além dos direitos do cidadão e da sociedade, normas que estabelecem um ambiente ecologicamente equilibrado e considera sua defesa como sendo dever do Estado e da coletividade. O que se tem questionado, entretanto, desde sua homologação, é a eficácia da aplicação dessa legislação, seu cumprimento e fiscalização pois, na prática, muitas das áreas consideradas de preservação, por exemplo, têm sido ocupadas de maneira desordenada e indevida.

A área em estudo abrange diversos ecossistemas relevantes como áreas de mangues, por exemplo, bem como falésias que, de acordo com essa legislação, deveriam estar protegidas e sob cuidados especiais, mas que têm sido ocupadas, inclusive por empreendimentos turísticos.

Assim sendo, este mapa foi gerado a partir de um estudo da legislação pertinente a cada um desses ecossistemas encontrados. As áreas consideradas de preservação identificadas na área de estudo foram as seguintes: Manguezais, Faixa de Praia, Falésias, margens dos rios, declividade e margens das rodovias.

Mapa 04: Legislações Específicas

Para Santos (2004), esse mapeamento de áreas protegidas por lei têm como objetivo identificar os:

“Impactos provenientes de desacatos e conflitos legais, ou seja, os usos e ocupações que desrespeitem a legislação incidente sobre a área de estudo (...) Esta estratégia de mapeamento é importante, principalmente, para identificar aquelas áreas que desrespeitam mais de um ato legal. “SANTOS(2004:124)

A partir do SIG SPRING, utilizando uma de suas ferramentas, foram criados os *buffers* para os rios, falésias e faixa de praia, ou seja, foram calculados as respectivas faixas de proteção para esses ambientes. As áreas de mangue foram delimitadas através da fotointerpretação do mosaico feito a partir das fotos de 1998, obtidas junto à Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Dessa forma, duas classes foram criadas e assim denominadas: “Com restrições legais” e “Sem restrições legais” Os pesos atribuídos a cada uma dessas classes foi o máximo(0.3) e o mínimo (0.1), respectivamente.

TABELA 07: CLASSES DO MAPA DE LEGISLAÇÃO

Classes do mapa de legislação	Peso atribuído
Com restrições legais	0.3
Sem restrições legais	0.1

7.3.4.1 Maguezais

O Brasil , segundo dados da UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza (1983) *apud* DIEGUES (2001:184) apresenta a mais extensa área de manguezais do mundo, cerca de 25.000 km², e estende-se do extremo norte do Brasil (Amapá) até Santa Catarina, ao sul.

Os manguezais são considerados ambientes de transição entre os meios terrestre e marinho, característicos dos litorais tropicais, ricos em biodiversidade e matéria orgânica e podem ser definidos como:

sistemas ecológicos costeiros tropicais dominados por espécies vegetais e animais adaptados a um solo periodicamente inundado pelas marés, com grande variação de salinidade. Constitui um dos ecossistemas mais produtivos do planeta (Glossário de Ecologia-Aciesp, 1987)

Esses ecossistemas no Brasil, de acordo com DIEGUES (*op.cit.*), têm sido alvo de exploração pelos indígenas mesmo antes da chegada dos portugueses. A exploração intensiva de madeira remonta ao século XVIII, tendo preocupado a Coroa Portuguesa que proibiu o corte do mangue para a lenha.

Entretanto, essa degradação tem-se acelerado ao longo dos séculos com a expansão urbana das áreas litorâneas e especialmente intensificada nas últimas décadas.

Para DIEGUES (2001:191), a degradação dos estuários e dos mangues do litoral brasileiro decorre de uma ação conjunta de várias causas e fatores resultantes de um modelo econômico de ocupação do espaço litorâneo marcado pelos seguintes processos:

- a) *implantação de grandes pólos químicos, petroquímicos e minero-metalúrgicos em áreas estuarinas, associada à construção de grandes portos para a exportação da produção e ao uso dos estuários como simples depósitos e transporte de dejetos para o oceano.*
- b) *Pela expansão urbana e especulação imobiliária.*
- c) *Pela expansão agrícola.*

Dentre os fatores de degradação dos ambientes descritos anteriormente, percebe-se que na área em estudo, a expansão urbana e a especulação imobiliária têm sido os principais fatores de degradação dos estuários e dos mangues encontrados na região.

A relevância desses ecossistemas e a preocupação com a sua degradação são assim sintetizadas por DIEGUES (*op.cit.*):

É importante se reafirmar que essas formas recentes e agressivas de uso dos manguezais, ao contrário das tradicionais, resultam freqüentemente na eliminação física de sua vegetação e no comprometimento de suas funções ecológicas essenciais como a

capacidade de depuração e reciclagem de dejetos, estabilização da linha de costa, proteção contra a erosão das margens dos rios, habitats de aves e animais, regulação de ciclos biogeoquímicos, cadeias alimentares etc.

De acordo com a Constituição do Estado da Paraíba , em seu Capítulo IV que trata da proteção do Meio Ambiente e do Solo:

Art.227 O meio ambiente é de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, sendo dever do Estado defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Parágrafo único. Para garantir esse objetivo, incube ao Poder Público:

IX – designar os mangues, estuários, dunas, restingas, recifes, cordões litorâneos, falésias e praias, como áreas de preservação permanente.

Vale ressaltar que as áreas de Manguezais são consideradas como parte integrante da vegetação da Mata Atlântica de acordo com o Decreto N° 750, de 10 de Fevereiro de 1993, que dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica.

Os artigos 1º e 3º deste decreto declaram que:

Art. 1º *Ficam proibidos o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica.*

Art. 3º *Para os efeitos deste decreto, considera-se Mata Atlântica as formações florestais e ecossistemas associados inseridos no domínio Mata Atlântica, com as respectivas delimitações estabelecidas pelo Mapa de Vegetação do Brasil, IBGE 1988: Floresta Ombrófila Densa Atlântica, Floresta Ombrófila Mista, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Estacional Decidual, manguezais restingas campos de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste. (grifo nosso)*

7.3.4.2 Faixa de praia

De acordo com a Lei Nº 7.661, de 16 de Abril de 1988 , que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, em seu 3º Parágrafo, entende-se por praia:

a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subsequente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde comece um outro ecossistema.

Ainda nesta mesma Lei, em seu Art. 10º, as praias são consideradas:

bens públicos e de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica.

Acrescentam-se a este artigo os seguintes parágrafos:

Parágrafo 1º - Não será permitida a urbanização ou qualquer forma de utilização do solo na Zona Costeira que impeça ou dificulte o acesso assegurado no caput deste artigo.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta Lei, considera-se Zona Costeira o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre, que serão definidas pelo Plano.

De acordo com a Constituição Estadual da Paraíba, de 1988, tem-se que:

Art. 229 – A zona costeira, no território do Estado da Paraíba é patrimônio ambiental, cultural, paisagístico, histórico e ecológico, na faixa de quinhentos metros de largura, a partir da preamar de sizígia para o interior do continente, cabendo ao órgão estadual de proteção ao meio ambiente sua defesa e preservação na forma da lei.

No Art. 158 da Lei Orgânica do Município de Conde (04/03/1990) tem-se que:

O Município deverá atuar mediante planejamento, controle e fiscalização de alterações significativas no meio ambiente, incumbindo ao Poder Público Municipal:

VI – considerar de proteção ambiental toda faixa de praia do Município, compreendendo 100m acima da maré de sizígia, sendo dever de todos preservá-los nos termos da Lei.

Como a faixa de quinhentos metros a partir da preamar de sizígia proposta pela Constituição Estadual se torna difícil de aplicar ou utópica nos dias atuais, considerou-se como área “com restrições legais” e a ser protegida a faixa de 100 metros acima da maré de sizígia, proposta pela Lei Orgânica do município, onde a linha de preamar média (LPM) ou maré de sizígia foi estabelecida com base nas falésias da área, praticamente todas consideradas vivas.

7.3.4.3 Margens dos rios

As duas principais bacias hidrográficas que banham o município do Conde são as do rio Gramame (ao norte), limite físico com o município de João Pessoa, e a bacia do rio Graú, ao sul, limite com os municípios de Pitimbú e Alhandra.

Dentro dos limites da região em estudo, encontram-se os rios Gurugi e Graú, como de maior expressão, ao norte e ao sul, respectivamente. Na porção central, tem-se o rio Bucatú que desemboca na Lagoa Preta, situada nas proximidades da praia de Tabatinga. (SOUSA,2005:63)

De acordo com COUTINHO (1999) pode-se encontrar na região em estudo quatro microbacias que são as dos rios Gurugi, Bucatú, Tabatinga e a do Maceió de Jacumã. Estas microbacias encontram-se bastante degradadas por impactos antrópicos como a expansão urbana, a degradação da vegetação que, por sua vez, acelera os processos erosivos e o assoreamento, a terraplanagem, invasão de áreas públicas por barracas e caixas e a construção de estradas.

De acordo com a Lei N.º 4.771, de 15 de Setembro de 1965, do Código Florestal:

Art. 2º - Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) Ao longo dos rios ou de outro qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja :

- 1. De 30 (trinta) metros para cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;*
- 2. De 50 (cinquenta) metros para cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;*

Os rios considerados com 10 a 50 metros de largura em seu baixo curso foram o Gurugi e o Graú, sendo este último limite do município do Conde com Pitimbú. Para estes, como indica o artigo de lei, foram projetados no mapa 50 metros de faixa de proteção em cada margem. Os demais rios, de menor expressão, foram incluídos entre os cursos d'água com menos de 10 metros de largura e, portanto, mapeou-se uma faixa de 30 metros em cada margem.

7.3.4.4 Falésias

As falésias são consideradas escarpas mais ou menos abruptas nas planícies litorâneas. Elas são formas de relevo que resultam, principalmente, da erosão marinha. (MELO, 2003:31)

O litoral paraibano mede cerca de 133 quilômetros e, dentre estes, 26 apresentam falésias vivas ou ativas e 31 com falésias mortas ou inativas. O que diferencia as falésias ativas das inativas é que, nas primeiras, elas permanecem submetidas às ações marinhas ou abrasão, ao embate das ondas e o conseqüente solapamento de sua base. (MELO, 2003:31)

A formação dessas falésias é, em quase sua totalidade, de rochas sedimentares da Formação Barreiras onde predominam as tonalidades avermelhadas, brancas e amareladas e, em pequena extensão, de rochas calcárias da Formação Maria Farinha, que afloram sob o Barreiras, especialmente em alguns pontos do Litoral Sul, como em Coqueirinho.

Em relação às falésias encontradas na área de estudo pode-se dizer que em sua maioria são falésias vivas ou ativas, com altura média entre 50 e 60 metros e apresentam grande beleza cênica, especialmente pela diversidade de formas e cores (Foto 94).

Fonte: Joelma Guedes Ano:2004

Foto 95: Falésias de Coqueirinho, consideradas de expressiva beleza cênica e paisagística com grande variação de formas e cores.

Os processos erosivos oriundos das dinâmicas marinha e continental nessas falésias têm sido agravados nas últimas décadas de maneira preocupante pela ação antrópica em seus topos, principalmente a partir da derrubada da vegetação e também devido às construções. A erosão, além de grandes e profundas redes de ravinas, têm dado origem a voçorocas expressivas como se pode encontrar em Coqueirinho e Tabatinga.

Mapa 05: Legislação Geral

Fonte: Nadjacléa Almeida

Ano:2005

Foto 96: Processos erosivos culminados em voçorocas na Falésia de Tabatinga

O Artigo 227 da Constituição do Estado da Paraíba, em seu Capítulo IV que trata da Proteção do Meio Ambiente e do Solo, considera em seu inciso VII que incube ao poder público:

VII – Considerar de interesse ecológico do Estado toda a faixa de praia de seu território até cem metros da maré de sizígia, bem como a falésia de Cabo Branco, Tambaba, Tabatinga (...)

Como se pode observar, esse artigo cita nominalmente duas das falésias da área de estudo, que são Tabatinga e Tambaba.

Em âmbito federal e, concordando com o artigo de Lei referido anteriormente, a Lei N.º 4.771, de 15 de Setembro de 1965 do Código Florestal, acrescenta que

Art. 2º - Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

g) Nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais.

Para efeito deste estudo, considera-se a faixa mínima de proteção das falésias de 100 metros.

7.3.4.5 Rodovias

As margens das rodovias, de acordo com a Lei Nº 6.766, de 19 de Dezembro de 1979, que trata do Uso do Solo na Constituição da República Federativa do Brasil, em seu Capítulo II, também devem ser protegidas e mantidas sem quaisquer tipo de edificações, como tem-se no seguinte artigo de lei:

Art. 4º - Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos:

III. Ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos, será obrigatório a reserva de uma faixa non aedificandi de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica;

A partir deste artigo de lei, considerou-se neste estudo, como sendo faixa a ser preservada, ou seja, classificada como “áreas com restrições legais” uma faixa de 15 metros de cada lado da rodovia que cruza a área estudada, que é a Rodovia Estadual Abelardo Jurema, mais conhecida como PB-008.

7.3.5 MAPA 06 – Solos

Na faixa litorânea do Distrito de Jacumã, de acordo com a Síntese do Estudo de Reconhecimento de Solos em Meio Digital do Estado da Paraíba (1997), ocorrem cinco grupos ou associações de solos: PV11, PV18, SM1, HP2 e AMd1. No mapa 06 pode-se observar como essas associações de solos estão distribuídas na área.

Os solos que compõem as associações são os seguintes:

- **PV11** - Associação de PODZÓLICO VERMELHO AMARELO ÁLICO Tb, abrupto, plínthico, com A moderado, textura argilosa, fase floresta subperenifólia, relevo ondulado + PODZÓLICO VERMELHO AMARELO

DISTRÓFICO Tb, com fragipan, com A moderado, textura média, fase floresta subperenifólia, relevo suave ondulado.

- **PV18** - Associação de PODZÓLICO VERMELHO AMARELO DISTRÓFICO Tb, latossólico, com A moderado, textura média, fase floresta subperenifólia + LATOSSOLO VERMELHO AMARELO DISTRÓFICO, com A moderado, textura média, fase floresta subperenifólia/ cerrado, relevo Plano + PODZOL HIDROMÓRFICO, fase cerrado, relevo plano.
- **SM1** - SOLOS INDISCRIMINADOS DE MANGUE, textura indiscriminada, fase relevo plano.
- **HP2** - PODZOL HIDROMÓRFICO, fase cerrado, relevo plano.
- **Amd1** - AREIAS QUARTZOSAS MARINHAS DISTRÓFICAS (DUNAS), fase relevo suave ondulado e ondulado.

Com base nas características específicas de cada uma das associações de solos, relacionadas com a ocupação da área, foram utilizados os seguintes pesos:

TABELA 08: ASSOCIAÇÕES DE SOLO EXISTENTES EM JACUMÃ

Associações de Solo existentes na área de estudo	Peso
PV11	0.1
PV18	0.1
SM1	0.3
HP2	0.2
Amd1	0.3

Mapa 06- Solos

7.3.5.1 Podzólico vermelho amarelo

Esta unidade é constituída por solos com horizonte B textural, não hidromórficos. Apresentam perfis profundos, bem diferenciados e bastante ácidos. Estes solos são de fertilidade natural baixa, moderadamente a bem drenados.

As duas associações desse grupo encontradas na região de estudo são:

- **PV11** - Associação de PODZÓLICO VERMELHO AMARELO ÁLICO Tb, abruptico, plínthico, com horizonte A moderado, textura argilosa, fase floresta subperenifólia, relevo ondulado + PODZÓLICO VERMELHO AMARELO DISTRÓFICO Tb, com fragipan, com A moderado, textura média, fase floresta subperenifólia, relevo suave ondulado.
- **PV18** - Associação de PODZÓLICO VERMELHO AMARELO DISTRÓFICO Tb, latossólico, com A moderado, textura média, fase floresta subperenifólia + LATOSSOLO VERMELHO AMARELO DISTRÓFICO, com A moderado, textura média, fase floresta subperenifólia/ cerrado, relevo Plano + PODZOL HIDROMÓRFICO, fase cerrado, relevo plano.

Características quanto à ocupação (loteamentos e construções):

Por suas características, o peso atribuído a este grupo foi o mais baixo (0.1), o que representa áreas com menor restrição à ocupação, pois são solos mais consistentes e argilosos e, quando comparados aos demais grupos de solos encontrados na área, este grupo pode ser considerado o mais apropriado para construções, inclusive para construção de fossas.

7.3.5.2 Solos indiscriminados de mangues (manguessolos)

Esta unidade compreende solos predominantemente halomórficos, indiscriminados, alagados, que se distribuem nas partes baixas da orla marítima sob influência das marés e com vegetação denominada mangues ou manguezais. Engloba

SOLONCHAKS, SOLOS GLEY THIOMÓRFICOS ou SOLOS ÁCIDOS SULFATADOS, entre outros.

São portanto solos gleizados, não ou muito pouco desenvolvidos, muito mal drenados com alto conteúdo em sais provenientes da água do mar e de compostos de enxofre, que se formam nestas áreas sedimentares baixas e alagadas.

De uma maneira geral não possuem diferenciação do horizonte, exceto nas áreas marginais, onde se verifica o desenvolvimento de um horizonte A₁. Apresentam textura variável desde argilosa até arenosa.

Ocorrem nas desembocaduras de rios, margens de lagoas e partes baixas da orla marítima sob influência das marés, onde a diminuição da corrente de água favorece a deposição de sedimentos finos de natureza argilo-siltosa, argilosa, em mistura com detritos orgânicos, ocorrendo também material mineral de natureza arenosa. Não são usados para agricultura, estando totalmente cobertos pela vegetação natural.

O manguessolo encontrado na região de estudo foi o seguinte:

- **SM1 - SOLOS INDISCRIMINADOS DE MANGUE**, textura indiscriminada, fase relevo plano.

Características quanto à ocupação (loteamentos e construções):

Por constituírem áreas alagadas e mal drenadas, a esse tipo de solo foi atribuído peso máximo de restrição à ocupação (0.3), ou seja, é considerado impróprio para construções.

7.3.5.3 Podzol

Esta classe é constituída por solos com horizonte B podzol - spodic horizon, hidromórficos, muito arenosos, bem diferenciados, profundos, ácidos, com saturação de bases muito baixa e alta saturação com alumínio.

Estes solos são desenvolvidos sobre sedimentos arenosos do Grupo Barreiras, referidos ao Terciário e sobre sedimentos areno quartzosos marinhos da Baixada Litorânea, referidas ao Holoceno. Em ambos os casos, o relevo geralmente é plano ou com pequenas ondulações e depressões, havendo sobre os Baixos Platôs Costeiros ocorrência de relevo suave ondulado. As altitudes variam de 5 m, na planície litorânea, a 80 ou 100 m, nos Baixos Platôs Costeiros mais afastados do litoral.

As formações vegetais encontradas freqüentemente sobre estes solos são cerrados arbóreo-arbustivos, campos de restinga e floresta perenifólia de restinga.

O solo encontrado na região de estudo foi o seguinte:

- **HP2 - PODZOL HIDROMÓRFICO, fase cerrado, relevo plano.**

Características quanto à ocupação (loteamentos e construções):

Por serem solos bastante arenosos, o peso atribuído a este grupo foi de restrição moderada à ocupação (0.2). São solos que podem apresentar problemas de estabilidade das construções, e especialmente na construção de fossas pois podem apresentar complicações devido à contaminação do lençol freático.

7.3.5.4 Areias quartzosas

Esta classe compreende solos areno-quartzosos, profundos, com muito baixos teores de argila (< de 15% dentro de uma profundidade de 2m). São ácidos, com saturação de bases (valor V%) baixa e alta saturação com alumínio trocável. Têm fertilidade natural muito baixa, são excessivamente drenados e apresentam horizonte A fracamente desenvolvido. Podem apresentar sérios problemas de erosão eólica nas áreas mais expostas à ação dos ventos.

São solos derivados de sedimentos areno-quartzosos do Grupo Barreiras e apresentam-se em relevo plano ou com ondulações muito suaves.

Esses solos situam-se nos terrenos da Baixada Litorânea, que constituem a faixa estreita ao longo do litoral. São referidos ao Holoceno, constituídos por sedimentos areno-quartzosos não consolidados, de coloração branca ou cinzenta clara, de origem marinha.

Estas áreas constituem os terraços litorâneos e restingas que apresentam relevo plano ou com ondulações muito suaves. As altitudes variam do nível do mar até 8 metros, aproximadamente.

A vegetação normalmente encontrada nesses solos é do tipo cerrado arbóreo-arbustivo, havendo ocorrência de pequenas áreas de formações de transição entre floresta, cerrado e formações subperenifólias

O solo encontrado na região de estudo foi o seguinte:

- AMd1 - AREIAS QUARTZOSAS MARINHAS DISTRÓFICAS (DUNAS), fase relevo suave ondulado e ondulado.

Características quanto à ocupação (loteamentos e construções):

Pela natural fragilidade apresentada e pelo local de ocorrência, a esse tipo de solo foi atribuído peso máximo de restrição à ocupação (0.3), ou seja, foi considerado impróprio para construções.

7.3.6 MAPA 07: Localização das pousadas e restaurantes e dos novos loteamentos

Este mapa foi gerado através da utilização do GPS (Sistema de Posicionamento Global) em campo que permitiu a localização geográfica de cada empreendimento, entre pousadas, restaurantes e bares. Também registra os loteamentos cadastrados na Prefeitura Municipal de Conde até o ano de 2001. A malha urbana existente no ano de 1985 também foi inserida nessa carta com o objetivo de permitir a visualização da expansão ocorrida entre as datas.

Mapa 07: Localização das pousadas, restaurantes e novos loteamentos

7.3.7 MAPA 08 - Restrições

Este mapa foi gerado a partir da sobreposição dos mapas temáticos de Solos, Declividade e de Uso do Solo e Vegetação. Os mapas foram sobrepostos e o mapa gerado foi definido com as seguintes classes:

TABELA 09: CLASSES DE RESTRIÇÃO AO USO

Fatiamento da grade	Níveis de Restrição ao Uso
0.1 a 0.3	Baixa Restrição
0.39 a 0.4	Média Restrição
0.5 a 0.9	Alta Restrição

7.3.8 MAPA 09 – Restrições Finais

Este último mapa foi gerado a partir da sobreposição dos mapas de Restrições com o de Legislação.

Define áreas com 4 níveis de restrição à ocupação humana, acrescentando-se ao mapa anterior a classe “Com restrições Legais”.

Mapa 08: Restrições

Mapa 09: Restrições Finais

7.3.9 MAPA 10 – Restrições Finais X Localização das pousadas e restaurantes

Após a sobreposição do Mapa de Restrições Finais com o de Localização das Pousadas e Restaurantes obteve-se o seguinte resultado:

1 – Pousadas localizadas em áreas com Restrições LEGAIS

- 03 – Hotel Solemar
- 05 – Pousada do Inglês
- 15 – Hotel-Pousada Corais de Carapibus
- 16 – Pousada das Cores
- 20 – Pousada Enseada do Sol
- 22 – Pousada das Conchas
- 23 – Pousada Tabatinga
- 27 – Pousada Ekoara's Chalés
- 30 – Pousada Dom Quinzote

2- Pousadas localizadas em áreas com ALTA restrição

- 13 – Pousada Porto do Sol
- 14 – Zeka's Pousada
- 24 – Pousada Praias do Sul
- 26 – Pousada dos Mundos

3 – Pousadas localizadas em áreas com MÉDIA restrição

- 11 – Hotel-Pousada Viking
- 02 – Pousada Chalés Gurugi
- 04 – Pousada da Tranqüilidade
- 06 – Pousada Brasiluso
- 10 – Pousada Requite
- 09 – Pousada Recanto da Lua
- 08 – Pousada Beija-flor
- 07 – Pousada dos Arcos
- 12 – Onze Praias Hostel
- 18 – Bangalôs de Carapibus
- 19 – Pousada Anauê
- 17 – Pousada Neptun
- 21 – Pousada das Flores
- 25 – Hotel-Pousada dos Duendes

4 – Áreas com BAIXA Restrição

- 01 – Pousada da Lua
- 29 – Estalagem Aldeia dos Ventos
- 28 – Pousada Arca de Bilu

5 – Restaurantes localizados em áreas com Restrições LEGAIS

- 02 - Restaurante Gurugi
- 04 – Restaurante Terraço Tropical
- 05 – Restaurante O Capitão
- 06 – Nativo´s Bar
- 07 – Carapibus Bar
- 08 – Restaurante Bella Vista
- 09 – Tabatinga Arte´s Bar
- 10 – Restaurante Canyon de Coqueirinho
- 11 – Xexéu Bar e Restaurante
- 12 – Dom Quinzote Bar e Restaurante

6- Restaurantes localizados em áreas com ALTA restrição

(nenhum)

7 –Restaurantes localizados em áreas com MÉDIA restrição

- 03 - Peixada de Jacumã

8 – Restaurantes localizados em áreas com BAIXA Restrição

- 01 – Restaurante e Pizzaria Portal de Jacumã

Mapa 10: Restrições Finais x Localização das pousadas e restaurantes

7.4 APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE PARETO

As informações que basearam esta priorização foram obtidas através da aplicação dos questionários e entrevistas com os proprietários de cada empreendimento. Os critérios utilizados para a aplicação de Pareto foram: “Capacidade máxima”, “Esgotamento Sanitário”, “Lixo” e “Abastecimento de Água”.

O critério denominado “Capacidade Máxima” refere-se ao número máximo de pessoas que cada pousada pode hospedar, refletindo ainda o tamanho da pousada e o número de leitos ou apartamentos. Os demais critérios foram somados e, em seguida, multiplicados pela “Capacidade Máxima”, pois, quanto maior esta capacidade ou dimensão da pousada maior será a quantidade gerada de resíduos sólidos como lixo e esgotos e o consumo de água. Os pesos foram atribuídos de maneira relativa, sempre em comparação com as classes identificadas e foram os seguintes:

7.4.1 Esgotamento Sanitário – Diz respeito à maneira como atualmente se dá esse processo de descarte de esgotos para cada pousada.

Quando o saneamento urbano se realiza de forma desordenada, grandes são os riscos de contaminação tanto dos aquíferos como dos solos da referida região.

A esse respeito, a situação do Brasil é considerada problemática pois, apesar de se perceber um crescimento da rede de coleta de esgoto e estações de tratamento, a partir de investimentos das empresas de saneamento brasileiras, a parcela do volume gerado pelas cidades efetivamente tratado antes de chegar ao rio ainda é muito pequena (TUCCI, 2005:387).

Dentre as principais causas citadas por TUCCI (2005:383) responsáveis pela contaminação dos aquíferos urbanos, está a utilização dos tanques sépticos como destino final do esgoto utilizado por grande parte das cidades brasileiras. Para este autor, estes sistemas apresentam baixa eficiência de tratamento e essa contaminação pode comprometer inclusive o abastecimento de água urbana,

quando existe comunicação entre os aquíferos, que ocorre por meio da percolação e de perfuração de poços artesianos.

As classes identificadas e seus respectivos pesos atribuídos foram (Tabela 10):

TABELA 10: PESOS ATRIBUÍDOS ÀS CATEGORIAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Esgotamento Sanitário	Peso
Rede de esgotos	1
Fossa	2
Curso d'água	3

7.4.2 Lixo – Refere-se à maneira utilizada como destinação do lixo produzido pelas atividades das pousadas. Sabe-se que se a disposição de lixo no solo for realizada de forma inadequada, poderá criar problemas de poluição das águas superficiais ou subterrâneas.

Cuidados especiais devem ser dispensados quanto ao manejo dos resíduos sólidos, pois, de acordo com PHILIPPI JR (2005), está demonstrada atualmente de forma clara a relação entre a proliferação de certas doenças e o manejo inadequado de resíduos sólidos que, quando depositados diretamente no solo, tais resíduos oferecem alimento para muitos vetores de doenças, especialmente roedores, baratas, moscas e mosquitos.

A partir das preocupações acima esboçadas, as classes identificadas e seus respectivos pesos atribuídos foram os seguintes (Tabela 11):

TABELA 11: PESOS ATRIBUÍDOS ÀS CATEGORIAS DE DESTINAÇÃO DO LIXO

Destinação do lixo	Peso
Coleta Seletiva	1
Coleta da Prefeitura	2
Queima	3
Enterra	4
Terreno Baldio	4

7.4.3 Abastecimento de Água - Diz respeito à forma de captação da água consumida pelas respectivas pousadas.

A água é considerada parte vital na manutenção de todas as formas de vida na biosfera terrestre. PHILIPPI JR & SILVEIRA (2005:417) afirmam que:

“Á água é o suporte básico para o desenvolvimento da vida, como é conhecida sobre a superfície da Terra. Ela é, como meio externo, fonte de sustentação e mobilidade, o meio onde esta vida evolui e, como meio interno, representa grande parte da constituição dos seres vivos.”

Nas últimas décadas tem-se intensificado as preocupações em relação ao alto consumo e desperdício da água no mundo, que tem sido vista, cada vez mais, como recurso escasso.

Em relação ao Brasil, o Censo de 2000 do IBGE indicou que com seus 169 milhões de habitantes, o país possui cerca de 12% da água doce do planeta. Apesar de este número ser considerado razoável, o descontrole em sua utilização e a contaminação dos corpos hídricos de maneira acelerada em algumas regiões do país pode vir a gerar sérios problemas futuros.

Tendo em vista que a utilização da água através de poços artesianos não garante o devido controle no que tange ao volume de água consumido, as classes identificadas de utilização desse recurso na área em estudo e seus respectivos pesos foram os seguintes (Tabela 12):

TABELA 12: PESOS ATRIBUÍDOS ÀS CATEGORIAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Abastecimento de Água	Peso
CAGEPA (canalizada)	1
CAGEPA e Poço	2
Poço	3

7.4.4 Aplicação do método de Pareto para as Pousadas

Após a atribuição dos pesos, chegou-se às seguintes médias (Tabela 13):

TABELA 13: PESOS ATRIBUÍDOS AOS IMPACTOS CONSIDERADOS PARA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DE PARETO PARA AS POUSADAS

Pousada	Capacidade	Esgotamento	Lixo	Abatecimento	Média
1	10	2	1	3	60
2	18	2	1	3	108
3	100	2	2	3	700
4	28	2	2	3	196
5	63	2	2	2	378
6	40	2	2	3	280
7	20	2	2	1	100
8	15	2	2	1	75
9	45	2	2	2	270
10	48	2	2	2	288
11	72	2	1	3	432
12	33	2	2	2	198
13	24	2	2	1	120
14	50	2	2	3	350
15	160	2	2	3	1120
16	33	2	2	3	231
17	30	2	2	3	210
18	35	2	2	3	245
19	35	2	2	3	245
20	127	2	2	3	889
21	20	2	2	3	140
22	51	2	2	3	357
23	24	2	2	3	168
24	12	2	2	3	84
25	24	2	2	3	168
26	21	2	2	3	147
28	19	2	2	3	133
29	54	2	2	3	378
30	24	2	2	3	168

A partir das médias obtidas, as fórmulas propostas por Pareto foram aplicadas e foram calculados os “Valores acumulado”, as “porcentagens” e as “porcentagens acumuladas”, como se pode observar na tabela seguinte (Tabela 14):

TABELA 14: APLICAÇÃO DAS FÓRMULAS E PROCEDIMENTOS DO PRINCÍPIO DE PARETO PARA AS Pousadas DO DISTRITO DE JACUMÃ

Pousadas		Médias	Valor Acumulado	%	% Acumulado
15	H.P. Corais de Carapibus	1120	1.120,00	13,60	13,60
20	P. Enseada do Sol	889	2.009,00	10,79	24,39
3	H. Solemar	700	2.709,00	8,50	32,88
11	H. P. Viking	432	3.141,00	5,24	38,13
5	P. do Inglês	378	3.519,00	4,59	42,72
29	Est. Aldeia dos Ventos	378	3.897,00	4,59	47,31
22	P. das Conchas	357	4.254,00	4,33	51,64
14	Zeka´s Pous e Rest	350	4.604,00	4,25	55,89
10	P. Rekinte	288	4.892,00	3,50	59,38
6	P. Brasiluso	280	5.172,00	3,40	62,78
9	P. Recanto da Lua	270	5.442,00	3,28	66,06
18	Bangalôs de Carapibus	245	5.687,00	2,97	69,03
19	P. Anauê	245	5.932,00	2,97	72,01
16	P. das Cores	231	6.163,00	2,80	74,81
17	P. Neptun	210	6.373,00	2,55	77,36
12	Onze Praias Hostel	198	6.571,00	2,40	79,76
4	P. da Tranqüilidade	196	6.767,00	2,38	82,14
23	P. Tabatinga	168	6.935,00	2,04	84,18
25	H. P. dos Duendes	168	7.103,00	2,04	86,22
30	P. Dom Quinzote	168	7.271,00	2,04	88,26
26	P. dos Mundos	147	7.418,00	1,78	90,05
21	P. das Flores	140	7.558,00	1,70	91,75
28	P. Arca de Bilu	133	7.691,00	1,61	93,36
13	P. Pôrto do Sol	120	7.811,00	1,46	94,82
2	P. Chalés Gurugi	108	7.919,00	1,31	96,13
7	P. dos Arcos	100	8.019,00	1,21	97,34
24	P. Praias do Sul	84	8.103,00	1,02	98,36
8	P. Beija-flor	75	8.178,00	0,91	99,27
1	P. da Lua	60	8.238,00	0,73	100,00
		8238		100,00	

Com os dados obtidos, o seguinte gráfico foi gerado, com a utilização do software Excel, para demonstrar o resultado final da aplicação desta metodologia para as pousadas do Distrito de Jacumã (Gráfico 19)

GRÁFICO 19: RESULTADO DA PRIORIZAÇÃO POR PARETO PARA AS POUSADAS DO DISTRITO DE JACUMÃ

A partir do gráfico 19, obteve-se como resultado as 16 pousadas prioritizadas de acordo com a Metodologia de Pareto, que foram (Tabela 15):

TABELA 15: POUSADAS PRIORIZADAS POR PARETO

Hotel-pousada Corais de Carapibus
Pousada Enseada do Sol
Hotel Solemar
Hotel-pousada Viking
Pousada do Inglês
Estalagem Aldeia dos Ventos
Pousada das Conchas
Zeka's Pousada e Restaurante
Pousada Rekinte
Pousada Brasiluso
Pousada Recanto da Lua
Bangalôs de Carapibus
Pousada Anauê
Pousada das Cores
Pousada Neptun
Onze Praias Hostel

7.4.5 Aplicação da Metodologia de Pareto para os Restaurantes do Distrito de Jacumã

Os mesmos procedimentos adotados para aplicação da metodologia de Pareto para as pousadas foram realizados também para os Restaurantes. Entretanto, o fator “Capacidade” não foi considerado, pois, ao contrário das pousadas, fica mais difícil mensurar este valor. A partir da atribuição de pesos relativos aos critérios considerados, a seguinte tabela foi obtida (Tabela 16):

TABELA 16: PESOS ATRIBUÍDOS AOS IMPACTOS CONSIDERADOS PARA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DE PARETO PARA OS RESTAURANTES

Restaurantes e Bares		Esgotamento	Lixo	Abatecimento	Média
1	Portal de Jacumã	2	2	3	7
2	Restaurante Gurugi	2	1	3	6
3	Peixada de Jacumã	2	2	2	6
4	Restaurante Terraço Tropical	2	2	3	7
5	Restaurante O Capitão	2	2	3	7
6	Nativos Bar	2	2	3	7
7	Carapibus Bar	2	2	3	7
8	Restaurante Bella Vista	2	2	3	7
9	Tabatinga ArtesBar	2	2	3	7
10	Rest. Canyon de Coqueirinho	2	4	3	9
11	Xexéu Bar e Restaurante	2	2	3	7
12	Dom Quinzote Bar e Restaurante	2	2	3	7

A partir das médias obtidas, as fórmulas propostas por Pareto foram aplicadas e foram calculados os “Valores acumulados”, as “porcentagens” e as “porcentagens acumuladas”, como pode-se observar na tabela a seguir (Tabela 17):

TABELA 17: APLICAÇÃO DAS FÓRMULAS E PROCEDIMENTOS DO PRINCÍPIO DE PARETO PARA OS RESTAURANTES DO DISTRITO DE JACUMÃ

Restaurantes		Médias	Valor Acumulado	%	% Acumulada
10	Rest. Canyon de Coqueirinho	9	9,00	10,71	10,71
1	Rest. e Pizzaria Portal de Jacumã	7	16,00	8,33	19,05
4	Rest. Terraço Tropical	7	23,00	8,33	27,38
5	Rest. O Capitão	7	30,00	8,33	35,71
6	Nativo's Bar	7	37,00	8,33	44,05
7	Carapibus Bar	7	44,00	8,33	52,38
8	Rest. Bella vista	7	51,00	8,33	60,71
9	Tabatinga's Bar	7	58,00	8,33	69,05
11	Xexéu Bar e Rest.	7	65,00	8,33	77,38
12	Dom quinzote Bar e Rest.	7	72,00	8,33	85,71
2	Rest. Gurugi	6	78,00	7,14	92,86
3	Peixada de Jacumã	6	84,00	7,14	100,00
		84		100,00	

Com os dados obtidos, o gráfico 20 foi gerado, com a utilização do software Excel, para demonstrar o resultado final da aplicação desta metodologia para os restaurantes do Distrito de Jacumã.

GRÁFICO 20: RESULTADO DA PRIORIZAÇÃO POR PARETO PARA OS RESTAURANTES DO DISTRITO DE JACUMÃ

Como se pode observar a partir do gráfico 20, os 10 restaurantes priorizados ou que tem maior potencial para gerar impactos na área de estudo são:

TABELA 18: RESTAURANTES PRIORIZADOS POR PARETO

10	Restaurante Canyon de Coqueirinho
1	Restaurante e Pizzaria Portal de Jacumã
4	Restaurante Terraço Tropical
5	Restaurante O Capitão
6	Nativo's Bar
7	Carapibus Bar
8	Restaurante Bella Vista
9	Tabatinga's Bar
11	Xexéu Bar e Rest.
12	Dom Quinzote Bar e Restaurante

7.5 CRUZAMENTO DAS TRÊS METODOLOGIAS UTILIZADAS: SOBREPOSIÇÃO DE MAPAS X PONDERAÇÃO POR MCHARG X PRIORIZAÇÃO POR PARETO

O método de Sobreposição de cartas associado ao de McHarg permitiu identificar quais as pousadas se localizam em áreas que deveriam estar legalmente protegidas e em áreas com alta, média e baixa restrição. A partir disso, pode-se afirmar que, aquelas pousadas situadas nas áreas com restrições legais e nas com alta restrição estão causando impactos ambientais negativos no local.

As pousadas priorizadas por Pareto, por sua vez, representam as que, por sua dimensão e capacidade de gerar resíduos, apresentam maior potencial de gerar impactos no meio.

Conseqüentemente, a partir do cruzamento dessas novas informações geradas pelas metodologias aplicadas, tem-se como resultado final as pousadas localizadas em áreas com restrições legais e em áreas com alta restrição que foram priorizadas por Pareto. Essas, por fim, representam as pousadas que merecem maior atenção pois são as que geram os maiores impactos ambientais negativos na área do distrito de Jacumã.

7.5.1 Pousadas

As pousadas responsáveis pelos maiores impactos ambientais negativos no Distrito de Jacumã são:

- **Pousadas priorizadas por PARETO localizadas em ÁREAS COM RESTRIÇÕES LEGAIS:**

- 03 – Hotel Solemar
- 05 – Pousada do Inglês
- 15 – Hotel-Pousada Corais de Carapibus
- 16 – Pousada das Cores
- 20 – Pousada Enseada do Sol
- 22 – Pousada das Conchas

- **Pousadas priorizadas por PARETO localizadas em ÁREAS COM ALTA RESTRIÇÃO:**

- 14 – Zeka's Pousada

Dentre essas pousadas, serão feitas a seguir algumas considerações a respeito das que apresentam especificidades mais críticas.

O Hotel Solemar (03) existe há 20 anos e está localizado na praia de Jacumã. Possui uma estrutura com dimensões razoáveis com 35 apartamentos e 41 banheiros. Além de sua dimensão já representar em si um grande potencial na geração de impactos através da quantidade de resíduos gerados, a sua localização agrava ainda mais esse potencial, tendo em vista que se encontra de frente para o mar, dentro da faixa dos 100 metros da linha de preamar, como se pode observar através da Foto 97.

O fator tempo agrava a magnitude dos impactos produzidos por esse empreendimento pelo efeito cumulativo, pois significa que há 20 anos os impactos estão se sobrepondo sem que medidas mitigadoras fossem adotadas.

Fonte: Paulo Silva Ano:2001

Foto 97: (1) Vista aérea do Hotel Solemar ; (2) Yach Club que integra a estrutura do referido hotel.

O Hotel-Pousada Corais de Carapibus (15) iniciou suas atividades há cerca de 10 anos e atualmente possui uma estrutura que comporta a capacidade máxima para 160 pessoas com 41 apartamentos e 50 banheiros. Suas proporções justificam o fato deste empreendimento ter sido priorizado através da aplicação do método de Pareto pois possui relação direta com a sua capacidade de geração de lixo, esgotos e consumo de água.

Um aspecto relevante em relação a esta pousada de forma específica foi a constatação de que existiu uma invasão de um antigo acesso à praia que se dava ao lado deste empreendimento onde recentemente foram construídos novos apartamentos, além de auditórios para realização de eventos (Foto 100).

Fonte: SEPLAN-JP (1998)

Foto 98 – Vista aérea de parte do Distrito de Jacumã; Detalhe para a seta indicando o antigo acesso à praia invadido pelo Hotel-Pousada Corais de Carapibus

O impedimento de acesso do público à praia (Foto 99), além da questão da invasão de terras da União, representa uma infração à Lei nº 7.661, de 16 de Maio de 1988, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, que afirma:

“ Art.10. As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido , ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica.”

Fonte: Paulo Silva (2001)

Foto 99: Vista aérea da área onde se encontra o Hotel-pousada Corais de Carapibus: (1) Local onde existia um acesso público à praia e que agora tem construções do Hotel-Pousada Corais de Carapibus; (2) Acesso à praia mais próximo para o público após a invasão; (3) auditórios construídos na área invadida.

Fonte: Joelma Guedes Ano:2004

Foto 100: Bloco de apartamentos do Hotel-Pousada Corais de Carapibus em construção no local do antigo acesso à praia

Ainda em relação a este empreendimento, o fato de se encontrar no topo de uma falésia considerada viva, ou em processo de erosão constante, representa perigo para os hóspedes e visitantes, agravado pela recente construção de uma espécie de *pier* ou mirante, que ultrapassa a linha de ruptura da falésia, para contemplação da paisagem (Foto 101).

Fonte: Joelma Guedes Ano: 2005

Foto 101: Mirante construído no Hotel-pousada Corais de Carapibus que ultrapassa a linha de ruptura da falésia.

A Pousada das Cores (16) e a Enseada do Sol (20) foram construídas a partir do topo da falésia em que se encontram, acompanhando a topografia desenhada por esta formação geológica em direção ao mar. Este fato agrava os impactos produzidos por essas construções pois, além de se localizarem sobre a falésia, suas estruturas chegam efetivamente à beira-mar, provocando ainda um impacto visual que interfere negativamente na leitura da paisagem pelas pessoas que as observam a partir da praia.

Fonte: Joelma Guedes Ano:2004

Fotos 102 e 103: Pousada das Cores e Pousada Enseada do Sol – construídas recortando a falésia.

Dentre as pousadas priorizadas por Pareto localizadas em áreas com alta restrição tem-se a Zeka's Pousada (14).

A Zeka's Pousada (Foto 104 e 105) situa-se com frente para a lagoa estuarina que divide as praias de Jacumã e Carapibus, a uma distância muito pequena desse ecossistema e de onde tem sido retirada a vegetação de mangue.

Fonte: Joelma Guedes (2004)

Foto 104 e 105: Vista da frente da Zeka's Pousada - detalhe para a sua localização e retirada da vegetação do mangue.

Mesmo não tendo sido priorizadas por Pareto, faz-se importante lembrar que todas as pousadas que se encontram em áreas com restrições legais são causadoras de

impactos negativos consideráveis ao meio. A Pousada Tabatinga (23), Ekoara's Chalés (27) e a Pousada Dom Quinzote (30) se enquadram nesse grupo e, apesar de possuírem pequenas estruturas, seus impactos também devem ser considerados.

A Pousada Dom Quinzote, por exemplo, encontra-se à beira mar na Praia de Tambaba, numa área de excepcional beleza cênica (Foto 106) e reservada para a prática do Naturismo. O controle dos impactos desse empreendimento sobre o meio deve ser rigoroso e a possibilidade de expansão desse e de outros possíveis empreendimentos turísticos precisa considerar, inclusive, o fato de estar inserido dentro dos limites da área da APA de Tambaba, cujo Plano de Manejo - instrumento regulador de suas atividades e construções - desta área de preservação ainda está em fase de elaboração.

Fonte: Paulo Silva Ano:2001

Foto 106: Vista aérea da Pousada Dom Quinzote (1) e do Xexéu Restaurante (2) na Praia de Tambaba.

As pousadas não priorizadas pelo princípio de Pareto localizadas em áreas com alta restrição também devem merecer atenção especial e são elas: Pousada Praias do Sul (24), a Pousada Porto do Sol (13) e a Pousada dos Mundos (26). Esta última, por exemplo, está à beira da Lagoa Preta e, tendo em vista a sua localização, seus impactos podem vir a comprometer as funções biológicas desse ecossistema.

Fonte: Joelma Guedes Ano:2004

Foto 107: Vista da Pousada dos Mundos, indicando a proximidade do curso do rio.

7.5.2 Restaurantes

Dentre os 12 (doze) restaurantes avaliados nesta pesquisa, 10 (dez) estão localizados em áreas com restrições legais. Como 10 (dez) também foi o número de restaurantes priorizados pelo método de Pareto, o resultado do cruzamento dessas informações foi que os 9 (nove) seguintes são os restaurantes responsáveis pelos maiores impactos gerados na região:

- Restaurante Terraço Tropical (04)
- Restaurante O Capitão (05)
- Nativo's Bar (06)
- Carapibus Bar (07)
- Restaurante Bella Vista (08)
- Tabatinga Arte's Bar (09)
- Restaurante Canyon de Coqueirinho (10)
- Xexéu Bar e Restaurante (11)
- Dom Quinzote Bar e Restaurante (12)

Dentre esses empreendimentos serão feitas, a seguir, algumas comentários quanto às especificidades existentes entre eles:

O Restaurante Canyon de Coqueirinho, por exemplo, situa-se dentro de uma área com formações de falésias vivas e voçorocas, que tem se tornado conhecida com o nome do referido estabelecimento: *Canyons* de Coqueirinho. O fato deste empreendimento estar localizado neste local, considerando-se ser uma área com restrições legais à ocupação, já representa grande impacto por ser considerado um ambiente de relativa fragilidade e singularidade. Dessa forma, tais impactos podem, além de comprometer suas funções biológicas, descaracterizá-lo de maneira irreversível. Até mesmo o exercício de uma possível atividade turística planejada e preocupada com as questões ambientais na área pode ser inviabilizada caso tais impactos não sejam mitigados.

Fonte: Joelma Guedes Ano: 2004

Foto 108: Restaurante Canyon de Coqueirinho construído dentro de uma voçoroca. (1) indicando a falésia viva.

O Tabatinga Arte's Bar também merece atenção especial pela sua localização na faixa de praia. Devido a isso, da mesma forma que o Restaurante Canyon de Coqueirinho, a sua construção foi embargada e encontra-se sob processo judicial.

Uma particularidade desse empreendimento em relação aos demais é uma interessante preocupação demonstrada por seu proprietário com a preservação do ambiente local através da distribuição de placas rústicas dentro do restaurante, que

incentivam atitudes ambientalmente corretas visando, segundo o proprietário, despertar uma consciência ecológica em seus clientes (Fotos 109 e 110).

Fonte: Joelma Guedes Ano:2004

Fotos 109 e 110: Vista frontal do empreendimento Tabatinga Arte's e detalhe para as placas educativas em seu interior.

Já o Restaurante Bella Vista, se situa às margens da PB-008 dentro da faixa que, pela legislação, deveria ser conservada sem edificações. O Xexéu Bar e Restaurante e o Dom Quinzote se encontram na mesma situação da pousada Dom Quinzote, comentada anteriormente.

O Restaurante Gurugi, por sua vez, não foi priorizado pela metodologia de Pareto mas, por estar localizado às margens do mangue do Rio Gurugi e da PB-008, na entrada do Distrito, suscita cuidados especiais em relação aos impactos ambientais produzidos por esse estabelecimento.

8 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A questão ambiental vem sendo discutida com maior ênfase nas últimas décadas e envolve, além de preocupações com a conservação da natureza e seus ecossistemas, uma gama de inter-relações entre questões sociais, econômicas e culturais, tornando-a altamente complexa.

Nesse contexto, a atividade turística apresenta semelhanças quanto à complexidade de suas temáticas, pois também abrange diversas áreas do conhecimento como a Sociologia, a Economia, a Ecologia, dentre outras, estabelecendo relações entre as mesmas. A relação do turismo com o meio ambiente, enquanto atividade econômica, é representativa, pois o utiliza como recurso primário e fator de atração de seus visitantes e, ao mesmo tempo, o impacta negativamente.

Através deste estudo, pôde-se concluir que existe um conflito entre os interesses econômicos e os ecológicos no Distrito de Jacumã. De um lado, estão os empreendedores turísticos interessados em instalar seus estabelecimentos nas áreas mais próximas do mar, falésias, lagunas estuarinas e mangues, consideradas as mais valorizadas e atrativas aos turistas. E do outro, está a Legislação Ambiental com normas definidas para proteção desses mesmos ecossistemas. Infelizmente, os interesses econômicos têm prevalecido sobre os ecológicos, gerando impactos ambientais negativos no meio ambiente.

A identificação das pousadas e restaurantes localizados em áreas com restrições legais e em áreas com alta restrição, obtida através da utilização do método de Sobreposição de Mapas e do método de McHarg, foi fundamental para essa constatação.

O Poder Público, nesse contexto, tem sido um dos responsáveis pela situação encontrada, quando fiscaliza com ineficiência, omite-se ou movido por interesses

econômicos, permite a ocupação das áreas protegidas por Lei e quando autoriza o seu loteamento.

Outra importante constatação foi a confirmação de que a implantação da PB-008 teve influência significativa na expansão do número de empreendimentos turísticos pois, mais da metade das pousadas e metade dos restaurantes foram instalados há cerca de quatro anos, após a instalação desta rodovia.

Além dos empreendimentos turísticos, pôde-se constatar que existe na área de estudo um grande número de casas de veraneio ou segundas residências, consideradas também como expressão da urbanização turística por diversos autores. Essas casas também podem ser responsáveis por expressivos impactos e merecem ser estudadas.

A pesquisa realizada junto às 30 pousadas e 12 restaurantes aconteceu até o fim do ano de 2004 e, desde então, já se pôde perceber que a dinâmica é intensa no setor de empreendimentos turísticos pois, novas pousadas e restaurantes foram inaugurados, alguns fecharam como a Peixada de Jacumã, e, já se anuncia a construção de outros de grande porte, como o *resort* angolano que deve ser implementado na Praia de Coqueirinho.

O perfil traçado dos empreendedores turísticos demonstrou diferenças marcantes entre proprietários de pousadas, restaurantes e barracas à beira-mar quanto ao nível de escolaridade, suas origens e procedência de seus turistas.

Os estrangeiros representam a maioria dos proprietários das pousadas da área, seguidos pelos empreendedores de outros Estados do Brasil. Este fato demonstra a atratividade e o reconhecimento do potencial turístico do local para tais empreendedores. Já para os restaurantes, a origem predominante de seus proprietários é de paraibanos. Constatou-se, ainda, que a maioria dos turistas das pousadas, restaurantes e barracas são provenientes da cidade de Recife – PE.

Os Mapas de Legislação Geral (08) e o de Restrições Finais (09), gerados a partir deste estudo, poderão servir como instrumento de auxílio à tomada de decisões do

Poder Público Municipal e Estadual, para orientação no planejamento e zoneamento do distrito de Jacumã evitando, a partir desse momento, a instalação de novos empreendimentos em áreas indevidas para que se possa evitar maiores impactos ambientais negativos na área.

O Distrito de Jacumã não possui ainda infra-estrutura básica apropriada e suficiente para viabilizar o desenvolvimento urbano, turístico e social. Por isso sugere-se que essa estrutura seja viabilizada. Caso o consumo de água de poços artesanais e o lançamento de esgotos em fossas caseiras permaneçam sem controle, como vem acontecendo, impactos ainda maiores podem vir a ocorrer no meio ambiente como uma contaminação do lençol freático, o que acarretaria em sérios problemas também para a população local.

Caso tais cuidados não sejam tomados e, sem o devido planejamento ambiental, urbano e turístico, os impactos ambientais negativos podem vir a degradar ainda mais o distrito de Jacumã e inviabilizá-lo enquanto destino turístico, tendo em vista que os recursos naturais e seus cenários são seus principais atrativos. A situação extrapola as questões ecológicas pois essa possível inviabilização da atividade turística traz consigo sérias implicações de ordem financeira e social, se for levado em consideração que o turismo tem sido apontado como principal atividade econômica da área.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, João Batista. Desenvolvimento Municipal e Aspectos Ambientais da cidade de Teixeira – PB, Caracterização e Percepção. Dissertação de Mestrado. João Pessoa – PB: UFPB/PRODEMA, 2002.

ANGELI, Margarita Barreto. Planejamento e Organização do Turismo. Coleção Turismo. Campinas: Papirus, 1991.

BOULLÓN, Roberto C. Planejamento do Espaço Turístico. Bauru: EDUSC, 2002.

BANDEIRA, Clarisse; FLORIANO, Eduardo Pagel. Avaliação de Impacto Ambiental de Rodovias. Santa Rosa, 2002. Trabalho da disciplina de Avaliação de Impacto Ambiental do Curso de Pós-Graduação Acadêmico em Gestão Ambiental.

BARRETTO, Margarita. Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo. 6 ed. Campinas: Papirus, Coleção Turismo, 1995.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. Manual de Geografia do Turismo. Recife: UFPE, 2002.

BENI, Mário C. Análise estrutural do Turismo. 2^a.ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 1998.

BRAGA, Benedito et al. Introdução à Engenharia Ambiental. São Paulo: Prentice Hall, 2002

COOPER, Chris (org); FLETCHER, Jonh; WANHILL, Stephen; GILBERT, David; SHEPHERD, Rebecca. Turismo, princípios e prática. Trad. Roberto Cataldo Costa. 2.ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001.

COSTA, Heloísa S. de M. População, Turismo e Urbanização: Conflitos de uso e gestão ambiental. Minas Gerais, 2002. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais.

COSTA, Nadja Maria Castilho da; e SILVA, Jorge Xaxier da. Geoprocessamento Aplicado à criação de Planos de Manejo: O caso do Parque Estadual da Pedra Branca – RJ. in Geoprocessamento & Análise Ambiental: Aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004.

COUTINHO, Sandra Maria Vidal. Impactos antrópicos nas microbacias do litoral sul do estado da Paraíba: Ênfase nos aspectos sócio-ambientais e características estruturais do mangue na Laguna de Camurupim. João Pessoa, 1999. Dissertação de Mestrado – PRODEMA, UFPB.

CORBIN, Alain. O Território do Vazio – a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. Turismo e degradação ambiental no litoral do Ceará. in LEMOS, Amália Inês G de. (org.). Turismo – Impactos Socioambientais. São Paulo: HUCITEC, 2001.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 1998

DIEGUES, Antônio Carlos. Ecologia Humana e Planejamento Costeiro. 2.ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre populações humanas em Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

FERRI, Cássia; RUSCHMANN, Doris van de Meene. Glossário do Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria – Mestrado. Turismo – Visão e Ação, Itajaí: Univali, 2000, ano 2, n. 4.

IDEME. Anuário Estatístico da Paraíba. V28, Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba- IDEME – Coordenadoria de Estatística. João Pessoa, 2000, 1115p.

IDEME. Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal do Conde/IDEME – Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2001.

LI, Haiqing. Management of coastal mega-cities—a new challenge in the 21st century. Marine Policy, Volume 27, Issue 4 , July 2003, Pages 333-337. Emerging Issues in Oceans, Coasts and Islands.

LEMOS, Amália Inês de (org). Turismo – Impactos Socioambientais. 3 ed – São Paulo: Hucitec, 2001.

MACEDO, Silvio Soares. Paisagem. Turismo e litoral. In YÁZIGI, Eduardo (org.). Turismo e Paisagem. São Paulo:Contexto, 2002.

MACEDO, Ricardo Kohn de. A importância da Avaliação ambiental in TAUK, Sônia Maria (org). Análise Ambiental: uma visão multidisciplinar. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

McHARG, Design with nature. New York: Jonh Wiley & Sons, Ic., 198p.

MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. Turismo e Meio Ambiente no Paraíso das Águas. Campo Grande: UCDB, 2003.

MARQUES, Maria Ângela; BISSOLI, Ambrisi. Planejamento Turístico Municipal com Suporte em Sistemas de Informação. São Paulo: Futura, 1999.

MENDONÇA, Rita. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição? In: LEMOS, Amália Inês G de.(org.). Turismo – Impactos Socioambientais. São Paulo: HUCITEC, 2001.

MELO, Antônio Sérgio Tavares de. Paraíba: desenvolvimento econômico e a questão ambiental. João Pessoa: Editora Grafset, 2003.

MIDAGLIA, Carmem in Turismo – Impactos Socioambientais. Amália Inês G. de Lemos, organizadora. – 3 ed. – São Paulo: Hucitec, 2001.

MOLINA E., Sérgio. Turismo e Ecologia. Tradução Josely Vianna Baptista. São Paulo: EDUSC, 2001.

MONTEJANO, J M. Estructura Del mercado turístico. 2ª ed. Madrid: Síntesis, 1999.

MOREIRA, I. V. D. Origem e Síntese dos Principais Métodos de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA): Manual de Avaliação de Impactos Ambientais. Curitiba: Surehma/GTZ, 1992.

MORETTI, Edvaldo César. Atividade Turística: produção e consumo do lugar Pantanal in Qual Paraíso?: Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal. Organização Alvaro Banducci Junior, Edvaldo César Moretti – São Paulo: Chronos:Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2001.

MOTA, Suetônio. Introdução à engenharia ambiental. Rio de Janeiro: ABES, 1997.

NASCIMENTO, José Glauciano do. Turismo e Impactos Ambientais na região costeira de Jacumã. Monografia de conclusão do curso de Bacharelado em Geografia – 2002.

NERY, Jussana. Planejamento territorial com enfoque ecológico. Salvador: UFBA, 1992.

NÓBREGA, Renato Arcoverde. Análise da Lucratividade dos meios de hospedagem extra-hoteleiros (pousadas) na orla urbana de João Pessoa -PB, Monografia de conclusão do curso de Bacharelado em Turismo, 2004

PHILIPPI JR., Arlindo. *in* PHILIPPI JR, Arlindo (editor). Saneamento, Saúde e Ambiente – Fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri, SP: Manole, 2005.

Plano de Ação Federal para a Zona Costeira do Brasil, Brasília, 1998.

Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, Brasil, 1988.

POLETTE, Marcus. O desafio para a implementação de um programa de gerenciamento costeiro em nível municipal para o litoral brasileiro. UNIVALI :2002.

ROCHA, José Sales Mariano da. Manual de Projetos Ambientais. Santa Maria: Imprensa Universitária, 1997.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. Planejamento e ocupação do território através da expansão da atividade turística: condicionamentos básicos a partir da questão ambiental. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). Turismo e meio ambiente – reflexões e propostas. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, Rozely Ferreira dos. Planejamento Ambiental: Teoria e Prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004

SEABRA, Giovani de Farias. Ecossistemas do turismo – o turismo ecológico em áreas protegidas. Campinas:Papirus, 2001.

SILVA, Jorge Xavier & Z Aidan, Ricardo Tavares. Geoprocessamento & Análise Ambiental: Aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004.

SOUSA, Breno Henrique de. Impactos Ambientais decorrentes das atividades agrícolas no município do Conde- PB, com ênfase no assentamento rural de Barra de Gramame. Dissertação de Mestrado. João Pessoa – PB: UFPB/PRODEMA, 2005.

TOMMASI, Luiz Roberto. Estudo de Impacto Ambiental. São Paulo: CETESB, 1993.

TRIGO, Luiz Gonzaga. Fundamentos Básicos do Turismo,1998.

TUCCI, Carlos Eduardo Morelli. Águas Urbanas: interfaces no Gerenciamento *in* PHILIPPI JR, Arlindo (editor). Saneamento, Saúde e Ambiente – Fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri, SP: Manole, 2005.

VASCONCELOS, Fábio Perdigão (Org.). Turismo e Meio Ambiente. Fortaleza: UECE, 1998.

VEIGA, Tereza Cristina; SILVA, Jorge Xaxier da. Geoprocessamento aplicado à identificação de Áreas Potenciais para atividades turísticas: o caso do município de Macaé-RJ. *in* Geoprocessamento & Análise Ambiental: Aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004.

YÁZIGI, Eduardo. Turismo: uma esperança condicional. 3. ed. - São Paulo: Global, 2003.

WESTMAN, Walter E. Ecology, impact assessment, and environmental planning. Environmental science and technology: John Wiley & Sons, Inc, 1985.

WEBGRAFIA

BOUDREAU, Robert. E.A.; CARMODY, George and CHEETHAM, James J.: **Pareto analysis of paleontological data: a new method of weighing variable importance**. Paleontologia Eletrônica. Vol.2, Issue 2. Disponível em: < http://palaeo-electronica.org/1999_2/toc.htm> Acesso em: 16 ago. 2004.

FANETIN, Muriel. **La loi de Pareto appliquée à la diététique**. Disponível em: < <http://perso.club-internet.fr/fderad/edit0101.htm>> Acesso em : 16 ago. 2004.

10 ANEXOS

Modelo do questionário aplicado

Carta do Interpa (1985) digitalizada

Cópia da Reportagem que trata das barracas de Jacumã

Cópia da Reportagem que trata do aniversário de 10 anos da
Praia de Naturismo em Tambaba, primeira do Nordeste

Cópia da Reportagem que trata da destinação de recursos do
PRODETUR para o litoral sul da Paraíba

Data: ___/___/___

Questionário – PERFIL SÓCIO-AMBIENTAL DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS DO DISTRITO DE JACUMÃ-CONDE-PB

1- Que tipo de atividade que exerce no local?

- Hotel
- Pousada
- Restaurante
- Barzinho
- Palhoça
- Outros.

Qual? _____

Se Pousada/Hotel:

APTOS: _____

Banheiros: _____

Cap. Máxima: _____

2 - Nome do Empreendimento: _____

3 - Qual foi o ano de implantação do empreendimento? (Desde quando)

4 - Que motivo(s) o levou a exercer esta atividade no local?(Por quê em Jacumã?)

5 - Que atividade exercia anteriormente e onde?

PERFIL DO EMPREENDEDOR

1- Nome: _____

2 - Idade: _____

3 - Sexo: Masculino Feminino

5 -Estado Civil: Solteiro(a) (...) Casado(a) Viúvo(a) Outros.

4 - Origem (Onde nasceu, onde reside atualmente, onde residia):

6 - Tem filhos?
 Sim.Quantos? _____

Não.

7 - Escolaridade:

- analfabeto
- Ensino fundamental completo
- cursando o Ensino fundamental
- Ensino fundamental incompleto
- (...) Ensino Médio completo
- cursando o Ensino Medio
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Superior completo
- cursando o Ensino Superior
- Ensino Superior incompleto
- Curso profissionalizante completo
- cursando o profissionalizante
- Profissionalizante incompleto

SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTOS DO EMPREENDIMENTO

1 - De onde vem a água utilizada em sua atividade?

- encanada
- chafariz???
- poço. Profundidade? _____
- Outros. Qual? _____

3 - Enfrentam problemas com falta d'água? Sim Não

Em caso de resposta afirmativa, com que frequência isto acontece:

- Raramente
- Constantemente.
- Só no verão

2- Seu empreendimento possui banheiro/instalações sanitárias? Sim. Quantos? _____

Não

2- Sobre o esgotamento sanitário, seu empreendimento possui:

- fossa (séptica ou rudimentar) Quantas? _____
- vala negra
- direto no curso d'água
- Outros. Qual? _____

4 - O que é feito com o lixo produzido por seu empreendimento?

- Queimado
- Enterrado
- jogado em terreno baldio
- Coleta de lixo da prefeitura. Quantas vezes passa p/ semana? _____
- Outros. Qual? _____

Observações Relevantes:

1 - Em relação às suas condições de trabalho, o que você gostaria (que a prefeitura municipal) mudasse para melhorar seu trabalho?

2 - Quais são as reclamações mais comuns de seus clientes em relação ao município (infra-estrutura, lixo, etc.)?

3- Qual a origem predominante de seus clientes/turistas?

Pesquisadora: Joelma Abrantes Guedes